



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



Programa de Pós-Graduação em Geografia

RAIMUNDA OLÍMPIA DE AGUIAR GOMES

O LITORAL LESTE DO CEARÁ: LAZER E TURISMO À LUZ DA EDUCAÇÃO

Rio Claro – SP

2013

RAIMUNDA OLÍMPIA DE AGUIAR GOMES

O LITORAL LESTE DO CEARÁ: LAZER E TURISMO À LUZ DA EDUCAÇÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Magda Adelaide Lombardo

Rio Claro – SP

2013

370.116 Gomes, Raimunda Olímpia de Aguiar
G633L O litoral leste do Ceará: lazer e turismo à luz da educação
/ Raimunda Olímpia de Aguiar Gomes. - Rio Claro : [s.n.],
2013

164 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Magda Adelaide Lombardo

1. Lazer e educação. 2. Litoral leste cearense. 3. Turismo sustentável. I. Título.

RAIMUNDA OLÍMPIA DE AGUIAR GOMES

O LITORAL LESTE DO CEARÁ: LAZER E TURISMO À LUZ DA EDUCAÇÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Comissão Examinadora

MAGDA ADELAIDE LOMBARDO
Profa. Dra, IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)
(Orientadora)

ANDREIA MEDINILHA PANCHER,
Profa. Dra, IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

ANTONIO CARLOS SARTI
Prof. Dr., EACH/USP/São Paulo (SP)

DEMÓSTENES FERREIRA SILVA FILHO
Prof. Dr. , DCF/USP/São Paulo (SP)

MARCELLO MARTINELLI
Prof. Dr. , FFLCH/USP/São Paulo (SP)

Rio Claro, SP 10 de dezembro de 2012.

Dedico esse trabalho a Deus. Ao meu esposo querido (em memória), aos meus pais (em memória), aos meus filhos amados Te, Iel e Nuni, a minha querida netinha Flora.

AGRADECIMENTO

Para a realização deste trabalho, contei com o apoio de pessoas que me fizeram caminhar e principalmente não desistir quando tudo parecia que não daria certo:

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Magda Lombardo, pelas orientações, pela sabedoria e por sempre apresentar a palavra certa para meu caminhar.

À Profa. Dra. Luzia Neide pelo carinho e atenção ao falar do turismo.

Ao Prof. Dr. João Batista pela alfabetização acadêmica.

Às minhas alunas/ bolsistas Paty, Mayara e Natália, pela disponibilidade.

Aos meus familiares Luziana, Eugênio, Omar, Socorro, Rafa e Brankinha pelo apoio.

Aos meus amigos do IFCE, principalmente minha amiga e companheira Cris.

Aos moradores das comunidades pesquisadas Natália, Márcio, Ana e Silvana.

“Ninguém vale pelo que sabe, mas com o que faz com aquilo que sabe”.
(BOFF, 2003, p.29)

RESUMO

A história da humanidade tem revelado que a relação do homem com a natureza teve início no intuito de favorecer a sobrevivência humana. Mas, a partir da intervenção dos princípios da sociedade do consumo, essa relação ganhou proporções de produção e consumo, onde o homem passou a tratar o ambiente natural como produto que gera consumo. Dessa forma, ambientes naturais como o litoral que, inicialmente, era utilizado como tratamento terapêutico, durante a modernidade passou a ser explorado como atividade turística economicamente viável. Esse tipo de turismo trouxe consequências, dentre essas a perda de identidade da comunidade local e a degradação do ambiente. Com base nessa problemática, surgiu este trabalho intitulado “O Litoral leste do Ceará: lazer e turismo à luz da educação”. O objetivo geral foi avaliar o processo de estruturação do turismo de sol e mar no litoral leste do Ceará, reconhecendo os caminhos da transformação do litoral a partir da cidade de Fortaleza e identificando alternativas educativas para o turismo sustentável. Para construção deste trabalho, foram utilizadas teorias sobre litoral, turismo, lazer e educação. Na metodologia utilizou-se uma amostra que constou de moradores e turistas das localidades Balbino, Caponga e Águas Belas. Foram utilizados como instrumentos e técnicas para a coleta de dados fotografias, história oral, observação e questionários aplicados com trezentos sujeitos, cento e cinquenta turistas e cento e cinquenta moradores das referidas localidades. Os dados coletados foram organizados em três categorias que se subdividiram em 15 subcategorias. Para análise foram utilizados dois softwares: Nudist* para análise dos dados descritivos e SPSS para os dados numéricos. Concluiu-se que as transformações ocorridas no litoral leste cearense, são marcadas por duas vertentes, uma pelo alargamento de vias e investimento público e outra pela expropriação das comunidades mais pobres que migraram para áreas cada vez mais distantes da privilegiada faixa de praia. Por outro lado, ao analisar esse quadro à luz da educação, foi possível identificar que, se houver investimento na educação da comunidade local, esse turismo exploratório pode dar lugar ao turismo comunitário e sustentável.

Palavras-chave: Litoral. Lazer. Turismo. Educação.

ABSTRACT

The history of mankind has shown that the man's relationship with nature began with the aim of favoring human survival. But, from the intervention of consumer society principles, this relationship gained proportions of production and consumption, where man started treating the natural environment as a product that generates consumption. Thereby, natural environments like the coastline, which was initially used as therapeutic treatment, during modernity, became an explored element and seen as tourist activity economically viable. This type of tourism has brought consequences, among these, the loss of the identity of local community, environmental degradation. Based on this issue, this work appeared under the title "The East coast of Ceará: leisure and tourism under education perspective". The general objective was to evaluate the process of structuring the sun and sea tourism on the east coast of Ceará, recognizing the coastline paths of transformation from Fortaleza city and identifying educational alternatives for sustainable tourism. For construction of this work, were used theories about coastline, tourism, leisure and education. For methodology was used a sample, which was constituted by residents and tourists from: Balbino, Caponga and Águas Belas localities. Were used as instruments and techniques for data collection: photographs, oral history, observation and questionnaires applied to three hundred subjects, one hundred and fifty tourists and one hundred and fifty residents from the mentioned localities. The collected data were organized in three categories, which were subdivided in 15 subcategories. For analysis, were used two softwares: the Nudist* for descriptive data analysis and SPSS for numerical data. It is concluded that the transformations occurred in east coast of Ceará, are marked by two aspects: one by the flooding of roads and public investment and another by the expropriation of the poorest communities that migrated to more distant areas far from privileged stretch of beach. On the other hand, analyzing this scenario under education perspective, it was possible to identify that, if there is investment in education of local community, this exploratory tourism may give rise to sustainable and community tourism.

Key-words: Coastline. Leisure. Tourism. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Zona costeira brasileira.....	27
Figura 2 - Cadeia alimentar marinha em zonas costeiras.....	39
Figura 3 – Litoral Leste do Ceará: principais praias e suas distancias de Fortaleza.....	41
Figura 4 – Representação da Cadeia alimentar e produtiva em um Ecossistema manguezal na faixa costeira.....	43
Figura 5 - “Final do dilúvio”, pintura de Gustav Doré.....	45
Figura 6 - Ambroise Louis Garneray, <i>“Peche du Cachalot,”</i> colored aquatint engraved by Frederic Martens(1834).....	46
Figura 7- Praia de Ipanema (RJ), em 1904, com o Arpoador ao fundo.....	54
Figura 8 - Litoral de Fortaleza – CE: faixa litorânea do Mucuripe á Beira Mar (2012).....	55
Figura 9- Banho de mar na Praia do Flamengo (RJ), 1917(Acervo pessoal)....	57
Figura 10 - Esquema básico de funcionamento da especulação imobiliária (2009).....	61
Figura 11 - Jangada dos pescadores do litoral do Leste do Ceará em Canoa Quebrada, Aracati – CE.....	62
Figura 12- Litoral Leste do Ceará.....	80
Figura 13 – Estrada de Acesso aos municípios do litoral leste, CE-040.....	87
Figura 14 - Monumento Natural das Falésias de Beberibe.....	88

Figura 15 - Garrafinhas decorativas. Morro Branco/Beberibe-CE.....	90
Figura 16 - Contenção do Mar em Barrinha - Icapuí, praia do Litoral Leste do Ceará.....	91
Figura 17 – Localização no Estado do Ceará do Município de Cascavel-CE..	93
Figura 18 - Movimentação turística no Ceará 2000/2011.....	95
Figura 19 – Apresentação das Macrorregiões Turismo do Ceará.....	100
Figura 20 – Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Cascavel (CE) em relação ao Brasil.....	113

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Venda de peças artesanais na barraca de praia/Águas Belas/ Cascavel-CE.....	120
Foto 2 - Balsa para a travessia de carro - Águas Belas/Cascavel-CE.....	121
Foto 3 - Chegada da jangada dos pescadores na praia da Caponga/Cascavel-CE.....	122
Foto 4 – Apresentação da faixa de praia Balbino/Cascavel-CE.....	123
Foto 5 - Faixa de praia em Caponga/Cascavel-CE.....	124.
Foto 6 – Descarte de Resíduos em Balbino/Cascavel-CE.....	131
Foto 7- Descarte de Resíduos em Águas Belas/Cascavel-CE.....	131
Foto 8 - Descarte de Resíduos em Caponga/Cascavel-CE.....	132
Foto 9 - Especulação imobiliária nas dunas de Águas Belas/Cascavel-CE....	133
Foto 10 - Barracas na faixa de praia em Balbino/Cascavel-CE.....	134
Foto 11 - Barracas na faixa de praia em Águas Belas/Cascavel-CE.....	134
Foto 12 - Barracas na faixa de praia em Caponga/ Cascavel-CE.....	135
Foto 13 - Praça dos Pescadores – Caponga/Cascavel-CE.....	135
Foto 14- Resquícios de mangue descoberto pelas marés durante a ressaca, Balbino/Cascavel-CE.....	136
Foto 15 - Sede do Coco Balbino em Balbino/Cascavel-CE.....	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O formato da trilha da pesquisa.....	75
Gráfico 2 – Gênero dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	105
Gráfico 3 – Faixa etária dos moradores de Caponga, Águas Bela e Balbino/Cascavel- CE.....	105
Gráfico 4 - Estado civil dos moradores de Caponga, Águas Bela e Balbino/ Cascavel- CE.....	106
Gráfico 5 - Opção religiosa os moradores de Caponga, Águas Bela e Balbino/Cascavel- CE.....	107
Gráfico 6 - Faixa etária dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	109
Gráfico 7 - Estado civil dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.....	110
Gráfico 8 - Renda familiar dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.....	112
Gráfico 9 - Escolaridade dos moradores de Caponga, Águas Bela e Balbino/ Cascavel-CE.....	114
Gráfico 10 - Moradores estudantes e não estudantes de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	115
Gráfico 11 - Moradores que possuem filhos e não possuem filhos de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel.....	116

Gráfico 12 - Todos sabem ler e escrever na casa dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	117
Gráfico 13 - Filhos estudantes dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.....	117
Gráfico 14 - Pessoas que compõem a renda familiar dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	118
Gráfico 15 - Dependentes dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.....	119
Gráfico 16 - Renda familiar moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.....	119
Gráfico 17 - Transportes utilizados para locomoção dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	125
Gráfico 18 - Condição de saúde dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	125
Gráfico19 - Problemas na saúde familiar dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	126
Gráfico 20: Existência de hospitais em Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.....	127
Gráfico 21-Atrativos turístico nas localidades de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.....	128
Gráfico 22-Como soube de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.	128
Gráfico 23 - O que encontrou de atrativo em Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel-CE.....	129

Gráfico 24 - Indicação para outras pessoas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE.....	129
Gráfico 25 – Observação do turista sobre a separação de resíduos em Caponga, Águas Belas e Balbino / Cascavel- CE.....	130
Gráfico 26 - A importância da educação ambiental para os turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel-CE.....	137
Gráfico 27 - Projeto de educação ambiental em Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE.....	137
Gráfico 28: A comunidade é Arborizada na concepção dos turistas Caponga,Águas Belas e Balbino.....	138
Gráfico 29- Incentivo a população para educação ambiental em Caponga, Balbino e Águas Belas/Cascavel-CE.....	139

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1- Tipologia da orla de interesse especial.....	33
Quadro 2- Possíveis atividades econômicas da orla marítima.....	64
Quadro 3: Comparação de procedimentos em métodos qualitativos, quantitativos e Mistos.....	79
Quadro 4: Apresentação das categorias da investigação(2012).....	83
Tabela 1: Ocupação dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE (2012).....	108
Tabela 2 – Gênero dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).....	109
Tabela 3 - Ocupação profissional dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).....	111
Tabela 4 - Metas do IDEB para Cascavel – Ceará (2012).....	113

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
2. LITORAL E A RELAÇÃO SOCIEDADE NATUREZA.....	25
2.1. Litoral e a Dinâmica da Natureza.....	25
2.2. Dinâmica da Sociedade e o Litoral.....	44
2.3. Produção e Consumo do Litoral para o Lazer e o Turismo.....	57
2.3.1. Ocupação do Espaço pela Valoração do Litoral.....	58
2.3.2. Atividades de Consumo e Produção no Litoral.....	62
2.3.3. O Lazer e o Turismo de Sol e Mar.....	65
3. TRILHAS DA INVESTIGAÇÃO: DECISÕES TOMADAS E CAMINHOS PERCORRIDOS.....	69
3.1. Aproximação e Diálogo: o contexto da pesquisa.....	69
3.1.1. Escolhas: o método, as técnicas e os instrumentos.....	69
3.2. Caminhos da Pesquisa: idas e vindas.....	74
3.2.1. O Formato da Trilha.....	74
3.2.2. A caminhada para o desenho da trilha.....	75
3.3. Entrelaçamento Dialógico em Meio a Teorias e Métodos.....	78
3.3.1. Tratamento dos dados quantiquantitativo.....	78
3.3.2. Organização dos dados coletados.....	82
4. LITORAL LESTE DO CEARÁ: UM RECORTE ESPACIAL.....	85
4.1. O Litoral Leste do Ceará.....	85
4.2. Características Geoambientais do Litoral Leste Cearense.....	88
4.3. Área da Pesquisa no Litoral Leste do Ceará.....	88
5. O PAPEL DO ESTADO NA EXPLORAÇÃO DO TURISMO NO CEARÁ.....	96

5.1.	O Turismo como Atividade Econômica no Ceará.....	96
5.2.	Políticas Públicas e o Turismo de Sol e Mar.....	99
6.	EDUCAÇÃO COMO IMPULSIONADORA DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PARA O LAZER E O TURISMO NO LITORAL LESTE CEARENSE.....	104
6.1.	Perfil dos Sujeitos.....	104
6.1.1	Os moradores do lugar.....	104
6.1.1.1	<i>Gênero dos sujeitos.....</i>	<i>104</i>
6.1.1.2	<i>Faixa etária dos moradores entrevistados.....</i>	<i>105</i>
6.1.1.3.	<i>Estado civil dos moradores de Caponga, Águas Belas, Balbino.....</i>	<i>106</i>
6.1.1.4.	<i>Opção religiosa dos moradores.....</i>	<i>106</i>
6.1.2	Os turistas de sol e mar.....	108
6.1.2.1.	<i>Faixa etária dos turistas.....</i>	<i>108</i>
6.1.2.2.	<i>Estado Civil dos turistas.....</i>	<i>110</i>
6.1.2.3.	<i>Ocupação profissional dos turistas.....</i>	<i>110</i>
6.1.2.4.	<i>Renda familiar dos turistas.....</i>	<i>111</i>
6.2.	Educação e as Alternativas para Reflexão.....	112
6.2.1.	Educação em Cascavel.....	112
6.3.	Educação como Alternativa para a Dialogicidade Humana.....	116
6.3.1.	Organização Familiar dos Moradores.....	116
6.3.2.	Emprego e Renda dos Moradores.....	118
6.4.	Importância da Educação para o Turismo e o Lazer no Litoral de Cascavel – CE.....	122
6.4.1.	O Espaço e as Paisagens do Turismo de Sol e Mar.....	123
6.4.2.	Mobilidade dos Moradores nas Áreas de Turismos de Sol e Mar.....	124
6.4.3.	Infraestrutura para Saúde dos Moradores nas Áreas de Turismos de Sol e Mar.....	125
6.4.4.	O Turista e as Viagens.....	127

6.4.5.	O Lazer e o Turismo: educação e aprendizado para moradores e turistas.....	130
6.5.	Cruzamentos da Trilha: o texto e o contexto.....	140
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
	REFERÊNCIAS.....	144
	APÊNDICE A: Questionário aplicado com os turistas.....	152
	APÊNDICE B: Questionário aplicado com os moradores.....	157
	ANEXO A: Decreto que regulamenta o banho de mar.....	164

1. INTRODUÇÃO

A partir da consolidação do processo de industrialização nas décadas de 1950 e 1960, passou a ocorrer uma concentração populacional no entorno das metrópoles brasileiras. Essa concentração fez com que as metrópoles se expandissem e fossem ao encontro às cidades de suas proximidades. Assim, a conurbação dessas cidades fez com que os problemas perdessem sua individualidade e exigisse uma solução coletiva para essa nova organização espacial. A exigência de soluções políticas impulsionou a promulgação de Leis com o propósito de organizar as ações governamentais nas regiões metropolitanas. Em 1967, a Constituição Federativa do Brasil, em seu art. 157, § 10, determinou que

a União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade socioeconômica, visando à realização de serviços de interesse comum.

Em 1973, com a Lei Complementar Federal nº 14 foram estabelecidas como regiões metropolitanas às cidades: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Assim, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), foi institucionalizada.

No contexto das políticas urbanas da ditadura militar contidas nas macro diretrizes da política urbana nacional, com o objetivo de consolidar as Regiões Metropolitanas brasileiras consoantes à necessidade de fortalecimento e desenvolvimento econômico pretendidos, adotando a criação de pólos de desenvolvimento. (PAIVA, 2011, p.03).

Foi nesse período, quando o Brasil vivenciava o denominado “milagre econômico”, que a classe média de Fortaleza passou a investir suas reservas em casas de veraneio como segunda residência na RMF. O primeiro destino desse turismo foi o Icaraí, em Caucaia, repetindo-se no Iguape, no Morro Branco, na Caponga, dentre outras (DINIZ e VASCONCELOS, 2009).

À época da sua criação, a RMF era composta somente pelos seguintes municípios: Fortaleza, Aquiraz, Pacatuba, Caucaia e Maranguape. Em 1983, ocorreu uma redefinição geográfica da RMF com a emancipação político-administrativa do distrito de Maracanaú, do município de Maranguape (em 1983), do distrito de Guaiuba do município de Pacatuba, do distrito de Euzébio do município de Aquiraz (1986), do distrito de Itaitinga e do município de Pacatuba (1992). Com a incorporação na RMF dos municípios de Horizonte, Pacajus, Chorozinho e São Gonçalo de Amarante, no ano de 1999, a Lei nº 12989/99 regulamentou a RMF que ficou composta por 13 municípios. Em 2009 foram incluídas mais duas cidades à RMF, Pindoretama e Cascavel, perfazendo um total de 15 municípios. Dos municípios que compõem a RMF, São Gonçalo de Amarante, Aquiraz, Caucaia e Cascavel fazem parte da faixa litorânea cearense. Como lembra Costa (2012), na década de 1980, o nordeste brasileiro passa pela

intensificação da valorização das zonas de praia que ocorre principalmente a partir das políticas públicas voltadas para o turismo estabelecidas no final dos anos 1980, com destaque para o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR-NE, conferindo a estes espaços diferentes usos. (COSTA, 2012, p.156).

Dessa forma, o turismo passou a representar uma alternativa econômica para o nordeste brasileiro a partir do uso dos recursos naturais, principalmente pelo clima tropical e o turismo de “sol e mar”. No caso específico do Ceará, o turismo de “sol e mar” representou o processo de urbanização turística e se revelou de diferentes formatos. Nesse sentido, Paiva (2011) ressalta:

a importância de Fortaleza como ponto de atração e distribuição dos fluxos turísticos do Ceará, cumprindo papel essencial na valorização das faixas litorâneas dos municípios vizinhos e os incorporando sem a medição de outros centros urbanos, reforçando a dispersão da mancha urbana, subtraindo, inclusive, o desenvolvimento socioeconômico das sedes dos municípios satelitizados.

[...] o crescimento da urbanização provocado por habitações precárias em decorrência da atratividade dos empregos gerados pela atividade turística;

A construção em áreas de deslocamento da tessitura urbana, metropolitana e regional, de *resorts*, grandes equipamentos

hoteleiros que pouco dialogam com as preexistências sócio-culturais do lugar;

Expansão de uma nova tipologia de segunda residência, através da implantação de diversas áreas de loteamentos junto à orla, construindo um espaço que tem sua vitalidade condicionada pela sazonalidade das estações, férias e feriados;

Supervalorização do patrimônio natural e cultural, que surgem como mercadoria e são ameaçados pelo seu próprio poder de atração;

Finalmente, a criação de lugares artificiais e temáticos, verdadeiras ilhas elitizadas do consumo, simulacros de um universo fantasioso e de exclusão, símbolo da segregação sócio-espacial, da concentração de renda e da vulnerabilidade dos lugares em que são inseridos. (PAIVA, 2011, p.10)

Esse lazer de litoral pode ser considerado como um dos fatores que impulsionaram a estruturação do litoral cearense, onde a capital do Ceará, Fortaleza, representa o centro de distribuição do fluxo turístico, dos pólos turísticos de serra, de sertão e de todo litoral cearense. Ao longo do percurso desse fluxo foram gerados incrementos turísticos que sustentaram a especulação imobiliária da região e dos municípios de seu entorno, ratificando a relação entre turismo e exploração econômica. Assim, vão sendo criadas, ao longo desse fluxo, áreas privilegiadas com comércio e com serviços públicos de infraestrutura (rodoviária e elétrica) voltados para atender às classes mais favorecidas economicamente. No intuito de atender essas classes, o solo do litoral cearense foi parcelado e vendido em lotes para os pequenos proprietários como segunda moradia para o lazer e para os grandes proprietários construir hotéis e *resorts*. Como lembra Paiva,

existem três fases no que concerne a inserção do espaço litorâneo dentro de uma dinâmica espacial diferenciada, a saber: na década de 1970 prevalece o veraneio marítimo nos municípios litorâneos; na década de 1980 implementa-se a ação dos empreendedores imobiliários; e na década de 1990 iniciam-se as intervenções estatais dentro da lógica da valorização turística (PAIVA, 2011, p.16).

Diante dessa problemática social cearense, a proposta de turismo com intervenção estatal na atualidade tem como base os princípios da sociedade de consumo, onde o turismo é um produto econômico, que movimenta a

sociedade do capital. Nessa interpretação, compreende-se que o mais grave dessa sociedade de consumo é que a felicidade e a qualidade de vida têm sido cada vez mais agregadas, ou mesmo reduzidas, às aquisições materiais, que levam a um ciclo vicioso, onde o indivíduo trabalha para manter e ostentar um nível de consumo como marca da sua posição social. O tempo dedicado ao lazer e às relações sociais fica cada vez mais reduzido. O tempo livre e a felicidade passam a ser mercadoria e se alimentam neste ciclo (MECS, 2005). Dessa relação e preocupação epistemológica, compreendendo o turismo como atividade de consumo, surgiu este trabalho intitulado “O Litoral Leste do Ceará: Lazer e Turismo à Luz da Educação”, com o intuito de responder as seguintes questões: Como se explica a relevância do litoral na sociedade de consumo? O que levou o litoral a se transformar em espaço de lazer e turismo? O que se entende por turismo de sol e mar? Quais os impactos causados pelo turismo de sol e mar? A educação pode reduzir os impactos do turismo de sol e mar? Para responder esses questionamentos, foram definidos os seguintes objetivos.

Objetivo geral

Avaliar o processo de estruturação do turismo de sol e mar no litoral leste do Ceará, os caminhos da transformação do litoral a partir da cidade de Fortaleza e as alternativas educativas para o turismo sustentável.

Objetivos específicos

Analisar a relevância do litoral leste do Ceará para a sociedade de consumo;
identificar o processo de transformação do litoral leste do Ceará em espaço de lazer e turismo de sol e mar;
verificar como a educação pode intervir no contexto turístico do litoral leste cearense, a partir de Cascavel - CE.

Para alcançar as proposições desses objetivos, foram definidos os procedimentos metodológicos com o percurso que possibilitasse analisar as organizações geográficas como ciência social a partir dos princípios educativos e como se estruturavam quanto ao turismo de sol e mar e o lazer no litoral leste do Ceará.

O estudo dessa modalidade do turismo de “sol e mar” fundamentou todo o percurso metodológico desta investigação. Buscou-se respaldar em outras pesquisas consolidadas, como a investigação realizada por Paiva, em 2011, cujo título é “O lugar e a arquitetura do comércio na pesquisa em arquitetura e urbanismo turismo e metropolização na região metropolitana de Fortaleza”, tendo como objetivo compreender o papel desempenhado pelo turismo na estruturação espacial, identificando de que forma as práticas sociais das atividades turísticas influenciam o processo de produção, consumo e apropriação do espaço litorâneo metropolitano no contexto da globalização, verificando as consequências socioespaciais dessas transformações (PAIVA, 2011, p.01). Outra investigação com esse viés que se utilizou intitula-se “As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza”, realizada por Araújo em 2011, visando “compreender as redefinições socioespaciais no litoral da metrópole de Fortaleza com base nas atividades turísticas e suas decorrentes dinâmicas” (ARAUJO, 2011, p.01). A aproximação desta investigação com os estudos de Paiva (2011) está em tratar do turismo, mas neste trabalho em vez da arquitetura, usou-se a educação como suporte teórico. Com relação à pesquisa de Araújo (2011), a aproximação ocorre por tratar-se do litoral. A particularidade deste trabalho está em focar como universo de investigação, o litoral leste do Ceará, e o uso da educação como referencial básico para o estudo da relação turismo e natureza.

Para a construção deste trabalho, percorreram-se etapas de pesquisa institucional e de campo que se entrelaçaram, sempre que necessário. Na pesquisa institucional, utilizaram-se teorias e autores que permitiram compreender sobre litoral, turismo, lazer e educação. Além desses aportes teóricos, tomou-se como base a legislação pública, mapas e estatísticas oficiais. Na pesquisa de campo, delimitou-se que o universo da investigação seria no litoral leste do Ceará. A partir dessa tomada de decisão, selecionou-se como amostra da pesquisa o litoral do município de Cascavel, pertencente ao litoral leste do Ceará e distante 62 km da capital cearense, Fortaleza. A escolha desse município se deu por possuir o distrito de Caponga, que pertence ao roteiro turístico de “sol e mar” cearense e apresentar diversidade de aspectos

ambientais. Esse distrito é composto pela sede Caponga e pelas subsedes: Águas Belas e Balbino. A sede apresenta uma faixa litorânea degradada; Balbino é uma área de Proteção Ambiental estabelecida pela Lei nº 479 de 21 de setembro de 1988; e Águas Belas, encontrar-se em processo de expansão das atividades turísticas. Dessa amostra foram selecionados 300 sujeitos para investigação, sendo 150 moradores e 150 turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino.

Este trabalho é composto de sete itens: a introdução, um item sobre litoral, os procedimentos metodológicos, o recorte sobre o litoral leste do Ceará, o papel das políticas do turismo no Ceará, a discussão dos resultados referentes ao litoral de Cascavel-CE e, para finalizar, apresentam-se as considerações finais. Nesta introdução, apregoam-se os aspectos da literatura científica que conduziram ao problema, os objetivos da investigação e a organização do trabalho.

No item Dois, o litoral e a relação sociedade natureza, discutiu-se a relação da humanidade com o litoral, a partir da relação litoral e a dinâmica da natureza. Para esse fim, foram considerados autores como Corbin, que estudou os primeiros relatos históricos sobre o litoral, a relação de medo, a mudança de comportamento com as navegações e a ocupação dos portos e a chegada das elites nessa área; logo após, seguiu-se com o debate sobre a produção e o consumo do litoral para o lazer e o turismo, das primeiras infraestruturas de consumo e da definição do litoral como lazer. Aprofundou-se a discussão com a ocupação do espaço pela valoração do litoral, a demarcação de valoração desses espaços e concluiu-se abordando as atividades de consumo e de produção no litoral com a transformação desse espaço em mercadoria.

Foram apresentadas as trilhas da investigação e as decisões tomadas, no item três, cujo intuito foi possibilitar ao leitor compreender as opções realizadas na investigação. Assim, iniciou-se com a exposição do contexto da pesquisa, demonstrando a aproximação e os diálogos. Destacaram-se os critérios para a escolha do método, das técnicas, instrumentos, o espaço e os sujeitos da investigação. Em seguida, definiram-se os caminhos da pesquisa, com formato da trilha, e seguiu-se mostrando o *pari passu* da pesquisa no

subitem a caminhada para o desenho da trilha. Para tratar da análise por meio do entrelaçamento dialógico em meio a teorias e métodos, mostrou-se como foi realizado o tratamento dos dados quantiqualitativo e a organização dos dados recolhidos. O recorte espacial do litoral leste para contextualização do espaço da investigação ocorreu no item quatro. Esse item, cujo título é “Litoral leste do Ceará: um recorte espacial”, contemplou o debate sobre o litoral leste do Ceará, seguido da apresentação das características geoambientais do litoral leste cearense e finalizou com a descrição da área da pesquisa no litoral leste do Ceará, apontando os três locais da fase empírica desse trabalho.

As políticas públicas foram debatidas no item cinco “O papel do Estado no processo de exploração do turismo no Ceará”; para esse fim, organizou-se o subitem “o turismo como atividade econômica no Ceará” onde foram analisadas as políticas de incentivo ao turismo no Ceará, realizando um recorte nessa discussão com a avaliação das políticas públicas e o turismo de sol e mar. Com esse olhar, enveredou-se pelo litoral leste cearense e se deparou com Cascavel e sua faixa de praia. Dessa maneira, aproximou-se da contenda sobre a educação como impulsionadora de transformação da sociedade para o lazer e o turismo no litoral cearense, no item seis. Para esse debate, organizaram-se os subitens educação e as alternativas para reflexão; educação como alternativa para a dialogicidade humana; formação do sujeito ecológico a partir das ações educativas no litoral de Cascavel – CE e a importância da educação para o turismo e o lazer no litoral de Cascavel - CE.

Finalizou-se este trabalho com as conclusões da pesquisa nas considerações finais, discutindo sobre como os objetivos propostos no início da investigação foram alcançados. Analisaram-se os resultados das escolhas, elencaram-se as principais revelações de investigação e apresentou-se uma proposição para estruturação de uma atividade turística com desenvolvimento local, baseado na sustentabilidade.

2. LITORAL E A RELAÇÃO SOCIEDADE NATUREZA

Para tratar do litoral e a relação sociedade-natureza, refez-se o percurso histórico e geográfico. No intuito de perfazer esses caminhos, organizaram-se os seguintes itens: litoral e a dinâmica da natureza; dinâmica da sociedade e o litoral e finalizou-se discutindo a produção e o consumo do litoral para o lazer e turismo.

2.1. Litoral e a Dinâmica da Natureza

A definição do dicionário Aurélio para o verbete litoral é “região banhada pelo mar; costa” (2010, p.461). Conforme Ab'saber (2007, p. 80) o litoral “envolve, sempre, a faixa que se estende da linha de costa até a retroterra costeira”. Reforça que “[...] pode-se afirmar que os litorais constituem-se em zonas de contatos tríplices: terra, mar e dinâmica climática” (2007, p. 80). Possuem especificidades geomorfológicas e hidrogeomorfológicas. De acordo com Ab'saber (2007, p. 80), nos estudos geomorfológicos, o litoral foi classificado pelo National Oceanic & Atmospheric Administration (NOAA) dos Estados Unidos em: “Litoral Equatorial Amazônico; Litoral Setentrional do Nordeste; Litoral Oriental do Nordeste; Litoral Leste; Litoral Sudeste e Litoral Sul”. No estudo sobre o litoral brasileiro, o autor apresentou a divisão do litoral em 49 setores.

Destacaram-se neste trabalho suas considerações sobre os dois setores que couberam ao estado do Ceará: Setor Ceará Norte e o Costa Nordeste do Ceará e Norte Potiguar. Caracterizou o Setor Ceará Norte como:

barreiras semiretilinizadas, enseadas rasas, extensas faixas de praias arenosas (estreitas). Na retroterra imediata: tabuleiros litorâneos e sublitorâneos, terminando por altas falésias fósseis. Semiaridez moderada chegando ao mar. Uma das regiões mais privilegiadas para um ecoturismo organizado e bem sucedido (AB'SABER, 2007, p.101).

Essa assertiva permite identificar que existem áreas do litoral cearense que possuem aspectos geográficos propícios às atividades sociais como o

turismo. Para a Costa Nordeste do Ceará e da costa Norte Potiguar [Rio Grande do Norte], apontou como a “transição brusca entre os tabuleiros subterrâneos, terminando por altas falésias fósseis. A semiaridez chega ao mar. Costa das Salinas: Grossos, Areia Branca, Macau. Baixos vales com solos salgados (manchas de perrixil)” (AB’SABER, 2007, p.101). Ao comparar os dois setores cearenses apresentados por Ab'saber (2007), percebe-se claramente, os diferentes traços geomorfológicos e hidrogeomorfológicos desses dois setores. Mas, vale salientar que, apesar dessa diversidade, os aspectos da faixa litorânea são compostos por uma zona costeira. Lembrando-se que zona costeira representa “a borda oceânica das massas continentais e das grandes ilhas, que se apresenta como área de influência conjunta de processos marinhos e terrestres, gerando ambientes com características específicas e identidade própria” (PROJETO ORLA, 2006, p.22).

A zona costeira brasileira (Figura1) é formada por “8.698 km de extensão e largura variável, contemplando um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388.000 km²” (PROJETO ORLA, 2006, p.24). No Ceará essa zona possui 578 km de área com um ecossistema bastante variado, mas com a predominância de praias arenosas, extensos cordões com dunas selecionadas por planícies flúvio-marinhas e revestidas por manguezais.

Figura 1- Zona costeira brasileira (2012).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012).

A gestão da zona costeira brasileira teve sua institucionalização com a Lei 7.661/1988, que instituiu o plano nacional de gerenciamento costeiro. No parágrafo único do Art. 2º dessa Lei, encontra-se a definição de zona costeira como o “espaço geográfico de integração do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não”, podendo abranger uma área marítima ou terrestre. Apesar dessa proposição legal sobre zona costeira, as ilações sobre essa temática variam em dois paradigmas: o primeiro “busca captar este espaço como uma unidade natural, passível de ser delimitada no terreno por aspectos físicos ou biológicos (PROJETO ORLA, 2006, p.22)”. Essa concepção

é defendida principalmente pelos estudos acadêmicos, a partir de uma compreensão naturalista entre os aspectos físicos e biológicos presentes na zona costeira.

A segunda concepção sobre a zona costeira “entende tratar-se de uma unidade político-administrativa, que não necessariamente se apresenta com limites naturais evidentes (PROJETO ORLA, 2006, p.22)”. Como pode ser observada, essa concepção está voltada para as questões administrativas e de interesses políticos. Essas questões administrativas ganharam impulso com o primeiro Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, instituído pela Lei 7.661/1988, que segundo o Projeto Orla tentou

combinar critérios naturais com critérios métricos absolutos, chegando a uma definição que propunha medidas quantitativas fixas na delimitação da zona costeira. Tal proposta, ao passar pela aplicação prática, revelou-se problemática e de difícil operacionalização. Isto acontece porque a extensa costa brasileira abriga situações variadas, que propiciam o uso adequado de distintos critérios, conforme as localidades consideradas (PROJETO ORLA, 2006, p.22).

Em 1997, foi lançado o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC II. Nesse plano foram definidos

os limites político-administrativos como critério de delimitação da zona costeira, chegando-se à seguinte definição (atualmente em vigor): I. Na faixa marítima, considera-se todo o mar territorial como inserido na zona costeira, sendo o limite deste determinado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar nas 12 milhas náuticas contadas da linha de base da costa. De acordo com esse documento, trata-se da área prioritária para a pesca artesanal. Na faixa terrestre, considera-se todo o território dos municípios qualificados como costeiros segundo critérios estabelecidos no Plano. Assim, as fronteiras internas municipais fornecem a delimitação da zona costeira em terra. (PROJETO ORLA, 2006, p.23)

Além do PNGC II, a gestão da zona costeira está pautada em outras leis, tais como: a Lei nº 8.617 de 04/01/1993 que trata sobre o mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileira. A Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro que a partir da Lei 7.661/1988 os estados da federação aprovaram suas leis com o intuito de

regulamentar seu zoneamento costeiro estadual. LEI Nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, determina sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros (PROJETO ORLA, 2006). As leis foram complementadas por decretos, a saber: o Decreto nº 2.972, de 26/02/1999, que constituiu o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho na área do Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Decreto nº 2.956, de 03 de fevereiro de 1999, estabeleceu o V Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) para o período de 1999 a 2003, aproximar-se da articulação com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO); o Decreto nº 6.478, de 09/06/2008, trata da Convenção Internacional voltada à Intervenção em Alto-Mar dos Acidentes com Poluição por Óleo, elaborada em 29/11/1969; O Decreto nº 6.678, de 8/12/2008, estabeleceu o VII Plano Setorial para os Recursos do Mar. Dentro dessa perspectiva administrativa das políticas públicas, existem diversos instrumentos de planejamento para a gestão da zona costeira, são eles:

Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC – desdobramento do PNGC, em nível estadual, apóia a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC – desdobramento do PNGC e do PEGC, apóia a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, guardando estreita relação com os instrumentos de planejamento territorial municipal (planos diretores).

Plano de Gestão da Zona Costeira - PGZC – instrumento para a formulação do conjunto de ações e programas, articulados e localizados, elaborados com a participação da sociedade, que visa orientar a execução do Gerenciamento Costeiro em diferentes níveis de governo (Federal, Estadual ou Municipal) (PROJETO ORLA, 2006, p.25).

Observa-se que, no âmbito das políticas públicas, existem leis e decretos que tratam da gestão da zona costeira e resguardam essa área por meio de instrumentos nas três abrangências administrativas (federal, estadual e municipal). Esses instrumentos são complementados por medidas de planejamento, tais como:

Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC – instrumento de apoio ao processo de ordenamento territorial. Utiliza técnicas e mecanismos para oferecer subsídios à

sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da zona costeira.

Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho - SIGERCOM – sistema que integra e disponibiliza informações do PNGC com dados retirados de várias fontes: banco de dados, sistemas de informações geográficas e sensoriamento remoto.

Sistema de Monitoramento – estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, visando acompanhar os indicadores de qualidade sócio-ambiental.

Relatório de Qualidade Ambiental – elaborado periodicamente pela coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro, a partir de relatórios desenvolvidos pelas coordenações estaduais, permitindo a avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações de gestão desenvolvidas. (PROJETO ORLA, 2006, p.25)

Para gerir a zona costeira, considera-se necessário reconhecer sua diversidade geomorfológica. Uma das unidades dessa zona é a orla marítima, delimitada pela faixa de interconexão entre a terra e o mar. A orla marítima é conceituada no Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, em seu Art. 22 como “faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre”. Suas principais características são o balanceamento morfodinâmico e a interação entre os fenômenos da terra e do mar. Os processos geológicos e oceanográficos são “os elementos básicos de conformação dos principais tipos de orla, a saber: costas rochosas (altas e baixas); falésias erodíveis; praias arenosas; praias de seixos; planícies lamosas; pântanos; manguezais; e formações recifais (PROJETO ORLA, 2006, p.27). Esses elementos associados ao clima, ao relevo e à hidrografia compõem os ambientes litorâneos, como estuários, campos de dunas, dentre outros, que dão suporte aos ecossistemas na sua originalidade.

Essa associação de elementos é fundamental para a vida marítima e possibilitam uma variedade de situações no espaço abrangido pela orla marítima. Para uma melhor compreensão das relações desses elementos, retoma-se o Decreto nº 5.300 em seu Art.23 ao estabelecer os limites marítimos com “isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos” (BRASIL, 2004, p.14). O limite Terrestre é determinado como:

cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, maris, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos (BRASIL,2004,p.14).

Além dos limites, a orla marítima recebe tipologias genéricas de acordo com dois critérios: o primeiro com base nas características fisiográficas, abalizado na geografia física, ao indicarem “o nível de vulnerabilidade da orla em face de processos naturais e antrópicos” (PROJETO ORLA, 2006, p.31). O termo antrópico é utilizado para “qualificar um dos setores do meio ambiente [...], compreendendo os fatores sociais, econômicos e culturais; um dos subsistemas do sistema ambiental é o subsistema antrópico” (FEEMA, 1990, p.31). O segundo critério é baseado nos índices de “ocupação humana instalada que referenciam os níveis de povoamento e a intensidade dos usos praticados de cada localidade” (PROJETO ORLA, 2006, p.31).

Esses dois critérios embasam as tipologias de orla assim apresentadas: a orla abrigada e não urbanizada, que é definida como “ambiente protegido da ação direta das ondas, com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade” (PROJETO ORLA, 2006, p.35); e o ambiente “parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade natural e baixo potencial de poluição” (PROJETO ORLA, 2006, p.35), recebem a tipologia de orla semiabrigada e não urbanizada. Quando, o ambiente é exposto “à alta energia de ondas, a ventos e a correntes com baixíssima ocupação, às paisagens com alto grau de originalidade natural e ao baixo potencial de poluição” (PROJETO ORLA, 2006, p.35) recebem a denominação de orla exposta e não urbanizada. A Orla abrigada em processo de urbanização é caracterizada pelo “ambiente protegido da ação direta das ondas, com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição” (PROJETO ORLA, 2006, p.35).

Intitula-se por orla semiabrigada em processo de urbanização, quando o ambiente possui proteção parcial da “ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição” (PROJETO ORLA, 2006, p.35). A orla exposta em processo de urbanização caracteriza-se por “ambiente sujeito à alta energia de ondas, ventos e correntes com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição” (PROJETO ORLA, 2006, p.36). No ambiente “parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição - sanitária, estética e visual” (PROJETO ORLA, 2006, p.36) é chamada de orla semiabrigada com urbanização consolidada.

Para orla abrigada com urbanização consolidada determina-se como “ambiente protegido da ação direta das ondas, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética e visual” (PROJETO ORLA, 2006, p.36) e quando o ambiente é “sujeito a alta energia de ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética e visual”(PROJETO ORLA, 2006, p.36) é especificado como orla exposta com urbanização consolidada. Além dessas tipologias citadas, há também aquelas voltadas para o interesse social, conforme se apresentam no Quadro 1.

Quadro 1- Tipologia da orla de interesse especial.

TIPOLOGIA DA ORLA DE INTERESSE ESPECIAL	CARACTERÍSTICAS
De interesse especial em áreas não urbanizadas	Ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, reservas indígenas, cercados por áreas de baixa ocupação, com características de orla exposta, semiabrigada ou abrigada
De interesse especial em áreas em processo de urbanização	Ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, reservas indígenas, cercados por áreas de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com características de orla exposta, semiabrigada ou abrigada.
De interesse especial em áreas urbanizadas	Ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, cercados por áreas de médio a alto adensamento de construções e população residente, com características de orla exposta, semiabrigada ou abrigada.

Fonte: PROJETO ORLA (2006, p.35).

Como pode ser observado no Quadro 1, essas três tipologias de orla possuem como pontos em comum: áreas militares com tráfego aquaviário, instalação portuária, geradora de energia, unidade de conservação, área tombada ou reserva indígena. Por outro lado, suas especificidades são marcadas pelo nível de adensamento populacional e de construção, reforçando a tese de que o agrupamento nas tipologias genéricas ocorre pelos dois critérios naturais: antropologia e ocupação humana. Mas vale considerar que a orla é um espaço restrito de intervenção, exigindo uma análise criteriosa que vise identificar a “morfologia (caracterização da forma) e a fisiologia (caracterização de atributos físicos) de suas paisagens, podendo revelar as informações requeridas para a caracterização e a classificação de cada um de seus trechos” (PROJETO ORLA, 2006, p. 38).

Entende-se por “estrutura territorial, o resultado do processo de transformação do ambiente no decorrer do tempo, compondo uma unidade passível de interpretação e representação gráfica” (PROJETO ORLA, 2006, p.39). Um diagnóstico da paisagem na orla onde é identificado o conjunto de

elementos que a compõem, possibilita realizar a “divisão da orla do município em trechos paisagisticamente homogêneos, realizando suas caracterizações de uma forma simples e rápida dispensando levantamentos exaustivos e pesquisas demoradas” (PROJETO ORLA, 2006, p.39). Esse diagnóstico também permite aprofundar nos estudos sobre a orla, suas configurações na paisagem e a estrutura do espaço de interação em sua dinâmica de transformação natural e social. Transformação que leva à configuração de novos cenários; no caso da paisagem de orla destacam-se:

EROSÃO de largas faixas do território, tanto por processos naturais, quanto devido às ações antrópicas (desmatamentos, construção, extração de areia irregular ou remobilização de sedimentos, etc.). Todo processo erosivo a curto, médio ou longo prazo causa transformações importantes, o que implica na localização e avaliação de tal situação;

DESMATAMENTOS regulares ou não, alagamento de matas ou qualquer outro fato que denote erradicação da vegetação nativa, tanto de dunas e praias como de florestas de manguezais, de mata atlântica, de restinga e outras, caracterizando muitas vezes a perda irrecuperável de recursos ambientais e paisagísticos importantes;

RETIRADA DE COBERTURA VEGETAL indiferenciada, isto é, composta de vegetação não nativa, ou mesmo em recuperação, que é arrancada e cujo terreno onde estava situada fica exposto e sujeito à erosão;

DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS de qualquer natureza em áreas de variados portes, em geral lixo urbano;

OCUPAÇÃO DE ÁREAS diversas por construções ou loteamentos clandestinos de variados padrões, abrangendo de alta renda até simples habitações populares. Para sua percepção, deve ser verificado o registro municipal, sendo que a falta de mecanismos de formalização de lotes em um aglomerado urbano pode denotar irregularidades;

DEPOSIÇÃO DE ESGOTOS “IN NATURA” em corpos d’água de diferentes portes, tanto em praias como em rios, córregos e lagoas. Tal situação pode ser notada pela presença de “línguas negras”, bastante comuns na orla;

RETIRADA DE TERRA, de areia ou pedra, caracterizada por cortes abruptos em falésias e montanhas, pedreiras, escavações e destruição de praias, margens de rios e lagoas, aterros e outras formas de alteração do suporte físico. Sejam elas regulares ou irregulares, tais ocorrências são fundamentais na análise para construção da realidade paisagística de um local. (PROJETO ORLA, 2006, p.38).

A caracterização da paisagem da orla marítima permite compreender como as intervenções antrópicas e naturais modificam os cenários iniciais. Mas, é fundamental compreender que a paisagem forma um conjunto único denominado de macropaisagem, composta por quatro elementos básicos: o suporte físico, a drenagem, e os demais corpos d'água, a cobertura vegetal e a mancha ou tecido urbanizado. O suporte físico é compreendido pelas características comuns dos assentamentos urbanos da cobertura vegetal, que podem constituir ou não um elemento expressivo de percepção; a drenagem e os demais corpos d'água são específicos da bacia hidrográfica constituídas de lagos e lagoas costeiras, compostas e "aprisionadas" por processos, normalmente, de sedimentação; a cobertura vegetal é composta pela cobertura vegetal nativa mais a cobertura vegetal inserida pela comunidade para seu consumo (hortaliças, frutas, etc.) ou seu deleite cênico (jardins, arborização, etc.); e a mancha ou tecido urbanizado que se constitui por estruturas criadas pelo homem para suas atividades sociais, exemplos desses elementos são as cidades, as instalações portuárias e as áreas industriais que têm sido responsáveis pelas mudanças nas características de amplas áreas litorâneas (PROJETO ORLA, 2006, p.40). Os elementos que compõem a macropaisagem possuem representação morfológica, no caso das estruturas de cobertura, estas

constituem a representação morfológica dos elementos da macropaisagem e da sua distribuição espacial, tanto da cobertura vegetal existente como daquela definida pela urbanização, expressas graficamente por manchas, que podem ser contínuas ou descontínuas, lineares ou fragmentadas (PROJETO ORLA, 2006, p.41-42).

A macropaisagem do litoral leste da região cearense possui um ecossistema marcado por praias, recifes costeiros, bancos de algas e bancos de fanerógamas e estuários com manguezais. Margeado pelo rio Pacoti e limitado a sudeste pela RMF, abrange parte dos municípios de Aquiraz e Eusébio, constituindo uma faixa praticamente contínua, acompanhando o contorno da linha de costa. É reconhecido pela variada biodiversidade. O litoral cearense é marcado por ambientes de alimentação, reprodução e berçário de espécies em perigo crítico de extinção. Nos municípios do litoral leste do Ceará

ocorre a pesca artesanal como parte da cultura e da subsistência alimentar das comunidades (AQUASIS, 2012). Essa costa, conforme a SEMACE (1997), é composta por duas grandes unidades ambientais “diferenciadas entre si pelas funções que cada uma desempenha no conjunto integrado da paisagem e pelas formas de utilização dos recursos existentes” (MARCELINO, 2002, p.30). Uma destas unidades é caracterizada pela Faixa Costeira Turístico/Urbana e a segunda unidade é diferenciada por Tabuleiros e pela Depressão Sertaneja com Agropecuária e Extrativismo. Como o presente estudo se reporta à zona de orla, as discussões concentraram-se na primeira unidade, Faixa Costeira Turístico/Urbana. Os municípios dessa faixa de litoral possuem características geoambientais bastante semelhantes, a saber:

a faixa praial, que abrange parte dos municípios de Icapuí, Aracati, Fortim, Beberibe, Cascavel apresenta-se como uma estreita faixa de terra com uma largura média de 2,0km. Apresenta elevado estoque de sedimentos arenosos modelados por processos marinhos, flúvio-marinhos e eólicos que geram as praias, os campos de dunas, as planícies flúvio-marinhas, lacustres e flúvio-lacustres, sendo estes ambientes vulneráveis aos processos degradacionais em função da fragilidade do equilíbrio ecológico. As feições morfológicas da faixa praial encerram a ocorrência da praia propriamente dita da alta praia, das plataformas de abrasão e rochas de praia, além das falésias (MARCELINO, 2002, p.32).

Outras características formam a unidade dessa faixa de litoral. A praia (estirâncio, “foreshore”) é localizada nos níveis de preamar e baixamar, sendo local de fluxo e refluxo das ondas marinhas. Enquanto a antepraia é comumente submersa ao contato com a praia, tendo sua porção mais rasa adequada ao espaço de arrebentação das ondas. A alta praia, também denominada como berma, pós-praia ou *backshore* desenvolve-se por meio de uma demarcação pouco sinuosa com baixa altura, formada por terraços desenvolvidos na zona superior ao abrigo da influência das águas marinhas; no período de marés altas, essa área pode ser inundada (MARCELINO, 2002). O conjunto dessas características forma o ambiente de praia que, de acordo com Suguio (2003), equivale à zona perimetral de um corpo aquoso, arrebatado por ondas e composta de material granular inconsolidado. Leal e Castro (2001) reforçam que o ambiente de praia conglomerada depósitos de sedimentos

compostos por areia, cascalho, concha de moluscos etc. Esses depósitos se acumulam com a ação das ondas que se ajustam às condições hidrodinâmicas.

Nas praias de Ponta de Maceió e Caponga (Cascavel-CE) estão localizadas as faixas de *estirâncio*, afloramentos de rochas de praia (“*beach rocks*”), “que representam antigos níveis de praia, onde a ação de carbonato de cálcio, precipitando entre os grãos de areia, processa a cimentação desse material” (MARCELINO, 2002, p.38). Essas rochas estão operando como molhes naturais, na praia da Caponga - CE, ocasionando à jusante da deriva litorânea a ação erosiva, causado principalmente pela ocupação antrópica desordenada (MARCELINO, 2002). Nessa região, os meios geodinâmicos são instáveis, apresentando ações “morfogenéticas exercidas pelo mar (no estirâncio) e pelo vento na pós-praia (berma) (MARCELINO, 2002, p.40).”

No ambiente eólico relativo a dunas, foram encontradas na região dunas fixas, dunas semifixas e dunas móveis. As dunas fixas foram identificadas ao longo da região leste, cujas elevações ultrapassam 50 metros de altitude e demonstram direção paralela à das dunas ativas. As dunas semifixas, de segunda geração, foram encontradas entre as dunas de terceira (móveis) e de primeira geração (fixas), de bordejando a linha de costa, além de dunas móveis na zona de berma ou recobrando falésias vivas da Formação Barreiras. Foram identificadas na região as planícies flúvio-marinhas próximas as embocaduras fluviais, os principais tipos de feições que têm sua gênese associada à deposição de origem mista e planícies lacustres e flúvio-*lacustres* nos setores marginais das lagoas que possuem alimentação fluvial ou que são provenientes de lençol freático, sujeitas a inundações periódicas e assoreamento (MARCELINO, 2002).

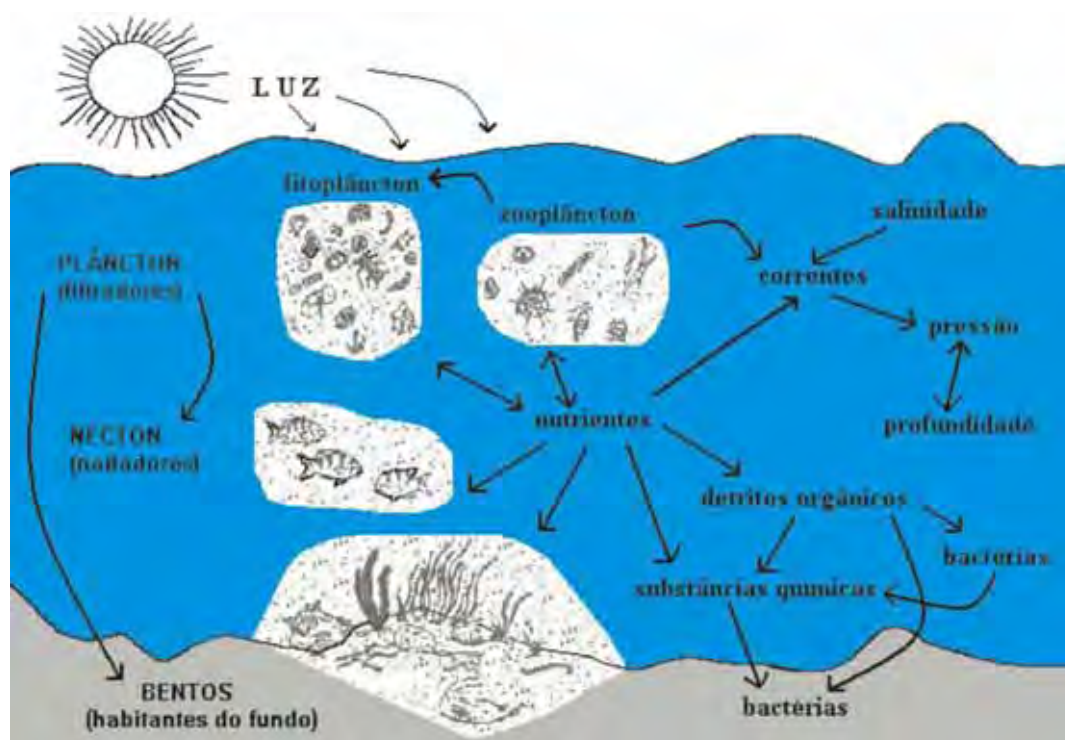
Considera-se relevante ressaltar, que todo esse conjunto geoambiental que forma o ecossistema costeiro é composto de diversidade biológica, com predominância de organismo bentônico, de fauna e flora marinha, que sustentam varias espécies de peixes. Os ecossistemas são: recifais, de praia e de manguezais. Os ecossistemas recifais “são povoados por diversos animais e plantas que dependem entre si, direta ou indiretamente, principalmente, dos organismos fixados sobre o substrato consolidado”. (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.30). Na faixa de praia, os ecossistemas são marcados

pela pouca visibilidade da biodiversidade, já que muitos organismos vivos se enterram no sedimento, porém existe uma grande variedade de representantes da fauna bentônicos e vários destes incluídos no meio da fauna, por conta de seu tamanho diminuto (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005). Os ecossistemas de manguezais que possuem a biodiversidade “dos organismos bentônicos, apresentam-se em menor em número de espécies, tanto com relação à fauna quanto à flora, entretanto é quantitativamente superior, tanto em número de indivíduos quanto em porcentagem de ocorrência” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.31).

Para ocorrer o equilíbrio dos ecossistemas costeiros é necessário o balanceamento na cadeia alimentar e no ciclo dos nutrientes. Dessa forma, “os representantes da fauna e da flora, principalmente as espécies que ocorreram na região entre marés, que periodicamente ficam submersos por algumas horas” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.11).

Nas regiões costeiras a cadeia alimentar (Figura 2) inicia com a fotossíntese, realizada pelo *fitoplâncton* ao fornecer alimento para o zooplâncton. Este introduz organismos do holoplâncton (plâncton permanente) e do *meroplâncton* (*plâncton* temporário), como ovos e larvas de outros animais. Quando adultos, eles passam a viver no bentos (animais de fundo) ou no nécton (animais nadadores). Agregada a essa cadeia alimentar existem uma diversidade de bactérias que decompõem os dejetos produzidos por tais organismos e os transformam em substâncias que novamente irão servir de nutrientes (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005).

Figura 2 - Cadeia alimentar marinha em zonas costeiras.



Fonte: Correia; Sovierzoski (2005, p.11).

O ecossistema do litoral brasileiro é formado por recifes, praias e manguezais. Cada um desses ambientes possui especificidades e um ecossistema específico. Segundo Correia e Sovierzoski (2005, p.11), “o termo recife deriva da palavra árabe “*razif*”, que corresponde literalmente a pavimento, sendo utilizado para a identificação de qualquer projeção rochosa”. Os recifes são classificados em: recifes de coral, recifes de arenito, recifes costeiros e recifes de plataforma. Relatam Correia e Sovierzoski que,

a província recifal brasileira se concentra na costa nordestina, iniciando-se nos parciais de Manoel Luiz, litoral oeste do Maranhão. Caminhando em direção leste-sul encontram-se inúmeras formações de recifes de coral e de arenito, sendo consideradas os limite sul a costa sul da Bahia, onde está situada a região de Abrolhos e seus parciais. (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.16)

Apesar dos recifes se caracterizarem pela biodiversidade, “na costa brasileira os ecossistemas possuem um número reduzido de espécies de corais construtores de recifes, pertencentes à ordem *Scleractinia*, quando comparados com outras áreas recifais do mundo” (CORREIA; SOVIERZOSKI,

2005, p.17). O outro ecossistema presente no litoral brasileiro é a praia, definida como a área de encontro das águas do mar com o continente. Esse ecossistema tem sua relevância por proteger a costa, de fenômenos naturais como os avanços e recuos do mar. Na praia, existe uma grande concentração de biomassa a partir da presença de numerosos organismos “como bivalves, crustáceos e outros invertebrados, além de peixes da zona de arrebentação e até mesmo aves migratórias, que compõem a cadeia trófica marinha, muitos destes usados pelo homem para consumo” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.22).

O ecossistema de praia depende prioritariamente do acúmulo de areia, de pedra, de seixos ou de conchas, depositados em regiões baixas do terreno na interconexão da terra com a água. Esses limites se prolongam da linha da maré baixa ao ponto mais alto da maré, “delimitados por mudanças do material formador ou por expressão fisiográfica, como uma falésia ou linha de vegetação permanente” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.20). A geologia de formação das praias é dividida em: arenosas e rochosas. As praias arenosas, o nome sugere, são formadas por areia clara ou escura; e as praias rochosas são constituídas de seixos que podem ser formados por conchas, restos e algas, esqueletos de corais (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005). As praias do litoral brasileiro são caracterizadas por praias arenosas em mar aberto, regiões próximas de grandes rios, lagoas, estuários, baías, com areias brancas e água morna.

No Ceará, o litoral é predominantemente do ecossistema de praia. Esse litoral é estruturado espacialmente como Costa do Sol Poente (litoral oeste) e Costa do Sol Nascente (litoral leste). Como pode ser observado na Figura 3, o fluxo de acesso ao litoral é organizado a partir da cidade de Fortaleza. A faixa de litoral oeste iniciada em Fortaleza é composta pelas praias de: Icaraí, Tabuba, Cumbuco, Pecém, Taíba, Paracuru, Lagoinha, Guajiru, Fleixeiras, Mundaú, Baleia, Icaraí de Amontada, Caetano, Moitas, Torrões, Almofala, Porto do Barco, Aranaú, Ponta do Presídio, Barrinha, Formosa, Preá, Jericoacoara, Mangue seco, Guriú, Tatajuba, Carrapateiras, Maceió, Bitupitá e Pontal das Almas; Enquanto, o litoral leste é composto por 29 faixas de praia,

iniciada no município de Aquiraz e finalizada no município de Icapuí, temática que será discutida no item 4 desse trabalho.

Praias do Ceará

Um oferecimento:



HOTEL DIOGO
FORTALEZA

Oceano Atlântico



Costa Sol Poente

Costa Sol Nascente



Principais praias e suas distâncias de Fortaleza

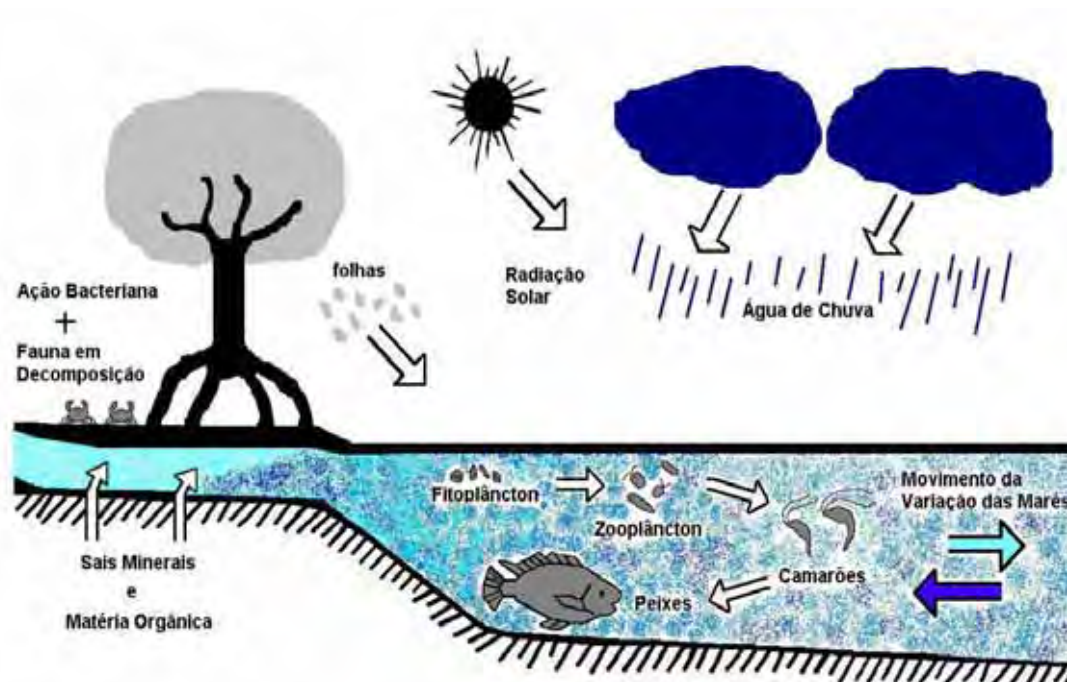
Costa Sol Poente		Costa Sol Nascente	
Luvari	72 Km	Montalva	171 Km
Comandante	23 Km	Naial de Amontada	224 Km
Picão	68 Km	Almeida	231 Km
Tabaíba	97 Km	Barreira	269 Km
Penarara	95 Km	Barrocaera	218 Km
Laghetto	123 Km	Estância	279 Km
Flexeiras	148 Km	Bequiba	409 Km
Porto das Dunas	28 Km	Porto das Dunas	118 Km
Pratuba	36 Km	Pratuba	156 Km
Iguape	32 Km	Quilômetro	158 Km
Caponga	75 Km	Majestade	171 Km
Agua Branca	76 Km	Itapipoca	201 Km
Morro Branco	85 Km	Redonda	210 Km
Praia das Fontes	87 Km	Mambu	230 Km

As informações contidas neste mapa são meramente ilustrativas.

Além do ecossistema de praia, outro ecossistema presente no litoral brasileiro é o manguezal. A distribuição dos manguezais pelo planeta Terra encontra-se no “circumtropical, com maior desenvolvimento na faixa entre o Trópico de Capricórnio, ocasionalmente, se estendendo além destas coordenadas, [...] desenvolvem-se mais nas regiões próximas à linha do Equador, onde ocupam vastas áreas” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.25). O Brasil possui a maior área desse tipo de ecossistema do mundo, sendo a sua maior concentração na área Norte do Nordeste. Na zona Norte a maior área se encontra no Amapá e no Nordeste, no Maranhão. Esse ecossistema é costeiro tropical jovem, incide em terra baixa, plana e regiões “estuarianas, deltas, às margens de lagoas, ao longo de rios e nas suas desembocaduras, orlas de baías e canais naturais, estendendo-se até onde ocorre o fluxo da maré, e nunca estando exposto à ação direta das ondas” (MATA, 2012, p.10). Enquanto Correia; Sovierzoski, (2005, p.24) reforçam que “o manguezal é um sistema ecológico costeiro tropical, entre a terra e o mar, localizado em terrenos baixos na foz dos rios e estuários com solo inundado pelas variações das marés e tendo grande variação de salinidade”.

A geomorfologia do manguezal é caracterizada por um ecossistema de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, “possui, predominantemente vasa e lama, formadas por depósitos recentes, ricos em silte e argila, podendo apresentar diferentes concentrações de areia (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.25)”. O principal meio para entrada nas salinas nos mangues são as marés, responsáveis pela oscilação da salinidade. “A distância máxima de penetração da água salgada nos estuários determina o limite do manguezal em direção à terra firme” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.26). A importância desse ecossistema está “na manutenção e o sustento do equilíbrio ecológico da cadeia alimentar (Figura 4) e produtiva em um ecossistema manguezal) das regiões costeiras” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.26).

Figura 4 – Representação da Cadeia alimentar e produtiva em um ecossistema manguezal na faixa costeira(2012).



Fonte: Correia; Sovierzoski (2005, p.26).

Como pode ser observado na Figura 4, o ecossistema de mangue possui uma cadeia alimentar, um grande processo de transformação da matéria orgânica, formando um ciclo de nutrientes no encontro entre terra, mar, chuva e radiação solar, etc. O manguezal possui condições adequadas para “alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies de animais aquáticos, tanto marinhos quanto estuarinos e até mesmo alguns dulcícolas, que necessitam dessas áreas para se reproduzirem durante o seu ciclo biológico e desenvolverem diferentes fases larvais das suas respectivas proles” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p.27). No Ceará, infelizmente, o que se tem identificado é o aterramento dos mangues, “prejudicando a biodiversidade e alterando o estado natural de equilíbrio dos ecossistemas”, conforme constataram Carneiro e Gonçalves (2012, p.24), na investigação sobre Iguape, município do litoral leste cearense.

Todas as discussões deste item Litoral e a dinâmica da natureza remeteram a uma reflexão sobre o entrelaçamento das diferentes paisagens naturais. Mas vale ressaltar que ao tratar da natureza é precisar considerá-la

como componente social, principalmente quando se refere à relação homem e litoral, marcada por diferentes significados ao longo da história da humanidade.

2.2 A Dinâmica da Sociedade e o Litoral

A relação da sociedade com o litoral passou por diversos processos. Ramos (2009, p.34) lembra a teoria de formação da terra de Whiston, ao afirmar que a terra “pré-diluviana já conhecia um mar, que circundava uma só porção de terra, e que desconhecia tempestades”. Corbin afirma que, para Valenciennes,

a água do mar é cinza e da cor da atmosfera, sobretudo quando está tranquila; mas, se for agitada adquire diferentes tons: verde, pardo, azul-esverdeado, violeta-escuro misturado com o branco espumoso da extremidade das ondas que se aniquilam, rolando e quebrando sobre si mesmas. A onda que vem dar na praia é espumosa e esbranquiçada, ao passo que no alto-mar ela se mostra geralmente colorida no lado iluminado pelo sol. O reflexo das montanhas e das nuvens, algumas vezes a mistura de corpos estranhos, contribuem para colorir as águas do mar. As do oceano, nas costas da França, em nada se assemelham às da Holanda. O Mediterrâneo é ainda de uma outra tonalidade (CORBIN, 1989, p. 171).

Mas reforça Ramos (2009) que somente no século VI ou VII surgiram às discussões sobre o grande dilúvio universal, com quarenta dias de duração e a segurança oferecida pela Arca de Noé. A literatura mais antiga apresenta outras passagens que retratam “o mar – e depois o oceano Atlântico – como um lugar por excelência; faz dele o teatro privilegiado do sofrimento do sábio; repete-se no século XVII, sem muita convicção, é verdade, que Aristóteles se suicidou por não ter sabido elucidar a complexidade das correntes do Euripo” (CORBIN, 1989, p.21).

O autor lembra que não faltaram “episódios na mitologia e na literatura clássica que reforcem a visão negativa do litoral [...] no litoral se escondem os monstros” (CORBIN, 1989, p.23). Um exemplo desses episódios aponta Ramos (2009, p.33) é o testemunho do dilúvio (Figura 5) como alguma coisa aterrorizante, baseado no impressionismo do relato dos escritores e destaca que ao longo dos séculos o dilúvio era considerado um “corte histórico, que possibilitou o entendimento da história da Terra e possibilita aos homens a

proposição de teorias sobre ela”. Conforme Ramos (2009, p.33) o dilúvio, causou as deformidades da divisão entre o mar e a terra e serviu para respaldar a tese de que a ação diluviana causou sua irregularidade incompreensível.

Figura 5 - “Final do dilúvio”, pintura¹ de Gustav Doré(2012)



Fonte: <http://www.comshalom.org/blog/carmadelio/category/arqueologia/>

A era clássica demonstrou pouco interesse pelo mar, como mostram os textos bíblicos ao destacarem que “as criaturas dos ares e dos campos, mas as criaturas marinhas submersas no então abismo escapam à compreensão do homem, são estranhas a este” (RAMOS, 2009, p.32-33). Nesse mesmo período surgiram outras referências ao mar, além da teoria diluviana, apesar de sempre fazer referências ao mar atrelado à rebeldia oceânica e às dificuldades de dominar seus limites. Mas, apesar de saberem dos males que o mar poderia causar-lhes, o homem desafiava a rebeldia marítima como pode ser visto na Figura 6.

¹A pintura sempre teve a função de contar histórias, como nesse exemplo, onde apresenta a representação do dilúvio. (ROLLA, 2012, p.5)

Figura 6 - Ambroise Louis Garneray, "*Peche du Cachalot*," colored aquatint engraved by Frederic Martens(1834).



Fonte:<http://tenpagesormore.blogspot.com.br/2010/12/10-moby-dick-by-herman-melville-pp-262.html>

Na obra de Ambroise, pode ser observado que o homem do séc. XVII passou a utilizar o mar para a pesca de baleias com arpão. Dessa forma, o mar e a montanha passaram “a ser fontes de forte simbolismo, as criaturas que habitam o profundo abismo marinho são enunciadas como gigantescos monstros colossais, durante os séculos XVI e XVII” (RAMOS, 2009, p.35). Mas esse simbolismo para religiosos, historiadores e poetas tem como marca as figuras de serpentes marinhas, o leviatã e os monstros que habitam no mar. Na Grécia antiga, a oceanografia, a geografia que orientava as navegações, trazia imagens negativas do oceano, do mar, do litoral e das praias (RAMOS, 2009).

Essas navegações fizeram com que o porto passasse a ser um espaço atrativo para as mulheres do povo, crianças e animais domésticos. O porto era também o local de domínio do negociante e de seu empregado. Esses negócios passaram a representar um espetáculo marcado pelo desembarque e carregamento de mercadorias, representando para o espectador à taxonomia das riquezas do globo. Espetáculo que durante a segunda metade do Século

das luzes, fez com que o turista habituado a subir colinas passasse a desfrutar o porto e seu panorama (CORBIN, 2009).

Mas Corbin (1989, p.27) lembra que, nos portos, “os vapores mefíticos que exalam do mar tornam as costas malcheirosas”. Esse mau cheiro, que resultava do apodrecimento dos depósitos marinhos, principalmente pelo lançamento de algas, excrementos e detritos orgânicos espalhados ao longo das praias. Como nada é imutável, com o decorrer do tempo, a relação com o mar sofreu mudanças na forma como a sociedade passou ver esse espaço. Outro problema atrelado ao mar era ligado ao mau cheiro exalado pelos depósitos marinhos, mas Corbin (1989,p.26-27) anuncia, que “o caráter malsão de suas exalações constitui uma das convicções mais enraizadas da medicina neohipocrática dos séculos XVII e XVIII”.

Por outro lado, Corbin (1989, p.32) destaca que, “durante o segundo terço do século XVII, [...] o percurso das praias de mar integra-se a um conjunto de práticas da natureza que respondem ao plano de vida de uma elite desejosa do retorno às fontes”. Desse modo, conforme Ramos (2009) aproximadamente em 1628 surgiram grupos, que tinham o apoio da igreja católica, que passaram a ver a praia de forma diferenciada. Na França, foi o movimento da teologia natural, na Inglaterra, surgiu a física teológica. Para a teologia natural, após o dilúvio a Terra passou a viver em perfeita harmonia. Enquanto o movimento da física teológica defendeu um sentido para beleza da natureza, com exaltação da obra divina, com sua perfeição como prova do poder e a bondade de Deus.

O grupo de poetas barrocos, conforme Ramos (2009) apreciavam as maravilhas marinhas por três fenômenos: “os cantos idílicos dos profetas da teologia natural, a exaltação das praias fecundas da Holanda e abençoadas por Deus e a moda da viagem clássica às margens luminosas da baía de Nápoles (RAMOS, 2009, p.36)”. No século XVIII, surgiu o princípio do litoral como apaziguador e tranquilizador, onde

Deus, em sua infinita bondade, dispôs o oceano e as praias tendo em vista o bem-estar do homem. A composição da água do mar corresponde às intenções do Criador: o sal impede que ela se corrompa; assim a sobrevivência dos peixes e a salubridade das margens. Além disso, favorece a conservação dos alimentos. Impede o congelamento, que impossibilita tanto

a pesca como o desenvolvimento das criaturas marinhas. E mais: ao criar o mar salgado, afirma o abade Pluché, Deus quis que ele carregasse 'para junto de suas habitações' esta substância de que os homens têm tanta necessidade. O sal, enfim, torna a onda pesada, 'controla a evaporação' e regula, desse modo, a circulação da água na atmosfera. Quanto ao betume, forma uma substância viscosa que impede o mar de correr as terras que revestem o fundo de seu leito (CORBIN, 1989, p.38-39).

Essa mudança na relação do homem com a praia é confirmada na atitude do "turista do século XVIII [...] das cenas de praia [...] os holandeses, propõem-lhe um modelo de apreciação das dunas, da areia, da praia e da perspectiva costeira" (CORBIN, 1989, p.49). Durante todo século XVIII, a praia, apesar de permanecer como local de trabalho dos pescadores, passou a representar também um lugar de passeio da burguesia (CORBIN, 1989). "A praia representa o ponto de articulação entre o trabalho da terra e o do mar (p.221)". Ainda o mesmo autor reforça,

Ao contrário do turista, o pequeno pescador encontra-se, desde a mais tenra infância, exposto permanentemente ao ar, aos ventos, às águas e às areias do lugar. Ora, os elementos não poderiam provocar na natureza rude deste indivíduo não-civilizado os mesmos efeitos que provoca no melancólico vindo em busca do vigor nas águas do mar. Em suma, entre os banhistas e os pescadores de boulogne, que se beneficiam dos mesmos alimentos, a compleição física estabelece uma fronteira, obrigando o sábio a conduzir duas análises independentes (CORBIN, 1989, p.223).

A partir dessas mudanças na forma de a sociedade observar o mar, as praias e todo litoral, os turistas viajavam acompanhados de seus relatos clássicos de viagem e escreviam os seus próprios relatos da beleza, a característica da paisagem trazendo novos meios de apreciação das paisagens do campo e do mar (RAMOS, 2009). Nesse contexto, intensifica-se

o hábito de visitar os países do continente, e sobretudo os tesouros da península itálica, após o tratado de Ryswick. Entre 1698 e 1740, levas de turistas britânicos espalham-se pela Europa, enquanto se difunde na França a moda da viagem a Itália. [...] Requite supremo da cultura, a viagem a Itália requer preparos antes de lançar-se ao mar. (CORBIN, 1989, p.55-56).

No século XVIII, os banhos de mar, nos balneários ingleses à beira-mar ainda não haviam se tornado prática social; era usual como principais atividades das temporadas nas praias a caminhada e a conversa. O banho de mar ganha validade com seu uso para cura de diferentes males, um deles o *spleen*, denominado como doença que causa desarmonia na alma (RAMOS, 2009). O banho de mar ganhou espaço como prática social quando as elites perceberam o vigor das populações mais pobres que moravam à beira mar.

Mas esses banhos tinham seus rituais. Nos banhos femininos e das crianças, por exemplo, era a necessária a presença dos homens. O banho das mocinhas era tratado pela literatura do período como algo sensual, provocado pelos gritos involuntários das jovens que despertavam a imaginação de muitos rapazes e homens (RAMOS, 2009). Dessa passagem infere-se que, nos primórdios do banho de mar, o homem e a mulher têm comportamentos diferentes. A mulher toma seu banho em águas rasas e mantém-se próxima à carruagem de banho; a mulher burguesa “depara-se no espaço público com os cabelos soltos, os pés descalços, os quadris à mostra”, considerada com uma situação diferenciada (CORBIN, 1989, p.89). O homem, diferente da mulher, tem uma relação de coragem com o mar e se apresenta como uma figura viril.

Todas essas conjecturas nos fazem retomar como o curista² das classes dominantes, aproximadamente em 1750 e ao longo do século XVIII, se utilizava do mar para aliviar sua angústia, melancolia e *spleen*, quando “[...] o banho de mar ou de rio até então era considerado uma distração imoral, própria do povo sem educação [...] torna-se uma prática autorizada”. (CORBIN, 1989, p.71). O mesmo cita Burton que reconhece o litoral como um clima saudável, apesar de não o recomendar como um local de passeio.

Na Europa, a partir dos anos de 1732, o banho de mar passou a ser utilizado como terapia para as vítimas de hidrofobia e gota. A partir desse período os médicos, passaram a defender que “o mar indomável [...], sobretudo nas regiões do setentrão, [era] capaz de proporcionar a energia vital; [...] em suas praias encontrará o apetite, o sono, o esquecimento de suas preocupações” (CORBIN, 1989, p.74). Baseados na crença de que o frio, o sal, o choque pela imersão brutal, a visão de pessoas saudáveis, a multiplicidade

² Pessoa que procura as estações balneárias, em busca de cura (AURÉLIO, 2010).

da paisagem, ajudaria a curar o doente crônico, onde o curista poderia se distrair na sociedade elegante que passaria a frequentar os balneários da moda (CORBIN, 1989). Mas além do uso medicinal na Inglaterra e na França do final do século XVII e início do século XVIII ocorreram mudanças no comportamento dos seus viajantes, onde a apreciação do pitoresco é substituída pela apreciação do belo, assim, ganham importância às brancas falésias nas praias da Inglaterra meridional (CORBIN, 1989).

A moda do banho de mar, mesmo para os curistas, fez com que fossem criadas vestes apropriadas para esse banho. Essas vestes se adequaram aos códigos da vilegiatura e foram sofrendo mudanças ao longo do tempo. “As roupas de banho deveriam sustentar a moral e os bons costumes da época e, para isso, as vestes que deixassem visíveis as formas femininas e masculinas eram desencorajadas” (RAMOS, 2009, p.45). Na Europa, tentam impedir uma possível indecência que ligue os banhos de mar à perversão social pública. Os trajes de banho eram regulados pelo Estado (RAMOS, 2009). Corbin reforça que,

o pudor e o medo da violação ocular determinam o traje de banho. As primeiras mulheres a mergulhar no mar enfiavam um espesso vestido de lã para conservar o calor. Na França, na época da Restauração, é assim vestidas que as damas tomam banho. [...] nos anos 1840, a calça impõe-se às banhistas; os vestidos levantados pela onda torna-se algo indecente. A roupa de banho mais difundida compõe-se então de uma camisa e uma calça coladas ao corpo e montadas num mesmo molde, de modo a formar um todo contínuo que se abre na frente por meio de botões (CORBIN, 1989, p.93)

Mas a maioria das mulheres do povo europeu ignorava os complexos códigos sobre os banhos de mar, pois, ao contrário, essas mulheres já possuíam seu próprio hábito do banho de mar. Os banhos nus eram comuns entre jovens rapazes habitantes do mediterrâneo, contudo nessas praias pelo imenso calor eram ocupadas para fins terapêuticos e por modistas da elite europeia (RAMOS, 2009). Reafirma Corbin (1989, p.94) “a maioria das mulheres do povo desconhece esse insistente pudor, e a prolixa literatura dedicada ao “banho de onda” tende a perder de vista os comportamentos vulgares, bastante enraizados”. Para este:

De longa data, o banho é um costume carente nessa costa. Pierre de Lancre, presidente do parlamento de bordéus, descreve, no início do século XVII, a surpresa experimentada pelo viajante ao ver “moças e jovens pescadores” que se “misturam nas ondas” e depois vão “secar-se no leito de amor que Vênus colocou expressamente ali, na beira do mar”. [...] os costumes da praia nada tem a ver com o modelo britânico. Os testemunhos nos dão a imagem de um banho hedonista, lúdico, de contornos menos precisos (CORBIN, 1989, p.95).

O uso terapêutico do banho teve seu ritual definido em meados do século XIX. Esse ritual era composto das seguintes etapas: repouso do doente que deveria tomar seu banho antes do por do sol, preferencialmente em lugar com sombras e o paciente deveria lançar-se ao mar de forma vivaz e sair do mar ao sentir o segundo arrepio. Precisava contar com a ajuda de outras pessoas para preparar-lhes a cama do seu descanso após o banho terapêutico. Tinham como sugestão que esse banho ocorresse durante o outono (CORBIN, 1989). Para os pacientes e médicos esse banho de mar demanda três características, “a frieza (ou pelo menos o frescor), a salinidade e a turbulência” (CORBIN, 1989, p.85). Segundo o autor na realidade,

uma prolixa literatura de casos médicos, relatados de viagem ou estadias terapêuticas, uma abundante correspondência, um incessante diz-que-diz, atestam então a intensidade do desejo da beira-mar. Ao longo de tais relatos, constrói-se uma estratégia emocional, revela-se e difunde-se uma maneira inédita de usufruir o mar e suas praias. Esses novo interesse transparece já, timidamente, em Boulogne, Ostende, Scheveningen e Dobreran, no litoral da Europa continental (CORBIN, 1989, p.107).

Enquanto na Europa continental esse interesse apareceu timidamente na cultura de praia ocidental, a medicina e a prescrição médica dos banhos de rio e de mar, para autores como Burton, em 1621, e *Peachman*, em 1622, podem ser consideradas de grande importância, ao menos, na origem, e na constituição do que hoje se conhece como banho de mar (RAMOS, 2009, p.41). O uso terapêutico do banho de mar foi aos poucos sendo complementado por outras possibilidades, principalmente ligadas ao prazer e ao turismo. Mas Ramos (2009) lembra que a mudança no padrão do banho de mar nos moldes do discurso médico (tratamento terapêutico) para o banho de mar contemporâneo ocorreu por meio de um processo lento e diferente em

cada região para consolidação social das praias. No Brasil, por exemplo, o banho terapêutico nos anos 1920 ganhou destaque na cidade do Rio de Janeiro, quando

o prefeito Pereira Passos, dando início à modernização da cidade, rasga as grandes avenidas, levando o crescimento às áreas ainda desertas e distantes da cidade, como eram a Zona Sul e as praias oceânicas, é que o banho de mar ganha popularidade, transformando a cidade do Rio de Janeiro em verdadeira cidade balneário (GASPAR,2004,p.78).

Ao final do século XVIII e início do século XIX surgiram, de costas para o mar, as residências e prédios públicos, com o intuito de contemplar a imensidão do mar (RAMOS, 2009). Dessa forma, foi a partir desse tipo de ocupação que surgiram as primeiras intervenções urbanas no litoral, sendo consolidado no imaginário social do século XIX que o pitoresco marinho era usado apenas pela aristocracia européia. A mesma aristocracia que criou o balneário, mas aos poucos esses balneários vão se transformando em locais repudiados pela aristocracia industrial européia.

Corroborar-se com Ramos (2009) quando afirma que à medida que a população menos abastada se apropria de uma faixa de praia frequentada pela elite, esta migra para outra faixa selecionada de *estirâncio*, transformando a paisagem pela sua ocupação. Esse deslocamento na paisagem para a consideração das “modificações incessantes não se efetua de forma linear [...] fez recuar temporariamente a percepção dos desgastes imemoriais, realçando os traços caóticos deixados por cataclismos sucessivos” (CORBIN, 1989, p.118). Dessa forma, surgiu o consórcio entre os códigos estéticos dominantes e o projeto pedagógico, o modelo de paisagem na costa litorânea. Para o conde Marsigli (1725) *Apud* Corbin (1989, p.116) existe uma,

simetria que ordena a repartição das montanhas e das grandes profundezas. [...]. A partir daí, a beira-mar não se desenha mais como uma linha, mas como uma zona; esta engloba a praia e a plataforma continental; desdobra-se entre montanhas e os abismos; ela constitui o eixo da suposta simetria.

Dessas discussões surgem os princípios da praia moderna, com as mudanças na sua forma de utilização onde a água passa a ser associada aos benefícios dos raios solares, do convívio social e da arquitetura do mar que,

vão possibilitar de vez a consolidação desses espaços de fruição. A moda da praia faz com que os códigos de conduta, primeiro instituídos pela prescrição médica, e depois reelaborados pela aristocracia, sejam novamente revistos na sociedade que imita a elite europeia e torna a ida à praia uma das prioridades dos breves períodos de ócio (RAMOS, 2009, p.48).

Esses períodos de ócio³ atrelados ao banho de mar, nos moldes da Europa, no Brasil teve sua consolidação no século XIX, mas o banhista seguia um código de conduta. Esse Código de conduta que surgiu de padrões externos, baseados nos discursos médicos europeus e dos banhos terapêuticos, última moda na Europa. Para reproduzir essa prática no território brasileiro, o príncipe adquiriu uma residência na Quinta, no Rio de Janeiro, onde o mar era cristalino e as areias brancas (RAMOS, 2009).

A justificativa para a criação desse código era de que o acesso à praia margeava a uma malha férrea (bonde). Em 1917 no Rio de Janeiro foi criado o código de conduta do banho de mar com o Decreto nº 1.143/17, promulgado em 1 de Maio de 1917(Anexo A).Esse Decreto regulamentava os horários de locais apropriados ao banho de mar e determinava uma multa para o descumprimento do mesmo. Também trazia normas de conduta a exemplo do Art. 3.º que trata do vestuário apropriado, “guardando a necessária decência e compostura, de accôrdo⁴ com as exigências da autoridade respectiva (Figura 7)”. Além do Art. 5.º que determinava ser proibido ruídos e voz na praia ou no mar, durante o banho de mar.

³ Vale salientar, o ócio que no século XVII e XVIII teve o significado de tempo livre a partir dos valores das culturas locais. Na contemporaneidade passou a supervalorizar a cultura de povos dominantes, negando a diversidade cultural (CAMILO, 2011).

⁴ A palavra está escrita conforme as regras gramaticais da época de sua publicação.

Figura 7- Praia de Ipanema (RJ), em 1904, com o Arpoador ao fundo (Arquivo Nacional, 2012).



Fonte: GASPAR (2004, p.45)

Afora a regulamentação legal que nessa época considerava-se uma necessidade social, havia o controle do novo hábito, deixando claro quais vestimentas poderiam ser utilizadas no banho de praia. Ramos (2009, p.52) lembra que essas várias tentativas para ditar tendências foram baseadas na Europa e nos EUA, “que já exibiam modelos menos comportados de vestimentas femininas à beira-mar, a juventude carioca aderiu aos novos modelos de vestimentas na praia, e assim os trajes de banho diminuíram e diversificaram-se os modelos”. Ao longo do século XX a cultura de praia brasileira aliou o esporte em suas atividades, trazendo o começo da produção dos espaços praias no Brasil, rememora Ramos (2009) que

todas as capitais dos estados litorâneos crescem abruptamente. As normas sociais de convívio à beira mar e os padrões construtivos repetem-se em larga escala. No ritmo observado, quase se homogeneiza o litoral brasileiro. Suas diferenças são marcadas menos pelo uso e ocupação, do que por suas feições naturais (RAMOS, 2009, p.52).

A ocupação ao longo do litoral brasileiro é classificada pelo Ministério do Meio Ambiente (PROJETO ORLA, 2006, p25) em três modelos, a saber: modelo de ocupação residencial, o modelo de ocupação sazonal e o modelo de ocupação turística. Esses três modelos estão presentes na maioria das capitais litorâneas brasileiras, como podemos identificar na orla da capital cearense apresentada na Figura 8.

Figura 8 - Litoral de Fortaleza – CE: faixa litorânea do Mucuripe á Beira Mar (2012).



Fonte: <http://viajamos.com.br/m/blogpost?id=4824264%3ABlogPost%3A49410> (2012)

Segundo Diegues (1998), a ocupação da orla está atrelada muito mais ao desejo social do que a qualquer outro pretexto. Esse interesse que se iniciou no século XVII, ganhou notoriedade no discurso médico durante o século XVIII e se ampliou ao longo da história da humanidade com os balneários e ao uso da praia como espaço de turismo. Com essa ocupação as atividades turísticas nas praias se tornaram um

importante mote para o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica indutora e produtora dos territórios à beira-mar. Com o aumento do desejo de banhar-se nas praias, mencionados em guias e enciclopédias médicas, surge naturalmente demanda por equipamentos de hospedagens,

lazer, compras e transportes para então, suprir outras necessidades concernentes as, agora constantes, idas à praia (RAMOS, 2009, p.14).

Essas demandas se concretizaram principalmente em função das praias estarem afastadas das áreas urbanas, fazendo necessário articularem nas faixas de praia, serviços básicos para atender à sociedade que se concentra no entorno da praia (RAMOS, 2009). Assim como no *Grand Tour* da Idade Média,

a consolidação das praias foi importante para que os primeiros balneários ingleses, franceses, espanhóis e holandeses voltados para a hospedagem, alimentação, lazer e para a mais importante das funções que é a prática dos banhos de mar fossem criados e logo se tornassem símbolo e sinônimo de turismo moderno. O foco era a geração de lucro, através da prestação de uma gama cada vez maior de serviços, mas nada comparado à busca de conhecimento e o processo de formação da juventude aristocrata, que as viagens possibilitavam (RAMOS, 2009, p.15).

Assim, com essas viagens, o turista do litoral ganhou notoriedade no turismo moderno e a moda das praias foi consolidada. No entanto, o modelo implantado buscou atendê-los nos moldes capitalistas de produção, onde todos os seus componentes como trabalho, mais valia, salário, férias, dias de descanso estão voltados para atender os interesses da sociedade de consumo (RAMOS, 2009). Retoma-se o autor (2009, p.15), ao asseverar que “foi no século XX que tanto as praias como o turismo tornaram-se locais e atividades consumidas massivamente no ocidente”. Ganhando adeptos na América do Sul, mais especificamente o Brasil, desde o século XIX, essa atividade observa Ramos (2009, p.22), “não se trata somente de uma reprodução mais rápida do capital, mas de uma reprodução mais rápida de um padrão de uso e ocupação das orlas”, modelo de dominação respaldado pela sociedade do consumo e largamente repetido a partir do século XX. Corroborar-se com Corbin (1989) ao não aceitar que a administração pública constituía a

indeterminação desses espaços, a multiplicidade dos direitos de uso e particularmente o “falso *poissonage*” que aí se estabelece, os privilégios outorgados e as insidiosas tentativas de monopólio torçam esses lugares altamente conflitivos. A trama das anulações, das revisões e das interpretações faz de todo “pequeno pescador” um usurpador em potencial (CORBIN, 1989, p.215).

Com base nessa proposição compreende-se que a administração pública exerce a gestão desse litoral a serviço da sociedade do consumo, criando um ciclo vicioso, entre turismo e consumo como se discute no item seguinte.

2.3. Produção e consumo do litoral para o lazer e o turismo

A relação no litoral entre produção e consumo, lazer e turismo, já apresentavam seus princípios na elite portuguesa que reproduziu em sua colônia, com praias e climas favoráveis, ao consumo nos moldes europeu para esses espaços. Gradualmente ao longo dos séculos XIX e XX a praia ganhou relevância. Nesse período essa prática no Brasil se repetia, por exemplo, no Rio de Janeiro a praia se transformou o espaço público com maior utilização da sociedade do consumo (RAMOS, 2009), com aluguel de barcos e infraestrutura de consumo, como pode ser observado na foto do arquivo pessoal de Gaspar apresentada na Figura 9.

Figura 9- Banho de mar na Praia do Flamengo (RJ), 1917(Acervo pessoal).



Fonte: GASPAR (2004)

No Brasil as semelhanças com as características europeias se limitaram ao gosto pela praia, pois não ocorreu a criação de edificações apropriadas para a prática do banho de mar. Esse gosto pelo uso das praias no Brasil, nos moldes europeus, se repetiu em Fortaleza, Ceará, como relata Dantas:

A exemplo das caminhadas na praia realizadas pelas classes abastadas em lugares como o *Promenade des Anglais* no Mediterrâneo, verifica-se a tentativa das classes abastadas de Fortaleza de tornar as zonas de praia um espaço de recreação e de lazer (DANTAS, 2004, p. 71).

Essa prática de utilização da praia como espaço de lazer, nos séculos XIX e XX, teve no Brasil o Rio de Janeiro como precursor, se difundiu em passos acelerados por todo território nacional. Dantas (2004) assegura que:

em Fortaleza também se tira proveito da paisagem característica das praias, mas para um tipo diferente de uso. Tal paisagem dispunha de uma particularidade, a impossibilidade de aproveitar as praias durante o dia. Neste período, a temperatura impossibilita a exposição ao Sol e, conseqüentemente, o desenvolvimento de toda e qualquer atividade de lazer e de outras atividades sociais (DANTAS, 2004, p.71).

Essas atividades sociais e de lazer se tornaram economicamente viáveis para a sociedade do consumo e criou-se, dessa forma a demarcação e valorização capital da região de praia, marcada pela especulação e delimitação de um padrão socioeconômico.

2.3.1. Ocupação do espaço pela valorização do litoral

A primeira discussão sobre espaço advém da necessidade da definição desse termo. Para Santos (1991, p.51) espaço geográfico “é o conjunto indissociável, solidário, de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Sob essa perspectiva os signos ganham as peculiaridades da sociedade em que está inserida por meio dos símbolos. No caso específico desse estudo, esses símbolos estão configurados na representação do litoral. Ramos (2009) lembra que o Brasil possui 7.367 km de costa e quando se assoalham as reentrâncias do litoral esse número aumenta para aproximadamente 8.500 km. Mas, nesse

litoral encontram-se diferentes processos de uso e ocupação e se optou por destacar três classes de ocupação, com base nas definições do Projeto Orla (2008), que classificou orla a partir dos níveis de preservação dos ambientes naturais da orla: classe A, classe B e classe C.

A orla Classe A possui correlação com os tipos que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas (PROJETO ORLA, 2008, p.57).

Como se pode observar a orla de classe A, corresponde à praia nativa com vegetação primária e baixa intervenção antrópica. No Brasil, esse tipo de orla tem sido alvo, de intensa especulação de grandes empreendimentos imobiliários, voltados para a sociedade da produção e consumo, assunto que trataremos posteriormente. Entretanto essas áreas despertam os interesses do mercado imobiliário em algum momento (RAMOS, 2009), pela sua beleza natural. Dessa forma, o que tem se testemunhado no Brasil é a especulação imobiliária, nas faixas de praia transformando-as em lugares para poucos, onde o “poder econômico invariavelmente determina onde cabem muitos e onde cabem poucos” (RAMOS, 2009, p.18). Essa relação de poder cria uma subjetividade humana a serviço do capital como pode ser confirmado na assertiva de Ramos ao afirmar que

no caso específico da praia e seu entorno imediato, concorrem para a constituição da subjetividade humana tanto as máquinas sociais, visto serem elas equipamentos coletivos quanto às máquinas tecnológicas de informação e comunicação, ambas a serviço do capital (RAMOS, 2009, p.20).

Quanto às orlas enquadradas na Classe B pode ser destacado que existe

Orlas enquadradas na Classe B possuem correlação com os tipos que apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que tragam baixo potencial de impacto, devem ser estimulados. (PROJETO ORLA, 2008, p.59).

Esse tipo de orla vem tentando sobreviver no Brasil por meio do turismo comunitário e da preservação dos valores socioculturais da comunidade. No Ceará um exemplo desse tipo de ocupação e uso da orla no município de Beberibe na Prainha do Canto Verde, onde ocorre o turismo comunitário e a gestão dos moradores sobre o uso e ocupação do solo.

As orlas do tipo C,

apresentam médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto aos padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entornos (PROJETO ORLA, 2008, p.60).

Constata-se que a maioria da orla brasileira sofre com as consequências impactantes desse tipo de ocupação. Um exemplo que pode ser citado foi realizado na pesquisa de Dantas (2003), em sua dissertação, “Turismo, Produção e Apropriação do Espaço e Percepção Ambiental: o Caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará”. Concluiu que os espaços de Canoa Quebrada - CE foram transformados em objetos sociais, “capturados pela lógica da troca, pela perspectiva capitalista da comercialização da terra e da especulação imobiliária. Assim como nas cidades, o novo espaço criado fragmentou-se e hierarquizou-se” (DANTAS, 2003, p.179).

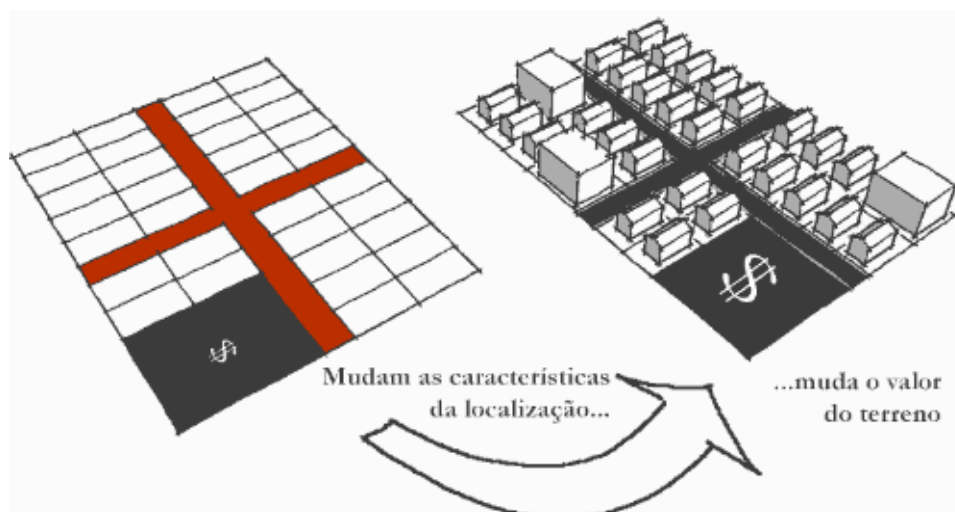
Para Ramos (2009, p.20) essa hierarquização do espaço está imbricada com “o capital imobiliário e o turístico que atuam em parceria com as ferramentas constituídas nos processos de subjetivação formalizando o imaginário” onde o lugar ganha valoração pelo nível de especulação a partir da demanda por ocupação. Suguio (2003, p.60) reforça que essa urbanização compõe uma “mancha urbana contínua [...] cujas atividades não estão centradas apenas no turismo”, mas no atendimento de interesses especulativos. Complementa que se deve atentar para “praticamente todas as capitais e grandes e médias cidades contidas ao longo da orla brasileira”(SUGUIO,2003, p.61).

Infere-se a partir da história de uso e ocupação da orla do Rio de Janeiro, citada por Ramos (2009, p.55) “que a porção do território que chamamos de orla, ou ainda espaço praial, possui seus próprios elementos. Elementos esses de convívio social (normas e condutas específicas) e de infraestrutura urbana (padrões arquitetônicos e urbanos)”. Essas normas de convívio social, estruturas e padrões arquitetônicos que são incorporadas ao mercado de terras e ao turismo.

Essa incorporação promove a intensificação dos processos de *valoração* e *valorização* do litoral, atribuindo-lhe valor, especificando-lhe um preço. [...] A valorização do espaço, portanto, é um processo mais amplo que a simples atribuição de preço, é a construção do seu valor total, conforme suas utilidades, formas de uso, estas construídas e desenvolvidas a partir de ações teleológicas (COSTA, 2012, p.155).

A valorização do espaço está diretamente relacionada à beleza pelos seus fatores naturais aliados ao acesso à infraestrutura básica, possui custos que geralmente são coletivos. Entretanto, evoca Ramos (2009, p.25-26), “os ganhos derivados destas melhorias são necessariamente privados, ou seja, pertencem àqueles que detêm porções de terra”. Sabe-se que no Brasil é comum haver normas de comportamento em áreas carentes de infraestrutura urbana, [...] onde os proprietários de terras ficam no aguardo de investimento muitas vezes advindo de recursos públicos e após a chegada dos benefícios alcancem valores superiores aos investimentos, como é mostrado na Figura10.

Figura 10 - Esquema básico de funcionamento da especulação imobiliária (2009).



Fonte: Saboya, (2009), *Apud* RAMOS (2009,p.26)

Vale ressaltar que a localização desses terrenos, agregado a pavimentação das vias de acesso, a abertura de avenidas e instalação de infraestrutura urbana, provoca a prática da especulação imobiliária. Nas praias, por exemplo, encontra-se com muita frequência esse tipo de especulação sob o discurso de dispersão urbana, com a segunda residência. Essa dispersão é reforçada com o investimento público em vias de acesso ao litoral, como nova forma de conforto e qualidade de vida. Para discutir a qualidade de vida como prática humana e espaço, Ramos (2009, p.55) se utiliza da citação de Cruz (2007, p.07) ao defender que “somos levados a tomar [...] à prática humana e o espaço – num mesmo patamar”. Assim é possível deduzir que é impraticável a separação entre sociedade e espaço, considerando que o espaço é constituído de objetos e sistemas de ação, dentre eles a produção e o consumo desses objetos. É com essa prerrogativa discuti-se no item que se segue as atividades de consumo e produção processadas no litoral.

2.3.2. Atividades de Consumo e Produção no Litoral

As praias do litoral cearense são bastante utilizadas como área de lazer e turismo, com pesca, banho de sol e caminhadas pela areia. Ocorrem outras atividades motorizadas como passeios de bugre, motocicletas e carros com tração e outros veículos automotivos. Também acontece o uso das águas, com passeio de barcos, lanchas, jangadas dentre outros. Essas atividades que podem trazer impactos ambientais, também representam fonte de renda familiar através do lazer e turismo para a comunidade local, como pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 - Jangada do litoral do Leste do Ceará em Canoa Quebrada, Aracati – CE.



Fonte: Marcos Cabral (2012)

Essas diferentes atividades de lazer e turismo se aproximam do conceito de produção de Lefebvre, (2008, p.102) ao entender que a “produção é espaço nascido em si mesmo”. Assim considera-se fundamental a necessidade de refletir sobre a diversidade de serviços oferecidos nos espaços de praia, a partir da afirmativa de Ramos (2009, p.19) de que “distintas classes sociais atuam na produção dos espaços praias. Existem classes que não residem no espaço praias, mas têm suas ligações com a praia através de outras vivências e referências o lazer e o trabalho, por exemplo [...]”.

Entretanto o que chama atenção na oferta desses serviços é a forma como ocorre essa produção dos espaços praias. Principalmente na reflexão se esse espaço é realmente público, considerando que os serviços oferecidos são privados. Esse tipo de produção é próprio da sociedade do consumo, assim abrigam por um lado pequeno número de atores hegemônicos e do outro uma grande quantidade de sujeitos passivos (RAMOS, 2009).

Em contraponto, a essa privatização do espaço, os recursos públicos que deveriam ser investidos no espaço público coletivo são repassados para bancos, empresas de capital imobiliário, como forma de financiamento para esses empreendimentos turísticos que delineiam um novo modelo de produção de espaço. Essa égide leva à discussão sobre a seletividade do consumo nas orlas, como afirmam Ortigoza e Lombardo (2011, p.14) “o consumo está relacionado a um determinado espaço geográfico”. Para Ramos (2009) existe um agrupamento conceitual que reforça a relação entre produção, espaço e consumo.

Na sociedade do consumo essa relação ocorre da necessidade de “incorporar sistematicamente novos objetos para existir o ciclo vicioso da construção e desconstrução dos apelos, dos desejos e das novas necessidades, por via da moda” (ORTIGOZA; LOMBARDO, 2011, p.12). Entende-se que mesmo na sociedade do consumo não há dicotomias na relação estabelecida entre cada componente do espaço produzido e a gênese do espaço. Mas ao mesmo tempo compreende-se que os componentes, homens, natureza, trabalho e dinheiro formam o espaço, incluídos um a um, como substância que compõem o cenário de forma indivisível (RAMOS, 2009).

Esse cenário indivisível do espaço litorâneo reforça o entendimento de que a relação produção e consumo no litoral brasileiro possuem como base a sustentação dos princípios da sociedade de consumo. Dessa relação entre produção e consumo surgem as atividades econômicas voltadas ao atendimento das necessidades, comodidade e lazer dos visitantes. Para uma melhor observação desse leque de atividades elenca-se no Quadro 2, o levantamento realizado pelo Projeto Orla (2008).

Quadro 2- Possíveis atividades econômicas da orla marítima.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Comércio	Quiosques, vendedores ambulantes, restaurantes, bares.
Prestação de serviços	Aluguel de barcos e outros equipamentos, cursos de surf, mergulho, etc
Manifestações culturais	Festas religiosas ou cívicas
Lazer	Banho de mar, pesca, esportes náuticos, esportes praticados na areia, recreação, etc
Extrativismo	Maricultura, atividades do setor portuário e petrolífero.

Fonte: PROJETO ORLA (2008, p.59).

Essas atividades têm ao longo da história de uso e ocupação do litoral impulsionado o processo de urbanização da orla e do seu entorno. Representando na atualidade as formas de trabalho, contribuem para a constituição da subjetividade humana e permitem entender as relações sociais estabelecidas nas orlas.

Nas regiões urbanas é recorrente a organização de grandes empreendedores que programam vários tipos de infraestrutura para a realização dos seus negócios, “não raras vezes, inclusive, subvertendo normas,” conforme Cruz (2007, p.11 *Apud* RAMOS, 2009, p.59). Assim, o discurso político da inclusão do trabalhador, no mundo do trabalho a partir do lazer e do turismo no litoral, passa a ser falácia e os serviços ficam concentrados nas mãos dos grandes empreendedores.

Outra reflexão importante sobre produção e consumo referisse a quem determina o que deve ser produzido e consumido. Como lembram Ortigoza e Lombardo (2011) quem dita à moda do consumo, são as classes hegemônicas,

por conseguinte, inferi-se que a produção é desencadeada por essa mesma classe.

No litoral essa relação não é diferente; Santos (2008) lembra que o espaço é formado pelos seguintes elementos: homens, firmas, instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas, onde o homem é elemento do espaço, pela sua força de trabalho. As firmas têm como função no espaço a produção de bens. As instituições produzem normas.

O meio ecológico compõe o conjunto de complexos territoriais que formam a base física do trabalho dos homens e enquanto a infraestrutura é a representação material e geográfica do trabalho humano. A interação entre esses elementos do espaço demonstra a interdependência funcional entre esses elementos. Ramos reforça o

que acontece nas orlas e praias em termos de uso e ocupação do espaço não encontra seu fundamento somente em sua escala de vivência imediata, pelo contrário, são frutos, são partidários da lógica vigente de padrões de vida, modos de produção, fruição e ocupação do espaço urbano mundial (RAMOS, 2009, p.60).

Essa ocupação das praias transforma o espaço em mercadoria. Segundo Ramos (2009, p.63), as praias “não são mais somente as mercadorias ocupando o espaço urbano, é o espaço que se converte em mercadoria, ele próprio também pode ser consumido”. Conforme Lefebvre (2008) a moderna indústria do ócio na sociedade do consumo, ocupou os espaços deixados vagos, como o mar, a praia e as montanhas, os converteu em influentes espaços de produção econômica de turismo costeiro.

2.3.3. O Lazer e o Turismo de Sol e Mar

Para uma melhor compreensão da relação lazer e turismo de sol e mar, sentiu-se a necessidade de discutir as características do turismo, do lazer e o entrelaçamento dos mesmos no espaço do litoral. Lazer que segundo Almeida e Gutierrez (2004, p.51) na definição clássica de lazer,

vem da tradição de Dumazedier (1979) que define o lazer como o conjunto de ações escolhidas pelo sujeito para diversão, recreação e entretenimento, num processo pessoal de

desenvolvimento. Tem caráter voluntário e é contraponto ao trabalho urbano-industrial [...] Outro autor que se apoia na dicotomia lazer-trabalho para definir lazer é Magnani (2000), discutindo o interesse pessoal como principal característica do lazer. Este interesse ocorreria após o sujeito libertar-se das obrigações impostas pelo trabalho profissional.

Além desses autores, Almeida e Gutierrez (2004, p.28) citam Elias e Dunning (1992), para ressaltar o lazer como uma atividade, própria do tempo livre, onde o indivíduo é “transformador da sua realidade, este, enquanto sujeito social, pode dotar de sentido a atividade de lazer e aproximá-la da busca da excitação ou do prazer”. Desta forma infere-se que o lazer precisa trazer alguma forma de prazer para quem o pratica.

Outra forma de prazer da humanidade advém das viagens turísticas, os primeiros relatos dessas viagens conforme De La Torre (1991) Apud Barreto (2008) são registradas na Grécia do século VIII a.C. durante os jogos olímpicos de quatro em quatro anos. Essa afirmativa não é unânime, outros autores encontram relatos de viagens como dos fenícios e registro em cavernas de que os Pirineus franceses viajavam e retornavam pelo mar (BARRETTTO, 2008).

Segundo Barretto(2008)a primeira definição de turismo data 1911 e foi apresentada pelo economista austríaco Hermann, onde o turismo é representado como os processos, principalmente o econômico ocorrido durante a estadia do turista em um determinado local. Complementa os estudos de Schwink para definir turismo como o movimento de pessoas que abandonam suas residências por um determinado período, cujos motivos podem estar ligados ao espírito a saúde ou a profissão. Lembra a autora (2008), que nesse rol não podem ser incluídas viagens de idas ao local de trabalho. Mais recentemente, De La Torre definiu turismo como

um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e social(De La Torre, 1992, p.19 Apud BARRETO, 2008, p13).

Infere-se dessa discussão que o turismo possui características, como não representar renda para o turista e fundamentalmente trazê-lo prazer. Mas é fundamental lembrar que o turismo é fundamentalmente “um fenômeno ambiental e humano e, como tal, deve respeitar o princípio da sustentabilidade com equidade, integridade, individualidade, justiça social, discricção e privacidade das pessoas” (CORIOLANO, 2007, p.28).

Essa relação homem e natureza embasam o debate sobre o lazer e turismo no litoral como atividade humana, onde, “o lazer sob a forma de turismo cria vínculos fictícios entre pessoas e mercadorias, tendo como artifícios imagens de um mundo irreal e fantasioso” (ROCHA; CORIOLANO, 2007, p.75). Sob essa égide, Coriolano (2007, p.28) aponta que,

o litoral é um dos principais ambientes destinados ao turismo em todo mundo. O turismo de natureza se destaca entre os vários segmentos. Ele compreende o turismo de sol e praia, o rural, o ecoturismo, o turismo de aventura, o desporto, o agroturismo, o turismo de pesca, o hidrotermal, o naturalista, dentre outros.

No entanto sabe-se que “a humanidade é marcada por sucessivas rupturas e retornos da relação homem e natureza (CORIOLANO e PERDIGÃO, 2007, p.21)”. Relação marcada principalmente pelo uso da natureza de forma exploratória ferindo a Leis naturais, para atender as buscas constantes por prazer da humanidade. Esse princípio é reforçado quando as políticas governamentais tem tratado o turismo como uma “[...] uma das principais mercadorias do comércio exterior. [Onde] o interesse é na geração de divisas, quanto aos problemas procura-se administrar ou se omite, até negando sua existência.” (CORIOLANO, 2007, p.20)

Para sustentar essa política a logística de atendimento local ao turista foi organizada, em Arranjo Produtivo Local (APL) que possui seu foco na produção e no consumo, ou seja, produção de riqueza. Esse modelo impulsiona a produção e o consumo predatório, que no litoral traz como consequência a degradação da paisagem natural, além da consequente migração do fluxo turístico após essa degradação. Fica assim, o alerta de Barbosa (2001) que turismo não se trata somente de produzir e consumir serviços reproduzindo *não-lugares* (BARBOSA, 2001)

Como alternativa para evitar esse uso predatório da natureza tem sido utilizado o Arranjo Produtivo Local Comunitário (APL.Com) que estimula o turismo comunitário, como estratégia para que a população local, independente do grau de descaracterização diante da preeminência da sociedade do consumo, seja protagonista de seu modo de vida (SAMPAIO, 2005). Garantindo dessa forma o respeito à identidade cultural da comunidade.

3. TRILHAS DA INVESTIGAÇÃO: DECISÕES TOMADAS E CAMINHOS PERCORRIDOS

Nesse item apresentam-se as escolhas relativas à metodologia da investigação e a abordagem da pesquisa, o método utilizado e o *pari passu* do processo de construção do trabalho “O litoral leste do Ceará: lazer e turismo a luz da educação”. Com o intuito de atender ao objetivo geral: avaliar o processo de estruturação do turismo de sol e mar no litoral leste do Ceará, reconhecendo os caminhos da transformação do litoral a partir da cidade de Fortaleza e identificando alternativas educativas para um turismo sustentável, e os objetivos específicos: analisar a relevância do litoral leste do Ceará para a sociedade de consumo; Identificar o processo de transformação do litoral Leste do Ceará em espaço de lazer e turismo de sol e mar e avaliar como a educação pode intervir no contexto turístico do litoral de Cascavel - CE.

3.1. Aproximação e Diálogo: o contexto da pesquisa

A aproximação com o contexto da pesquisa ocorreu paulatinamente ao longo dos três anos de estudo no doutorado, pela justaposição teórica e pelo diálogo com os moradores dessas comunidades, possibilitando observar as modificações da paisagem, a ocupação, o desequilíbrio no ecossistema natural e a perda da identidade cultural da comunidade, levando a pesquisa enveredar nas escolhas das técnicas e métodos.

3.1.1. Escolhas: o método, as técnicas e os instrumentos

A investigação é perpassada por escolhas para traçar os caminhos que permitam recolher dados e transformá-los em resultados. Como experimentação do método tomou-se o estudo de caso, que segundo Marconi e Lakatos (2011, p.56) possibilitam a “análise com profundidade na área” de investigação. Com esse intuito, se buscou sustentação em uma proposta de sociedade baseada em um ideal humanista, para a construção de uma geografia situada sob a ótica do trabalho e que “seja um instrumento de libertação do brasileiro, mas não poderá ser uma ação de poucos” (MORAES, 2005, p.48). Apoiada na afirmação desse autor definiu-se o caminho da investigação e com

tais instrumentos far-se-ia a coleta dos dados. Procurou-se utilizar instrumentos variados na técnica de coleta dados e no modo como a informação era dimensionada. Com essa decisão tomada, definiu-se como técnica da investigação, a análise documental, a observação, a entrevista, o diário de campo e a História Oral. Com relação aos instrumentos, utilizou-se: o questionário, as fotografias e o diário de campo.

O diário de campo denominado também de diário de bordo é um instrumento de investigação próprio das pesquisas nas ciências humanas. Consiste na organização dos dados coletados durante a investigação como registros e reflexões sobre as experiências vivenciadas, as ideias, os encontros e as observações. O diário de campo possibilitou o registro do cotidiano da pesquisa, promovendo a reconstrução da história em seus aspectos econômicos, políticos e culturais. Viabilizou o exercício de memória do pesquisador por meio das anotações após o campo, ampliando a capacidade de percepção da paisagem, além de auxiliar a pesquisadora na compreensão do espaço social, a partir dos seus registros, de suas preocupações e das inquietações que vão surgindo ao longo da pesquisa de campo (VENÂNCIO; PESSÔA, 2009). Dessa forma em todas as idas ao campo durante a pesquisa foi elaborado pela pesquisadora o diário de campo.

Outro instrumento utilizado na investigação foi o questionário, do tipo *Survey*, a escolha se deu em função de experiências anteriores da pesquisadora com esse modelo de questionário. O *Survey* é descrito como a “obtenção de dados ou informações, sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo (FREITAS, 2000, p.105)”. De acordo com Babbie (2003), o *survey* visa principalmente três objetivos:

Descrição, explicação e a exploração. A descrição permite enunciados descritivos sobre alguma população, descobrindo a distribuição de certos traços e atributos. A Explicação tem o objetivo adicional de fazer asserções explicativas sobre a população. A Exploração um mecanismo de busca, suscita novas possibilidades, exploradas depois em um *survey* mais controlado (BABBIE, 2003, p.38).

Enquanto Pinsonneaul & Kraemer(1993) *Apud* Freitas(2000,p.106) classificam o *survey* quanto ao seu propósito em:

Explanatório: tem como objetivo testar uma teoria e as relações, causais; estabelece a existência de relações causais, mas também questiona por que a relação existe; Exploratória: o objetivo é familiarizar-se com o tópico, dar ênfase na determinação de quais conceitos devem ser medidos e como devem ser medido, buscar descobrir novas possibilidades e dimensões da população de interesse; Descritiva: busca identificar situações, eventos, atitudes ou opiniões manifestadas em uma população. Descreve a distribuição de algum fenômeno na população ou entre essas distribuições. Nesse tipo de *survey* a hipótese não é causal, mas tem o propósito de verificar se a percepção dos fatos está ou não de acordo com a realidade (PINSONNEAUL & KRAEMER(1993) *Apud* FREITAS(2000,p.106).

O processo de amostragem no *Survey* varia entre a amostra probabilística cuja característica é o fato dos elementos da população possuir a mesma chance de serem selecionados procedendo como uma amostra representativa da população e a amostra não probabilística que é impetrada a partir do uso de algum critério, onde “nem todos os elementos da população têm a mesma chance de ser selecionado, o que torna os resultados não generalizáveis” (FREITAS, 2000, p.106). Nesse trabalho, utilizou-se uma amostra não probabilista, por terem sido previamente determinados os critérios na aplicação do questionário com questões semiestruturadas, abordando a identificação, o nível de escolaridade, a relação com turismo e a educação ambiental. Os questionários foram aplicados com turistas e moradores. Os turistas foram selecionados por estarem na faixa de praia com no mínimo 24 horas de frequência e não possuir moradia na área da pesquisa.

Quanto aos moradores, o critério inicial para seleção era terem nascido nas áreas de investigação; porém, com as primeiras aproximações do campo, verificou-se que a grande maioria dos moradores, não era nativa de Cascavel. Assim, com o intuito de se obter uma amostra maior, refizeram-se os critérios, modificando-os: em vez de ser nativo, o morador teria que possuir residência fixa (principal) na localidade investigada há pelo menos três anos. Foram utilizados dois tipos de questionários: um voltado para os turistas (Apêndice A)

e outro específico para os moradores (Apêndice B), os questionários foram compostos por questões abertas e fechadas.

Para aplicação dos questionários definiu-se, por uma amostra de conveniência composta por 300 sujeitos, assim divididos: as faixas de Caponga e Águas Belas, por apresentarem maior faixa territorial, ocupação e fluxo turístico compuseram 72% da amostra, envolvendo 240 sujeitos, enquanto em Balbino por ser menor teve 60 participantes. Com o intuito de garantir que o questionário tivesse seus questionamentos claros, realizou-se o pré-teste com um turista e um morador em condições semelhantes aos sujeitos da investigação. Para aplicação dos questionários com os moradores, utilizou-se a visita domiciliar; somente em Caponga utilizou-se o posto de saúde como área de aplicação. Quanto aos turistas todos foram abordados durante suas estadias nas barracas de praia. A aplicação dos *Survey* ocorreu no período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012.

Para complementar o levantamento de dados utilizou-se a fotografia para o registro de imagens. Conforme Luporine(2002,p.205) a “imagem fotográfica como documentação histórica [...], difere da análise de sua produção, mas, está voltada para as representações que encerra e para a possibilidade de decodificar a sua significação”. A autora alerta que a fotografia, como as demais provas documentais, não é imparcial à verdade. Nesse trabalho as imagens foram utilizadas para denunciar as contradições entre o proposto e o realizado. Como sugere Luporine (2002), para realizar os registros em imagens, elaborou-se um roteiro fotográfico para as três localidades com as seguintes tomadas de imagens: faixa praial, ocupação da localidade, perfil dos moradores, ocupação das barracas de praia, tratamento dos resíduos e vegetação. Esse procedimento permitiu referendar e ilustrar os escritos do trabalho, escritos que foram construídos com as técnicas da análise documental, observação, diário de campo, História Oral.

Para o uso da técnica de análise documental, é importante identificar que o documento possibilita adicionar o tempo à compreensão social (POUPART et al, 2010). Na análise documental, afirma Poupart et al (2010, p.295) o pesquisador que “trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição

de fazer uma análise em profundidade de seu material”. Podem ser considerados documentos textos escritos, documentos da natureza iconográfica, ou qualquer tipo de registro, objetos do cotidiano etc. Poupart et al (2010) que afirma que os documentos são classificados como público ou privado e possibilitam realizar a análise da sociedade global. Sob a perspectiva de Poupart(2010) nessa investigação, buscou-se documentos públicos e privados, legislação anterior e atual para amparar as discussões no entrelaçamento do escrito com o que foi dito pelos sujeitos.

Uma técnica bastante utilizada para coleta de dados nas pesquisas sociais é a observação. Ou seja, uma técnica que possibilita “conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade” (MARCONI et al, 2010, p.275). De acordo com Selltiz (1967, p.233 *apud* MARCONI et al 2010, p.275) a observação pode ser considerada científica quando: “a) convém a um fenômeno; b) é planejada sistematicamente; c) registrada metodicamente e está relacionada a proposições mais generalizadas[...];d) está sujeita a verificação e controles sobre a validade e a segurança.”Na observação existem diferentes modalidades,Ander Egg(1978,p.96 *apud* MARCONI et AL, 2010p.276), determinam que essas modalidades variam:

- Segundo os meios utilizados: não estruturada ou assistemática e estruturada ou sistemática;
- Segundo a participação do observador: não participante e participante;
- Segundo o número de observações: individual e em equipe;
- Onde se realiza: na vida real (trabalho de campo ou em laboratório).

Optou-se pela observação por meio dos seguintes critérios: observação assistemática, onde a participação da pesquisadora seguiu os parâmetros da observação não participante, realização de forma individual e utilizou-se a vida real na faixa de praia do litoral de Cascavel, registrando o que o olhar da pesquisadora pode observar.

Além da observação, nesse trabalho, utilizou-se a técnica da história oral, “que investiga os fatos e os acontecimentos registrados na memória de pessoas de destaque na comunidade (MARCONI et al, 2010, p.282)”. Para Marconi (20120), a seleção do entrevistado deve ter como critério os mais idosos por terem vivenciado diferentes períodos históricos. Na história oral, a entrevista pode ser classificada em: biográfica ou temática. Haguette (2001, p.94 *apud* MARCONI et al,2010,p.282), alerta que alguns autores criticam essa técnica por não considerá-la confiável, por ser baseada em “ depoimentos são parciais;versões de acontecimentos e não reconstituição, e impressões distorcidas em virtude de a memória falha ou deficiente.” Entretanto, Marconi (2010,p.283) lembra que a História Oral, tem “como finalidade preencher lacunas nos documentos escritos, importante para várias ciências” como Antropologia,Sociologia,Ciência Política e Educação etc. A história oral nessa pesquisa foi utilizada para ouvir o relato da liderança comunitária das três faixas de praia, aproximando a pesquisadora da história de cada comunidade, de sua organização e de suas ações sociais.

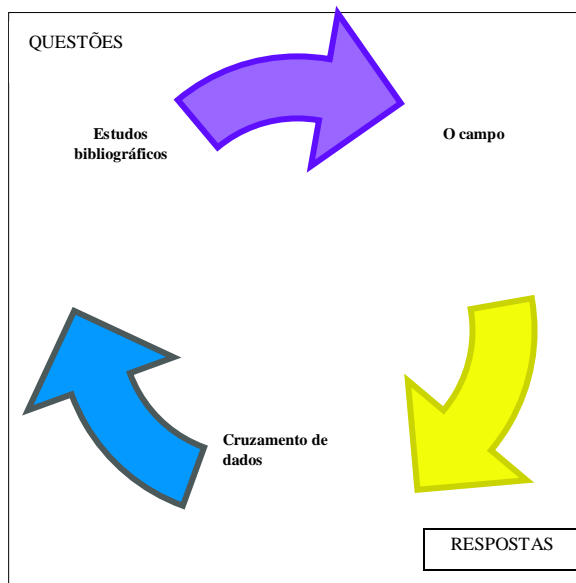
3.2. Caminhos da Pesquisa: idas e vindas

Como toda investigação social, essa pesquisa percorreu caminhos marcados por idas e vindas. Cada passo foi determinado por reflexões e diversas retomadas na busca da firmeza nas afirmações, quando a pesquisadora se deparava com dados reveladores para novas descobertas.

3.2.1. O Formato da Trilha

Em uma investigação percorrem-se caminhos, delineiam-se marcas e formam-se trilhas. Nessa investigação, a trilha foi iniciada com os questionamentos sobre a prática do lazer e do turismo na faixa de praia. Esses questionamentos impulsionaram reflexões que iniciaram o ciclo da investigação com estudos teóricos, complementado pela avaliação do empírico e o cruzamento de dados, sempre na busca de respostas às questões que permitiram retroalimentar o trabalho, retomando o ciclo de investigação.

Gráfico 1 – Gráfico ilustrativo do formato da trilha da pesquisa (2012).



Fonte: Arquivo da pesquisa

A composição dessa trilha, como pode ser verificada no Gráfico 1, constou de três grandes subciclos: estudos bibliográficos, pesquisa de campo e cruzamento de dados que se inter cruzaram e foram retomados para compor o grande ciclo. A pesquisa em ciclo, conforme Tripp (2005, p.445), “aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela”. Toda a trilha foi perpassada pela análise de dados que foram encontrados durante a construção da pesquisa no entrelaçamento das teorias, documentos, mapas e investigação de campo. Organizaram-se os resultados nas categorias: litoral, educação, lazer e turismo.

3.2.2. A Caminhada para o Desenho da Trilha

A caminhada foi pautada na busca de responder às seguintes questões: como se explica a relevância do litoral na sociedade de consumo? O que levou o litoral a se transformar em espaço de lazer e turismo? O que se entende por turismo de sol e mar? Quais os impactos causados pelo turismo de sol e mar? A educação pode reduzir os impactos do turismo de sol e mar? Inicialmente, fez-se os primeiros contatos com o campo de investigação para realização do

diagnóstico inicial e complementou-se com estudos que pudessem auxiliar as discussões.

Assim, encontraram-se autores como Ab'Saber (2007,2011), Correia (2005), Corbin (1989), Dantas (2004), Diegues (1992,1998), Lefebvre (2008), Santos (2008,2009,2012) para discutir sobre o litoral,o ecossistema de praia e de mangue,a ocupação e uso social do litoral e de como ao longo da história o litoral se transformou em espaço de exploração da sociedade do consumo. Como a área pesquisada é uma faixa de praia que possui atividades econômicas ligadas ao turismo, ao lazer e ao consumo fez-se a leitura de autores como: Ortigoza (2009,2011), Lombardo (2011), Coriolano (2007,2011), Parente (2011) e Costa (2012) para compreender a moda do consumo, a exploração do lazer e turismo nas faixas de praia resultou na ocupação e especulação imobiliária desses espaços. Por acreditar que a educação pode representar uma alternativa para a realização da ação turística sustentável, essa pesquisadora se utilizou dos aportes teóricos da educação, do lazer e do turismo em Freire (2000), Gadotti (2005), Coriolano (2007,2005), Parente (2011), Barbosa e Sampaio (2005).

Ao retornar no campo de investigação para aplicação dos questionários, resolveu-se iniciar com os moradores, por compreender que esse contato auxiliaria na aplicação dos questionários com os turistas nas barracas de praia. Por entender que seria fundamental ter um morador como contato na localidade, com o objetivo de apresentar a pesquisadora para os demais moradores, durante a aplicação dos questionários evitando causar expectativas incorretas. Foi procurado um membro da associação de moradores, intento alcançado em Balbino e Águas Belas.

Assim, em Balbino com a intermediação do presidente da associação de moradores, os questionários foram aplicados no período de 01 a 30 de outubro de 2011, através de visitas domiciliares. Cada aplicação durou em média 15 minutos para os moradores que sabiam ler e 30 minutos que os preencheram com o auxílio da pesquisadora por não ser alfabetizado.

Em Caponga, identificou-se que não havia uma única associação de moradores na comunidade, mas havia associações por classe trabalhadora (exemplo: Associação de pescadores, de barraqueiros etc.). Com essa

informação, tornou-se necessário rever o contato em Balbino que havia sido o presidente da associação de moradores. Dessa forma, optou-se pela agente de saúde de Caponga por ser bastante conhecida na localidade.

Outra problemática identificada foi a vastidão da área que tornava inviável a visita domiciliar nos moldes de Balbino; portanto, decidiu-se por selecionar os domicílios do entorno da unidade de saúde e da faixa praial no período de 07 a 27 de novembro de 2011 em Caponga. A abordagem dos participantes foi realizada pela enfermeira que apresentou a pesquisadora aos moradores.

Em Águas Belas, a exemplo de Balbino, identificou-se haver a associação de moradores que funciona na quadra esportiva da localidade. Assim, como o presidente da associação de moradores de Balbino, a presidente associação de moradores de Águas Belas se colocou a disposição da pesquisa. Como a área de Águas Belas é maior do que a de Balbino e menor de que a de Caponga, a aplicação domiciliar dos questionários foi realizada por dois grupos formados por três pessoas cada um.

A aplicação ocorreu no período de 2 a 20 de dezembro de 2011. Na aplicação dos questionários nas três localidades, os moradores alfabetizados responderam os questionários sozinhos, enquanto que os moradores que não eram alfabetizados, o aplicador do questionário fez a leitura para eles que respondessem oralmente e o aplicador preenchesse os questionários.

Ao longo da aplicação dos questionários com os moradores, também foram efetuadas observações, coletou-se História Oral e analisou-se a rotina dos turistas frequentadores das áreas investigadas. Com essa análise, pode-se concluir que o melhor espaço para aplicação dos questionários seria as barracas de praia, onde os turistas tem um espaço coletivo.

Assim, no dia 14 de janeiro de 2012, foram aplicados os questionários com os turistas de Balbino; nos dias 20 e 21 de janeiro de 2012, com os turistas de Caponga; e nos dias 03 e 04 de fevereiro de 2012 aplicaram-se os questionários com os turistas de Águas Belas. Todas as aplicações ocorreram em dois períodos, manhã e tarde.

Após os dados coletados, os questionários dos moradores receberam numerações e foram catalogados: de 1 a 30 para os moradores e turistas de Balbino, de 31 a 91 para os moradores e turistas de Águas Belas; e, para os moradores e turistas de Caponga os números de 92 a 152. Com essa catalogação, foi realizado o cruzamento com as teorias, a legislação e outras referências, e realizaram-se as primeiras análises.

Com esse cruzamento percebeu-se a necessidade de apresentar imagens, que permitissem ao leitor uma real impressão do contexto estudado. Dessa forma, retornou-se à área investigada com um roteiro das lacunas deixadas pelos textos e mapas para fazer imagens fotográficas. Todo esse processo de recolhimento dos dados no campo de investigação, em diálogo com as teorias e métodos, determinou a aplicação dos processos metodológicos desse trabalho.

3.3. Entrelaçamento Dialógico em Meio a Teorias e Métodos

Para a análise dos dados fez-se opções por teorias e métodos que permitissem o entrelaçamento de dados quantiquantitativos.

3.3.1. Tratamento dos Dados Quantiquantitativo

Durante a análise dos dados coletados, percebeu-se que era necessário fazer escolhas quanto ao tipo de tratamento que se daria aos dados. Ao optar pelo tratamento quatiquantitativo, realizaram-se leituras que deram aporte teórico a esse debate. Segundo Gomes e Araújo (2005),

a demanda pelas metodologias quantiquantitativas, ou, qualiquantitativas. Os pesquisadores que antes se colocavam nos extremos do *continuum* - positivismo / interpretativismo – estão se posicionando mais ao centro. Os resultados alcançados com o emprego dessas metodologias alternativas apontam para uma maior fidedignidade e validação das pesquisas. Se for certo que a verdade absoluta nunca é alcançada, talvez a utilização de abordagens múltiplas possa, ao menos, aproximar os pesquisadores de uma verdade temporal (GOMES; ARAÚJO, 2005, p.09).

O embate histórico entre os dados qualitativos e quantitativos tem, ultimamente, ganhado novas dimensões. Como lembra Cervo (2002, p.25), os dados qualitativos permitem “registra [r], analisa [r] e correlaciona [r] fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Por outro lado, os dados quantitativos permitem determinar à “frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características (CERVO, 2002.p.25)”. Mas, a combinação de várias técnicas de investigação permite o desenvolvimento de pesquisas sociais mais concisas e atraentes. Essa organização em multimétodo permite o agrupamento de estratégias quali-quantitativas e proporcionam resultados mais completos diferentes das investigações que se utilizam somente de uma das abordagens (SANTOS, 2009).

Contudo Gomes e Araújo (2005.p.10) alertam que muitos cientistas da área social têm sustentado a ideia do método que trata os dados agregando “aspectos quantitativos e qualitativos, ou seja, um método quanti-qualitativo. De acordo com esses cientistas, a visão extrema e oposta entre quantitativo e qualitativo é maléfica para ambos os paradigmas, e principalmente para o avanço da ciência”.

Para uma melhor compreensão dos procedimentos nos três diferentes métodos, apresenta-se no Quadro 3, criado por Santos (2009), nos quais esta denomina de método qualitativo, método quantitativo e método misto (ou quanti-qualitativo).

Quadro 3: Comparação de procedimentos em métodos qualitativos, quantitativos e Mistos.

CARACTERÍSTICAS	MÉTODO QUALITATIVO	MÉTODO QUANTITATIVO	MÉTODO MISTO
INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	* Entrevista * Observação * Levantamento bibliográfico e documental	* Questionário	* Concomitante: com um só instrumento quanti-qualitativo; * Em sequência: mais de um instrumento utilizado em diversos momentos

ESTRUTURA DO INSTRUMENTO	* Roteiro de entrevista com perguntas abertas ou sequência de tópicos e subtópicos; * Planilha de observação; * Guia de termos e forma de compilação.	* Questionário padronizado com alternativas de respostas pré-fixadas e algumas perguntas abertas (opcional)	* Questionário padronizado integrado a roteiro de entrevista; * Planilhas de observação; guia de termos e forma de compilação.
TIPO DE REGISTRO DE RESPOSTAS	* Texto narrativo, mídias audiovisuais, fichamentos da pesquisa bibliográfica e documental	* Dicotômicas, escalas e múltipla escolha, transcrição literal de respostas a perguntas abertas	* Integração de técnicas: alternativas de respostas pré-fixadas, texto narrativo, gravação de voz, fotografias ou filmagem e fichamentos.
FORMA DE PROCESSAMENTO DOS DADOS	* Arquivos de dados de entrevistas ou documentos * Organização dos dados em temas e categorias * Arquivos de fichas de leitura	* Banco de dados estatístico * Arquivos de fichas de leitura	* Banco de dados estatístico; * Arquivo de depoimentos dos entrevistados, arquivo de documentos; * Organização dos dados em temas e categorias; * Arquivos de fichas de leitura.
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS (INCORPORANDO O REFERENCIAL TEÓRICO E A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL)	* Elucidação da estrutura narrativa de textos * Contextualização e interpretação do significado de imagens e sons; * Análise de conteúdo de depoimentos e documentos	* Comportamento de variáveis, indicadores e índices; * Estatística descritiva ou inferencial; * Análise univariada, bivariada ou multivariada; * Elaboração de tabelas estatísticas, gráficos e quadros; * Testes estatísticos	* Análise integrada de dados quanti-qualitativos; * Apresentação de resultados na forma de tabelas, gráficos e quadros, triangulados com trechos de depoimentos dos entrevistados, narrativas e reportagens; * Triangulação com documentos textuais e audiovisuais.

Fonte: Santos (2009, p.150).

Como pode ser observado no quadro comparativo (Quadro 3) apresentado por Santos (2009, p.150), a opção desse trabalho por analisar quantiquantitativamente os dados coletados trouxe algumas ações específicas, a saber: os instrumentos de coleta de dados serviram de sustentáculo para as discussões quantitativas e descritivas; todas as técnicas foram pré-estruturadas; os dados foram organizados em categorias, temas e utilizados na triangulação de documentos e depoimentos. Denzin e Lincoln (2006 *apud* SANTOS, 2009),

relacionam este conceito ao de pesquisa quantitativa e qualitativa e explicam de que forma são integradas ambas as técnicas: Após a conclusão das entrevistas, a triangulação vem à tona como um elemento crítico na prática da ciência social: ‘acrescentando’ uma camada de dados à outra para construir um edifício confirmatório. Na análise quantitativa dos dados, a triangulação ocorre quando múltiplos itens dentro da mesma escala medem o mesmo constructo, ou quando duas escalas diferentes unem-se para medir o mesmo constructo. Na pesquisa psicológica, especificamente, e às vezes na pesquisa sociológica, a tendência é empregar métodos qualitativos para suplementar os dados quantitativos. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 127 *apud* SANTOS, 2009, p.144-145).

No caso específico desse trabalho, utilizou-se a triangulação para as técnicas da pesquisa como um procedimento que possibilitou a ampliação das perspectivas e a confirmação de resultados. Santos reforça:

O recurso da triangulação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa de método misto se apresentam como ferramentas operacionais importantes, considerando a necessidade de inovação das técnicas tradicionais de coleta, processamento e análise de dados. (SANTOS, 2009, p.152)

Para atender a esses princípios da triangulação, procurou-se integrar nesse estudo, a pesquisa documental, os dados estatísticos e os coletados por meio do questionário, incluindo os depoimentos colhidos pela História Oral. Além de utilizar instrumentos “tradicionais de coleta de dados, tais como, observações, questionários e entrevistas [que] continuam sendo importantes ferramentas para a pesquisa empírica (SANTOS, 2009, p.121)” também, utilizou-se de multimetodologia que possibilitou “integrar a técnica de observação com a entrevista e o questionário, entre outras. A sobreposição de procedimentos permite analisar a problemática em estudo a partir de diversos ângulos e dimensões (SANTOS, 2009, p.149)”. Esses novos recursos, das tecnologias de Informação e Comunicação-TICs, tornaram

possível realizar pesquisas qualitativas com maior rigor científico e capacidade explicativa. O que se perde em quantidade se ganha em profundidade. Os números e estatísticas podem não ser as ferramentas mais apropriadas para compreender ideologias e representações.

Ou seja, o tratamento matemático nem sempre é adequado para pesquisas que têm como objetivo elucidar em profundidade motivações e ações. Ele é muito eficiente para

traçar um perfil fidedigno de determinada população, caracterizando sua situação socioeconômica, pela utilização de técnicas de medida e controle de variáveis, mas quando se procura uma compreensão mais abrangente da estrutura discursiva dos atores sociais e seu comportamento, as técnicas qualitativas se tornam mais apropriadas. Pesquisas que utilizam este tipo de técnica estão demonstrando crescente poder de precisão nos seus procedimentos metodológicos (SANTOS, 2009, p.127).

Corroborar-se com Santos (2009) ao pontuar as possibilidades das TICs no âmbito da investigação como facilitadora para o levantamento bibliográfico, construção textual, análise de dados, dentre outras possibilidades. Nesse trabalho, aproveitaram-se essas possibilidades e utilizou-se de sites, *software*, *web* e ambientes virtuais.

3.3.2. Organização dos Dados Coletados

Todos os dados coletados para análise foram organizados em categorias e em subcategorias como as que se apresentam no Quadro 3. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 221), “as categorias constituem um meio de classificar os dados”, possibilitando sua organização didática e facilitando sua discussão.

Nessa investigação, as categorias surgiram do cruzamento da pesquisa empírica com o referencial teórico, assim a análise ficou composta por 3 categorias e 15 subcategorias. Inicialmente foram analisados os 353 documentos produzidos ao longo da investigação: os trezentos questionários respondidos pelos moradores e turistas, os dez conjuntos de notas de campo elaborados nas idas à área de investigação, as três histórias orais realizadas com nativos das três localidades e as 40 fotografias produzidas durante a investigação. Com os documentos impressos, foi realizada a leitura minuciosa.

A partir dessa leitura foram definidas três categorias *a priori*: o sujeito e o litoral; o sujeito, o turismo e o lazer; o sujeito e a educação. Com o aprofundamento da leitura de todos os documentos, encontraram-se as 15 subcategorias, perfazendo o total de 18 itens para análise entre subcategorias e categorias.

Quadro 4- Apresentação das categorias da investigação (2012).

CATEGORIAS		
O sujeito e o litoral	O sujeito o turismo e o lazer	O sujeito e a educação
<p>Subcategorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação dos sujeitos • Escolaridade • Renda familiar • Localização do litoral • Características geográficas da área 	<p>Subcategorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mídia e lazer • Características Turístico e lazer • O consumo • Produção do turismo • Meio ambiente 	<p>Subcategorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações educativas • Turismo sustentável • Conservação ambiental • Educação ambiental

Fonte: Arquivo da Pesquisa.

Com as categorias e subcategorias definidas, foram usados dois softwares para análise dos dados, o *Qualitative data analysis software* - NUD*IST e o *software Statistical Package for Social Science* – SPSS. Para os dados descritivos elegeram-se o *software* NUD*IST. Criou-se, no Programa, o projeto Educação, Lazer e turismo, para que pudesse administrar os dados dessa investigação. O programa gerou automaticamente quatro subpastas: *Commands* (onde poderiam ser armazenados arquivos com os comandos para executar operações de forma não interativa), *Database* (onde ficaram armazenados os arquivos criados pelo Programa sobre o projeto de pesquisa), *Rawfiles* (onde foram arquivados os dados brutos da pesquisa) e *Reports* (o local onde se encontram os relatórios gerados pelo Programa). Esse *software*, conforme Nunes (2001, p.471), torna “possível criar nódulos referentes a ideias sobre os dados, a relações ou mesmo a um documento inteiro”. Os quatro nódulos são: os nódulos livres (*Free Nodes*) – onde os dados armazenados não estão relacionados entre si; a raiz da árvore de índices (*Index Tree Root*) – onde os dados anexados apresentam uma hierarquia e uma relação ente eles; busca de texto (*Text Searches*) – os nódulos anexados resultam da busca textual; e o busca de índice (*Index Searches*) – nódulos resultantes do uso de um conjunto lógico de instruções para responder às perguntas sobre a codificação e o sistema de índice (NUNES, 2001). Nesse trabalho, criaram-se

três categorias, sem relação umas com as outras inicialmente. Foram criadas todas as categorias (nódulos) iniciais no *Free Nodes*, sem colocar os fragmentos de texto. No decorrer da análise das categorias, procurou-se localizar nos documentos salvos os fragmentos de texto correspondentes às categorias e os anexos aos respectivos nódulos.

A análise dos dados também recebeu tratamento estatístico e, para isso contou-se com auxílio do *software Statistical Package for Social Science – SPSS* versão 16.0. Com esse software as três categorias ganharam representações numéricas cujo intuito era auxiliar na compreensão sobre o objetivo dessa investigação, ou seja, compreender, à luz da educação, a estruturação do turismo de sol e mar no litoral leste do Ceará. Esse software permitiu manipular, transformar, criar tabelas e gráficos, resumindo as informações obtidas, aplicação analítica, *Data Mining*, *Text Mining* e estatística que transformam os dados em informações.

4. LITORAL LESTE DO CEARÁ: UM RECORTE ESPACIAL

Desde os anos 80 do século passado, o Ceará possui como um dos seus principais arranjos produtivos o turismo. Principalmente o turismo de sol e mar em função da sua extensa faixa de praia. O litoral da costa do sol nascente, representada pelo litoral leste do Ceará, possui significativas faixas de praia com falésias, depressões litorânea, áreas de dunas o que o torna um atrativo pela sua beleza natural. Com o intuito de compreender as especificidades e estruturação dessa área litorânea se organizou esse item.

4.1. O Litoral Leste do Ceará

O litoral leste cearense é formado por uma grande área de ecossistema de praia como pode ser observado na Figura 12. Como a referencia inicial do litoral cearense é Fortaleza, o primeiro município após essa cidade é Aquiraz, seguido de Cascavel, Beberibe, Fortim, Acarati e Icapuí que se limita com o estado do Rio Grande do Norte.

Esses municípios apresentam as faixas de praias Manibu, Melancias, Tremembé, Ibicuitaba, Quitéria, Barreiras, Redonda, Ponta Grossa, Lagoa do Mato, Quixaba, Retiro Grande, Majorlândia, Canoa Quebrada, Pontal de Maceió, Barrinha ou Barra do Pirangi, Parajuru, Canto Verde, Campestre, Barra da Sucatinga, Uruaú, Praia das Fontes, Morro Branco, Barra Nova, Águas Belas, Caponga, Balbino, Iguape, Presídio, Prainha, Porto das Dunas.

Toda essa faixa de praia (Figura 12), com sua feição geológica, equipamento urbano, patrimônio natural, espaço de socialização compõem atrativos para a oferta turística da orla do litoral leste do Ceará. Com o intuito de criar condições de produção e consumo foi criada ao longo do acesso terrestre estruturas tais como, restaurantes, miniengenhos de cana de açúcar, ponto das tapioqueiras, etc.

Figura 12- Litoral Leste do Ceará

Fonte: <http://portal.detran.ce.gov.br/index.php/mapas-veiculos-4x4/847-litoral-leste>



O acesso por terra a essa faixa litorânea é realizado através das rodovias estadual CE-040, CE-261 e CE-350, assim como pelas rodovias federais BR-116 e BR-304. As estradas estaduais que dão acesso a essa região passaram por recente processo de alargamento das vias. Na Figura 13 verifica-se a CE 040 e o acesso a Beberibe-CE.

Apesar dessa organização do litoral leste cearense em litoral da costa do sol nascente, as faixas de praias não são homogêneas, ao contrário, apresentam especificidades socioeconômicas. Em Aquiraz, no Porto das Dunas destaca-se o empreendimento privado considerado como o maior parque aquático de praia da América do Sul. Na Prainha existe a produção de artesanatos em rendas, madeira e cerâmica. Em Cascavel na praia de Águas Belas são criados artesanatos em cipós e cerâmica.

Figura 13 – Estrada de Acesso aos municípios do litoral leste, CE-040 (2012).



Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/images/icons-sprites.gif>

Essa diversidade não se limita as atividades socioeconômicas, mas também se estende as características geoambientais por toda extensão do litoral leste do Ceará.

4.2. Características Geoambientais do Litoral Leste Cearense

A característica geoambiental desse litoral, conforme o Anuário Estatístico do Ceará (IPECE, 2007), é possuir um clima tropical quente subsumido, apresenta em média uma pluviosidade de 1.379,9 mm/ano. A média de temperatura da área varia entre 26° e 28°C e apresenta uma quadra invernososa no período de janeiro a maio. De acordo com Blog Ceará em fotos, a planície litorânea desse litoral,

possui geografia diversificada, o que faz com que o estado possua praias com coqueirais, dunas, barreiras (também chamadas falésias por muitos) - paredões sedimentares que acompanham a faixa da costa e, em alguns trechos, possuem tons coloridos - e áreas alagadas de manguezal, onde há grande biodiversidade (<http://cearaemfotos.blogspot.com.br>,2012)

Essa biodiversidade pode ser observada em Morro Branco no município de Beberibe, onde existe o Monumento Natural das Falésias de Beberibe (Figura14). Essas “falésias são paredões íngremes que podem ser encontrados no litoral de quase todo o globo terrestre” (PERDIGÃO, 2011, p.2).

Figura 14- Monumento Natural das Falésias de Beberibe (2012).



Fonte:<http://www.aracatinet.com/turismo-morro-branco-belezas-do-ceara/5447>

Mas apesar dessa da beleza natural que essas falésias representam, no Morro Branco tem se identificado ao longo dos anos a degradação antrópica dessa área com a retirada de areia utilizada, por exemplo, na confecção de garrafinhas de areia. Perdigão reforça que

os últimos 180 milhões de anos as falésias foram sendo esculpidas pela ação da erosão marinha, entre as eras glaciais, período em que o nível do mar chegou a atingir até 12 metros. Quando a mar encontra as áreas mais altas, ou planaltos, a erosão acentua-se na parte inferior do terreno e produz as falésias. Mas apesar de toda sua beleza cênica e importância científica, é grande a devastação dessas formações pela ação antrópica desordenada (PERDIGÃO, 2011, p.2).

Assim como em Morro Branco e Praia das Fontes no município de Beberibe, na faixa praial de Majorlândia em Aracati também se utiliza a areia para a confecção de garrafinhas decorativas, com areia colorida apresentada na Figura 15.

Apesar de uma atividade socioeconômica, pode causar a exaustão das dunas com a coleta de areia, provocando degradação ambiental. Em Aracati também existe a faixa de praia de Canoa Quebrada, no qual o “povoado foi edificado sobre as falésias [...] mas está em sério risco já que vem constantemente sofrendo com a pressão humana (PERDIGÃO, 2011, p.2)”. Para justificar o alerta de Perdigão (2011) vale salientar que dunas onde o povoado de Canoa foi edificado são formadas por material

sedimentar fornecido, pelos processos eólicos, ventos com velocidades superiores ao movimento da areia, geralmente se deslocando em direção à praia, sendo necessário ainda que exista vegetação com capacidade para promover a estabilização (PERDIGÃO, 2011, p.2).

Figura 15 - Garrafinhas decorativas. Morro Branco/Beberibe-CE (2012)



Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_InH-XX2F1cU/SwgC3OX3Owl/AAAAAAAADAI/vF-8qu-jJvg/s1600/garrafinhas+de+areia2.jpg

Outra especificidade geoambiental da faixa praiada zona leste do Ceará é a planície costeira, Silva, Thier e Meireles (2006) lembra que a planície litorânea do litoral leste do Ceará apresenta,

níveis de erosão escalonados em plataformas de abrasão marinha, paleopavimentos de mangue, terraços marinhos holocênicos e pleistocênicos, antigos corais e gerações de dunas -parecem confirmar eventos oscilatórios de alta frequência do nível relativo do mar, principalmente durante esta última fase regressiva, que teve início há, aproximadamente, 5.100 anos A.P (MEIRELES et al., 2000). A presença de paleoplataformas de abrasão escalonadas, com *notchs* (entalhes basais) ao longo da planície (SILVA; THIERS; MEIRELES, 2006, p.106).

Um exemplo desse tipo de planície está no município de Icapuí nas praias de Ponta Grossa, Tremembé e Redonda. No que tange à erosão assim como ocorre ao longo do litoral cearense, na faixa leste esse processo se repete de forma cada vez mais intensa. Assim, as dunas e falésias devastadas,

o aterramento das regiões de mangues e da faixa praial trazem como consequência o avanço do mar. Dessa forma mesmo com as obras de contenção no intuito de reduzir esses impactos, não têm sido suficientes para resolver efetivamente a situação caótica do litoral cearense (PERDIGÃO, 2011). O autor lembra que essa biodiversidade está ameaçada, ao afirmar que nos 20 últimos anos o litoral leste cearense tem apresentado recuo da linha de costa, conseqüente do avanço do mar, como pode ser verificado na Figura 16, aproximadamente entre 150 e 300 metros. Reforça o mesmo que algumas dessas praias perderam em média um terço de sua faixa praial, esse avanço

já destruiu e continua levando casas, comércios, pousadas e tudo o que encontra pela frente, nas praias onde este processo já está mais acelerado. Em muitos casos a população se defende como pode, com sacos de areia e paredões de pedra, mas o mar continua procurando seu espaço, já que a ação antrópica também avançou em sua direção (PERDIGÃO, 2011, p.2).

Outro problema que tem assolado esse litoral, assim como todo litoral cearense é a especulação imobiliária, principalmente com a construção de hotéis, pousadas e grandes *resorts*. Essas construções trazem como consequência o desequilíbrio do ecossistema praial. Reforça sobre a necessidade de fiscalização e controle na liberação desse tipo de construção, considerando que a raiz de problemas como o avanço do mar sobre a faixa de praia está atrelado principalmente ao vento e a retirada da areia das praias.

Figura 16 - Contenção do Mar em Barrinha - Icapuí, praia do Litoral Leste do Ceará.



Fonte: Claudimar(2011).

No litoral leste cearense a maior gravidade com o avanço do mar, está nas faixas de praia da Caponga no município de Cascavel e na praia de Barreira no município de Icapuí. A faixa praial de Barreira (Figura 16) segundo os estudos da Universidade Federal do Ceará, alerta que essa faixa de praia esta ameaçada de desaparecer, em aproximadamente 50 anos, caso não sejam recuperadas as áreas erodidas (MELQUÍADES JÚNIOR, 2011).

4.3. Área da Pesquisa no Litoral Leste do Ceará

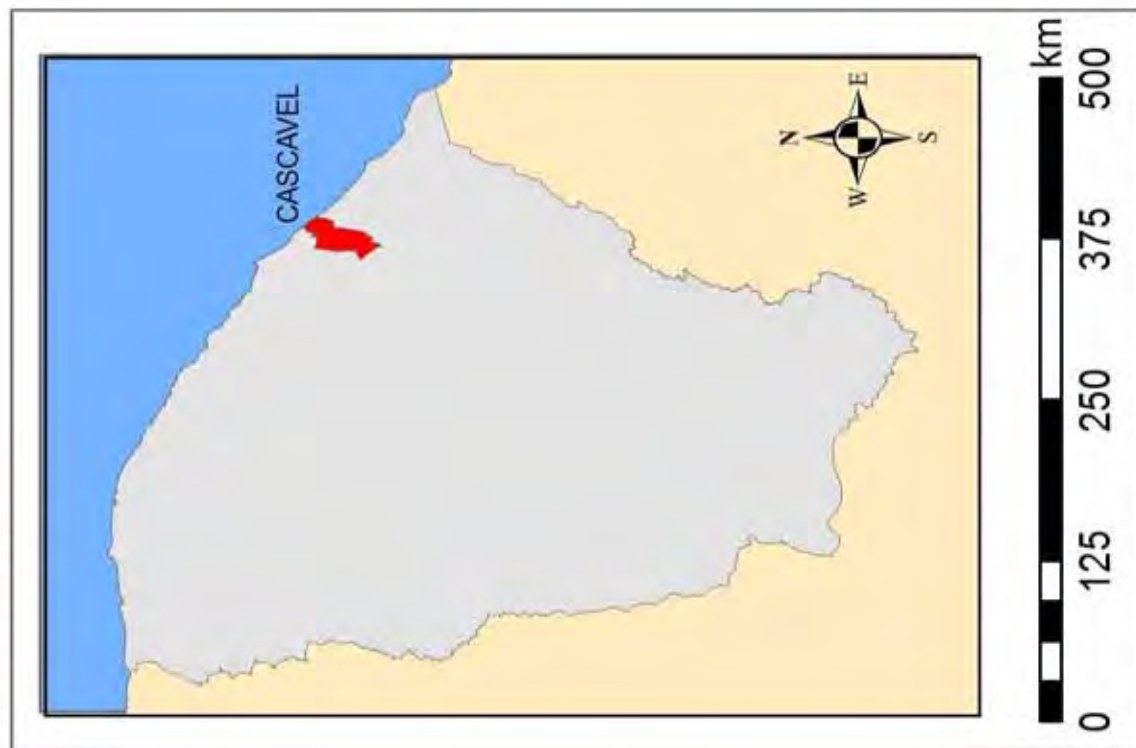
A escolha como área da pesquisa a faixa praial do município de Cascavel foi impulsionada por a pesquisadora ser frequentadora assídua desse litoral e trazer recordações, vivências que municiam de informações, sentidos e sentimentos sobre esse ambiente e possibilitava inferir, sobre questões surgidas ao longo do procedimento da investigação a partir da formação acadêmica e atuação enquanto educadora.

Cascavel é um dos municípios que integra a faixa do litoral leste cearense, possui em seu limite norte o Oceano Atlântico. Teve sua elevação a distrito em 06 de maio de 1833 e passou para a categoria de município com a Lei nº 2.039, em 2 de novembro de 1883.

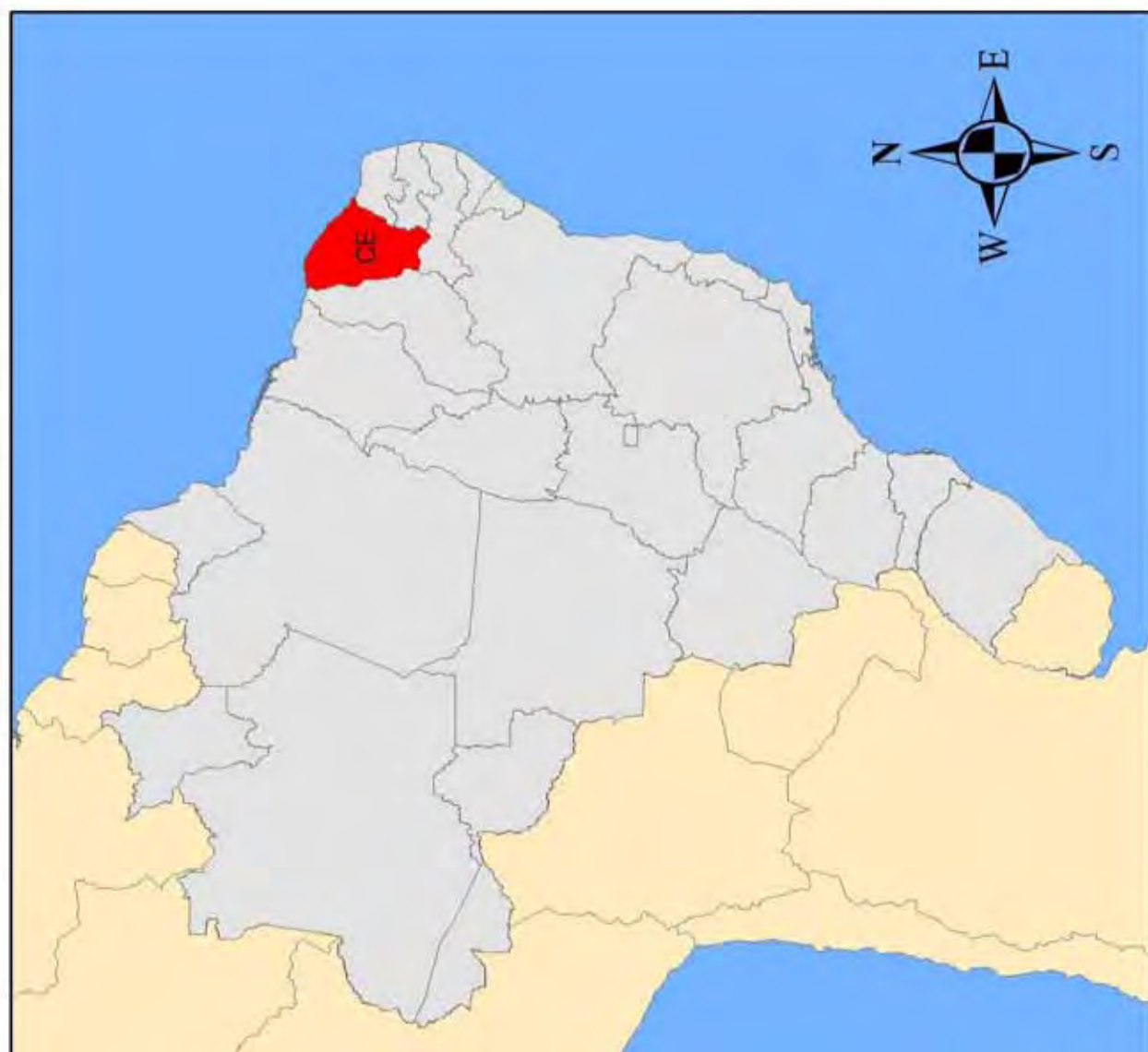
A população do município de acordo com Censo era 66.142 (IBGE, 2010), possui uma área de 837, 321 (km²) e uma densidade demográfica 78,99 (hab./km²), como apresenta-se no Figura 17.

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ E DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Figura 17 – Localização no Estado do Ceará do Município de Cascavel-CE (2012).



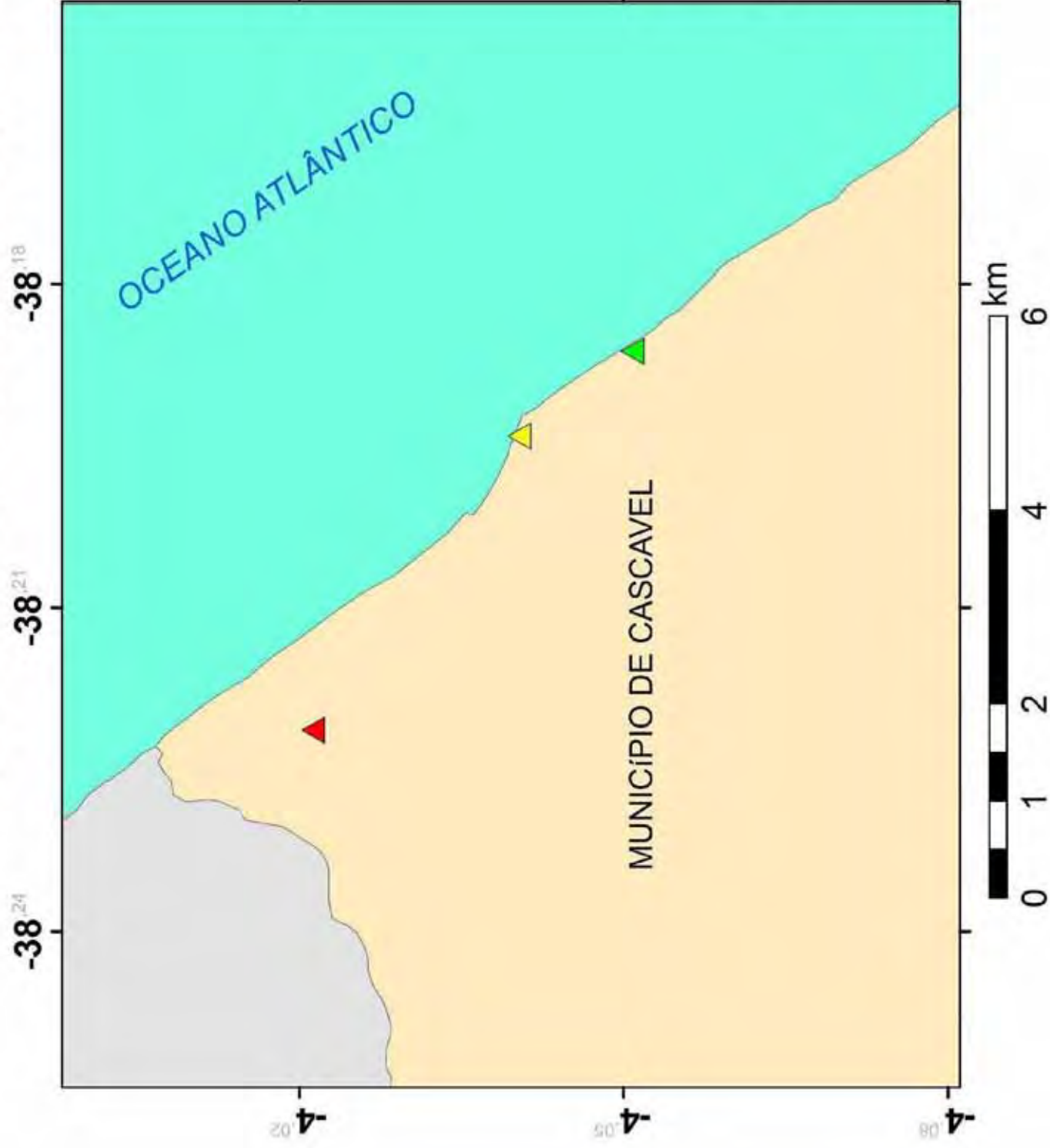
Projeção Cônica Conforme de Lambert
DATUM: SIRGAS 2000
Organizado por ZUCHERATO (2012)
Base Cartográfica: IBGE



0 500 1.000 2.000 3.000 4.000 km

Dentre essas faixas de praia optou-se por estudar Balbino, Águas Belas e Caponga, conforme apresenta-se no Figura 18. Mas apesar de pertencer ao mesmo município encontra-se em diferentes processos de ocupação, ação turística e degradação ambiental. Caponga é distante 55 km de Fortaleza e 14 km de Cascavel e apresenta-se em alto grau de ocupação espacial. Balbino é uma área de proteção ambiental e apresenta um baixo nível de ocupação do litoral, enquanto Águas Belas apresenta uma paisagem diferenciada por possuir área de mangue. Essa faixa encontra-se em processo de ampliação da ocupação populacional.

MAPA DA LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DA ÁREA DE ESTUDO - MUNICÍPIO DE CASCAVEL - CE



Área de Estudo

▲ Balbino

▲ Caponga

▲ Águas Belas

Projeção Cônica Conforme de Lambert
DATUM: SIRGAS 2000
Organizado por ZUCHERATO (2012)
Base Cartográfica: IBGE

5. O PAPEL DO ESTADO NA EXPLORAÇÃO DO TURISMO NO CEARÁ

O turismo no estado do Ceará se configurou como atividade econômica e passou a integrar os planos governamentais a partir dos anos 80 do século passado. Com o intuito de compreender como as políticas e as atividades turísticas se entrecruzam foi organizado esse item.

5.1. O Turismo como Atividade Econômica no Ceará

Os primeiros relatos sobre o turismo no Ceará datam dos anos 1970. O estado é apresentado como “alternativa para o turismo de passeio no Nordeste, onde, até então, apenas o estado da Bahia constituía atração para esse tipo de consumo” (CORIOLANO, 2006, p.63). A hospedagem em Fortaleza, nesse período era uma pequena rede hoteleira concentrada na faixa central da cidade. Aponta Lima (2012) que nessa época já se percebia os primeiros sinais das alocações na faixa de praia, seguindo os padrões da tendência do turismo globalizado.

O crescimento turístico se intensificou nos anos 1980, principalmente em Fortaleza e nos municípios do litoral cearense. Dessa forma surgiu o “turismo como uma atividade econômica de grande potencial no Ceará, considerada, especialmente, suas condições geográficas e naturais” (LIMA, 2012, p.05). Mas o Ceará somente se consolida como destino turístico na década de 1990, impulsionado por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do setor.

Em 1995 foi criada a Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR; a partir dessa secretaria foi publicado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (1995-1998). Defendia-se nesse plano transformar as cidades cearenses em atração turística e investidores estrangeiros através de uma política voltada para o reordenamento do espaço (LIMA, 2012). Com o intuito de atender a esse propósito os programas desse plano se propunham apresentar o Ceará como um produto turístico de consumo. Para tanto eram oferecidos incentivos fiscais, infraestrutura, beleza natural para os empreendedores. Com esse modelo de atividade econômica, Fortaleza passou a representar um espaço de distribuição desse fluxo turístico e com esse intuito, recebeu investimentos na

construção e ampliação de “avenidas e rodovias, bem como de equipamentos urbanos indispensáveis à desejada expansão internacional do fluxo turístico no estado que, consistia deste modo, em medida prioritária” (LIMA, 2012, p.15).

Como a nível regional havia sido criado o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR-NE, o Ceará recebeu aproximadamente US\$ 150 milhões, para realizar obras pode-se citar que impactassem na estrutura urbana. Como exemplos dessas obras foi a construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins, a ampliação de suas vias de acesso e “as “rodovias estruturantes”, que ligam a capital cearense às praias do litoral leste e oeste (LIMA, 2012, p.17)”. Mas para tornar o Ceará um roteiro turístico mais vantajoso que os demais destinos,

exigia alterações ainda mais profundas, não apenas na infraestrutura urbanística, mas, sobretudo, no terreno dos símbolos definidores do lugar. A confecção de um “produto turístico cearense” competitivo incluía, portanto, um esforço de recomposição simbólica, de modo a restaurar a imagem do estado, corrompida nacionalmente pelos estigmas da *seca* e da *miséria*. “Produzir artificialmente uma imagem turística própria e memorável” constituía deste modo, uma emergência, manifesta no texto oficial do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, de 1995(LIMA, 2012, p.18).

Esse plano foi lançado com uma ampla campanha de divulgação e teve o intuito de modificar o imaginário social do Ceará ligado as “antigas lembranças da seca e da miséria, que durante séculos teriam assolado a população local (LIMA, 2012, p.17)”. Gondim (2004 *apud* LIMA, 2012) lembra que a imagem divulgada passou a indicar um novo perfil cearense e sua Fortaleza que passou a serem denominados “Caribe Brasileira” e “Miami do Nordeste”. Todo esse *marketing* de turismo cearense, baseado no modelo turístico de sol e mar, destacava a imagem paradisíaca do litoral e sol cearense.

Essa divulgação ocorreu em nível nacional e internacional, de forma massiva, através de veículos como jornais, revistas, internet e TV e ações complementares como a participação em eventos especializados (LIMA, 2012). Também foi realizada nesse período uma massiva campanha de divulgação em revistas como; Veja, Isto é, Época e Caras. Foram realizadas promoções e

parcerias com emissoras de TVs e jornais, além disso, houve a divulgação nas salas de cinemas e aeroportos das principais cidades brasileiras (LIMA, 2012). Toda essa divulgação transformou o turismo no Ceará numa importante atividade econômica, em franco crescimento como pode ser observado na Figura 19.

Figura 18 - Movimentação turística no Ceará 2000/2011(2012).

Movimentação turística no Ceará: 2000/11					
Anos	Movimentação Turística				
	Capital	(%)	Interior	(%)	Total
2000	1.507.914	22,3	5.239.917	77,7	6.747.831
2001	1.631.072	25,5	4.755.188	74,5	6.386.260
2002	1.629.422	25,0	4.879.847	75,0	6.509.269
2003	1.550.857	22,7	5.266.687	77,3	6.817.544
2004	1.784.354	23,4	5.826.275	76,6	7.610.629
2005	1.968.856	23,7	6.340.241	76,3	8.309.097
2006	2.062.493	22,5	7.103.255	77,5	9.165.748
2007	2.079.590	21,4	7.639.328	78,6	9.718.918
2008	2.178.395	21,4	8.003.224	78,6	10.181.619
2009	2.466.511	21,5	8.979.520	78,5	11.446.031
2010	2.691.729	21,2	10.008.271	78,8	12.700.000

Fonte: SETUR/CE

Obs: a) Total de 82 municípios turísticos e b) movimentação turística envolve os fluxos de origem nacional, internacional e intraestadual.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Turismo

Fonte: <http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/estudos-e-pesquisas/Indicadores%202012.pdf>

Entretanto Coriolano (2006, p.12) alerta que mesmo com esse crescimento do fluxo turístico, a divulgação turística do Ceará é marcada “como um destino rico em atrativos que extrapolam as belezas naturais do litoral”, como lugar de muitos fascínios. A paisagem divulgada trás uma combinação da infraestrutura moderna e a tradição da cultura nordestina. Apesar de representar uma alternativa de trabalho, o turismo em si, não representa a solução para superação da pobreza do Ceará. Entretanto Coriolano (2006, p.142), lembra que:

O turismo no Ceará é uma atividade privilegiada que recebe do Governo apoio institucional, com respaldo na base teórica de sua contribuição ao desenvolvimento regional e diminuição das desigualdades [...] o turismo é um dos principais referentes discursivos e políticos, além de signo de *status*, prazer,

conforto, luxo, riqueza e acumulação (CORIOLANO, 2006, p.58).

Esse apoio governamental teve seu grande impulso a partir dos anos 1980 quando surgiram as diversas políticas específicas para o turismo, como atividade econômica impulsionadora do desenvolvimento econômico do estado.

5.2. Políticas Públicas e o Turismo de Sol e Mar

A partir da segunda Guerra Mundial, o turismo passou a representar uma forma de fomentar divisas para diversos governos. No Brasil essa estratégia teve sua institucionalização com a criação do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR no ano de 1966. Mas essas políticas foram precariamente implementadas, principalmente por falta de infraestrutura e incentivos para essa prática (OLIVEIRA, 2008).

Em 1991 a EMBRATUR assumiu o papel de planejar, coordenar e efetuar as políticas nacionais de turismo no Brasil. Assim surgiram os programas para o desenvolvimento turístico brasileiro, o Programa de Desenvolvimento do Turismo - o PRODETUR, as políticas de grandes projetos, como Costa Dourada (Pernambuco e Alagoas) e a Linha Verde, na Bahia, conforme Cruz (2001) citada por Oliveira (2008). Com as reformas ocorridas no governo Collor, em 1992 foi implantado o Decreto nº 448 que estabeleceu a Política Nacional de Turismo - PNT, cujo intuito foi desenvolver o turismo como atividade econômica (OLIVEIRA, 2008). Como desdobramento dessa política foi criado, nesse mesmo ano, o Plano Nacional de Turismo - Plantur. Oliveira (2008) lembra que:

Após o governo Collor, com a consolidação do processo de reestruturação da Embratur e as mudanças mais gerais advindas do programa de estabilização econômica (Plano Real), estão postas novas bases para a política e o planejamento turístico nacional. De tal modo, em 1995, formula-se um documento completo e detalhado, que constitui um salto na regulação pública da atividade, sejam quais forem os seus méritos e defeitos. Trata-se da Política Nacional de Turismo (1996-1999), produzida durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso e estendida até o seu segundo mandato (OLIVEIRA, 2008, p.08).

No Ceará essas políticas públicas foram atreladas a instalação de grande aparelhamento turístico, promovendo mudanças socioespaciais e alteração da dinâmica territorial local. O Estado disponibilizou infraestruturais para as empresas se instalarem com seus empreendimentos, servem de exemplo dessa prática os *resorts* da faixa litorânea (BARBOSA; CORIOLANO, 2011). Benevides (2003, p.33) aponta que as políticas de turismo no Ceará procuram viabilizar a região por meio da “regionalização dos recursos naturais, paisagísticos e culturais de todo o litoral cearense”. A partir de 1994 as ações do PRODETUR/CE, incidiram nos municípios da costa cearense, em ações como a:

Base Cartográfica do Pólo Costa do Sol, urbanização da Praia da Taíba, urbanização da Praia das Fleixeiros, urbanização da Orla de Paracuru, ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Jericoacoara, complementação da rodovia CE-085 (Estruturante), trecho: Barrento/Aracatiara e trecho: Aracatiara/Itarema, rodovia de Acesso (binário) da Lagoinha e a recuperação da Igreja Nossa Senhora da Conceição e Seminário da Prainha (BNB, 2010) *Apud* (BARBOSA; CORIOLANO, 2011).

O litoral leste também foi contemplado com ações do programa relacionadas à

implantação de Planos de Manejo em Unidades de Conservação do Litoral Oeste, conservação de recursos hídricos, florestamento e fixação de dunas do Estado, em várias praias tais como: Mocó, Lagoa Grande, Alagadiço, Boca do Poço, no município de Paracuru; Dunas da Vila dos Pracianos, no Distrito de Marinheiro, em Itapipoca; Dunas da Taíba, da lagoa do pecém e da lagoa das Cobras, no município de São Gonçalo do Amarante ; Dunas da lagoa do Piancó e do Mundaú, no município de Trairi ; Dunas da lagoa do Mato, Distrito de Baleia, Município de Itapipoca; Dunas de Bitupitá, do Venâncio e do Capim-Açu, no município de Barroquinha (CONPAM, 2010) *Apud* (BARBOSA;CORIOLANO, 2011, p.17).

Para organizar a gestão desse turismo o Estado dividiu o Ceará em seis macrorregiões turísticas (Figura 19), a saber: região metropolitana, litoral oeste Ibiapada, Litoral leste Apodi, Serras úmidas Baturité, Sertão e Araripe/Cariri.

Figura 19 – Apresentação das Macrorregiões Turismo do Ceará (2012)



Fonte: Secretaria do Turismo do Ceará (SETUR).

Fonte: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/123x.htm>(2012)

Cada macrorregião apresenta uma proposta turística diferenciada. Na metropolitana têm-se negócios, cultura e paisagem natural. Nas serras tem-se no oeste do Estado a gruta de Ubajara que é localizada no município de mesmo nome, é um dos atrativos para pesquisadores e interessados em formações rochosas. Nas serras de Aratanha e Baturité ocorre o segmento de turismo cultural, aventura, rural, negócios e eventos (BARBOSA; CORIOLANO, 2011). O turismo de sertão abrange o Vale do Acaraú com o turismo de aventura, rural cultural, negócios. O sertão central possui como roteiro turístico Quixadá, Banabuiú, Canindé, Quixeramobim, Senador Pompeu e Caridade. O turismo do Cariri

localiza-se ao sul do Ceará, articulando-se com os estados de Pernambuco e Piauí. Tem como Pólo indutor o município de Nova Olinda, com população, em 2007, de 12.974 habitantes e distante 543,4 km de Fortaleza, conforme dados do Anuário do Ceará 2010-2011. Entre os principais atrativos turísticos dessa região, destacam-se a Chapada do Araripe, fonte de pesquisa de trabalhos acadêmicos, o Geopark Araripe (com uma área de aproximadamente 3.520,52 km²), os projetos comunitários desenvolvidos pela Fundação Casa Grande, o turismo religioso dinamizado pela figura do Padre Cícero, além de outros segmentos como rural, de eventos, de aventura e de negócios.

O litoral é composto pela costa oeste denominada como Costa do Sol Nascente formada pelos municípios do litoral leste de Fortaleza. “Tem como pólo indutor o município de Aracati, distante 148,3 km da capital do Ceará e população de 66.049 habitantes, segundo dados estatísticos do Anuário do Ceará 2010-2011” (BARBOSA; CORIOLANO, 2011). Além desse litoral também conta-se com os municípios do litoral oeste de Fortaleza, que recebeu a nomenclatura de Costa do Sol Poente. Nessa área a principal atuação do PRODETUR/CE está em Jijoca, na faixa de praia de Jericoacoara considerada como pólo indutor do turismo nessa região. Essa orla destaca-se como a quinta praia mais procurada pelos turistas no Estado (SETUR, 2010). Fortaleza como outras capitais brasileiras, “é pólo indutor do turismo, conforme estabelecido no PNT e PRT. É o principal portão de entrada de visitantes do Estado, pela existência do aeroporto internacional Pinto Martins” (BARBOSA; CORIOLANO, 2011, p.08). Dessa forma as políticas de turismo no Ceará têm suas diretrizes estratégicas associadas à educação profissional, através do Plano Estadual de

Qualificação - PEQ/CE. A partir da criação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, o turismo ganhou importância como meio de produção e valorização de espaço, nas políticas governamentais no estado do Ceará (BENEVIDES, 2003). Reforçando essa perspectiva Da Costa (2012) afirma que existe

um padrão de ocupação que domina a quase totalidade da fachada oriental atlântica, já avançando pelo litoral setentrional até envolver a região metropolitana de Fortaleza, o qual introduz uma lógica mercantil e urbana no uso do solo, lógica essa que se exerce mesmo sobre os estoques territoriais ainda não ocupados existentes em seu interior. Pode-se qualificar essa ampla porção como um litoral ocupado (e em ocupação) segundo formas plenamente capitalistas de valorização do espaço (DA COSTA, 2012, p.157).

Mas apesar de todo esse movimento das políticas públicas viabilizando o turismo da sociedade do consumo, nos moldes capitalistas voltados aos interesses das “empresas mais atentas à acumulação do capital”, como lembram Barbosa; Coriolano (2011, p.12). As comunidades locais da faixa litorânea e as organizações civis têm se articulado e se mobilizado em ações conjuntas que têm a preocupação de tornar seus territórios em solidários. Para tanto a ocupação do espaço e a organização do trabalho, tem objeto de discussão nessas comunidades como forma de garantir a sobrevivência das famílias, preservando suas culturas e protegendo seus ecossistemas. No Ceará tem-se como exemplo, a Rede Tucum que é formada por comunidades

localizadas na zona costeira cearense e está sendo construída a muitas mãos. Atualmente, conta com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, além de duas ong's que fazem o apoio institucional à rede - Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália)
(<http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723>,2012).

Outro exemplo que pode ser citado é da Rede de Educação Ambiental do Litoral Cearense, que assume espaço fundamental nas escolas e associações comunitárias das colônias de pescadores, cujo objetivo é garantir a vida e a sobrevivência das populações costeiras sem a perda da sua identidade.

6. EDUCAÇÃO COMO IMPULSIONADORA DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PARA O LAZER E O TURISMO NO LITORAL LESTE CEARENSE

Os dados encontrados na pesquisa de campo, formado pelas três faixas de praia de Cascavel (Caponga, Balbino e Águas Belas), foram organizados em categorias, com o intuito de responder às questões propostas e permitir a aproximação entre o teórico e o empírico, organizados em gráficos, quadros, tabelas e figuras.

6.1. O Perfil dos sujeitos

A amostra foi composta por 300 sujeitos, sendo 150 residentes e 150 turistas nas localidades. Assim, durante a análise esses sujeitos foram denominados os moradores de M1 a M150 e os turistas foram identificados por T1 a T150. Para uma melhor identificação desses sujeitos foram coletados dados que permitissem traçar o perfil geral dos mesmos. Mas a compreensão de que havia dois perfis, o delineamento dessas discussões ocorreu em duas vertentes: a dos moradores do lugar e a dos turistas de sol e mar.

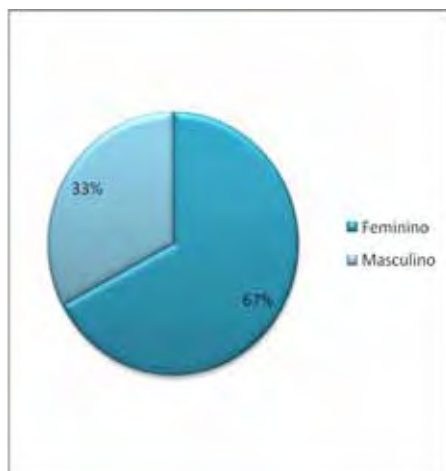
6.1.1. Os Moradores do Lugar

Nesse item são relacionados dados relativos as especificidades do moradores das localidades Caponga, Águas Belas e Balbino.

6.1.1.1 Gênero dos Moradores

No Gráfico 2, relativo ao gênero dos moradores, identifica-se uma grande diferença relativa ao gênero, onde 67% recai no gênero feminino e 33% no gênero masculino. Defende-se que a causa seja o histórico do processo migratório que incide diretamente no chefe de família.

Gráfico 2 – Gênero dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da pesquisa

À mulher nordestina, dentro da estrutura familiar, apesar de mudanças no modelo de produção, ainda cabe à tarefa da educação dos filhos e cuidados do lar. A mulher moradora na faixa de praia, lembra Corbin(1989), possui um aspecto saudável e combina suas atividades domésticas com as atividades do mar, tais como marisqueiras e trabalho com algas, etc.

6.1.1.2. Faixa etária dos moradores entrevistados

A idade dos sujeitos variou entre 20 e 60 anos (Gráfico 3). Pode-se verificar uma maior concentração na faixa etária entre 20 e 30 anos. Como contraponto, a menor concentração esteve entre 51 e 60 anos, o que demonstra que os participantes da atividade de sol e mar nessa área é predominantemente jovens.

Gráfico 3 – Faixa etária dos moradores de Caponga, Águas Bela e Balbino/Cascavel- CE (2012).



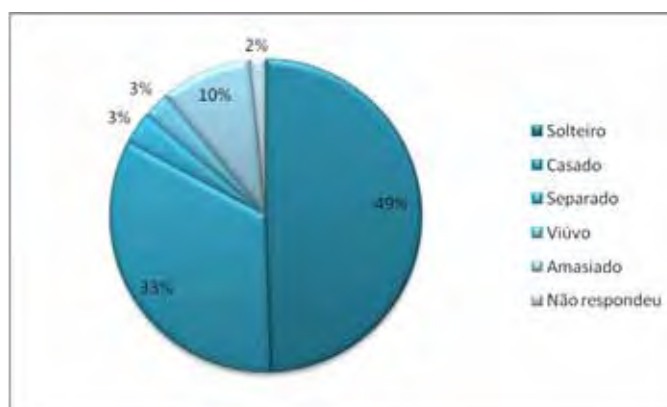
Fonte: Arquivo da pesquisa.

A concentração na faixa etária de 20 e 30 anos se deve à migração da população para os municípios com maior oportunidade de trabalho que ocorreu principalmente nos anos 1980, onde muitos dos que migraram não retornaram aos seus municípios, como lembra Corioliono(2007), algo que não tem ocorrido nos dias atuais.

6.1.1.3. Estado civil dos moradores de Caponga, Águas Belas, Balbino

Quanto ao estado civil, o gráfico 4 revela que houve certa equivalência entre casados e solteiros obtendo-se percentuais de 33% para o primeiro e 49% para o segundo. Aparece em terceiro lugar, com o percentual de 10% os moradores se disseram amasiado⁵ (união estável).

Gráfico 4 - Estado civil dos moradores de Caponga, Águas Bela e Balbino/ Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da pesquisa

Segundo dados do IBGE (2010) projeta-se um aumento gradativo do estado civil de casados entre a população brasileira.

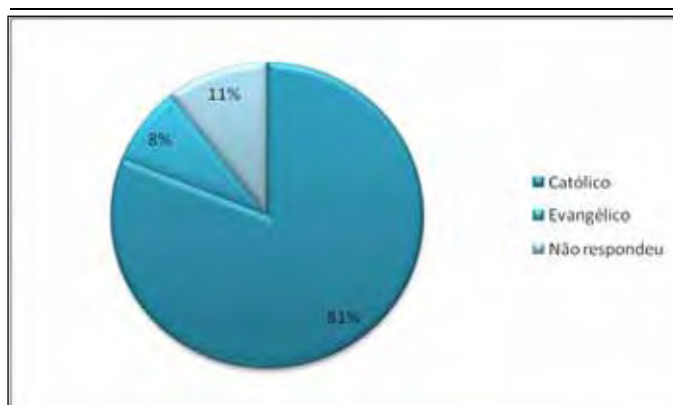
6.1.1.4 Opção religiosa dos moradores

Em relação à opção religiosa, verifica-se no gráfico 5 que na população pesquisada o índice de 81% confirma o catolicismo como preferencial em relação a outras doutrinas religiosas; em seguida, mais com larga diferença entre o primeiro segue o segmento dos que não responderam sobre religião

⁵ Essa terminologia foi utilizada para facilitar a compreensão dos investigados.

com 11% dos pesquisados. Os evangélicos alcançaram o percentual de 8%.

Gráfico 5 - Opção religiosa os moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da pesquisa

Constata-se entre os pesquisados que o catolicismo continua sendo a opção com maior predominância entre os moradores das localidades pesquisadas.

6.1.1.5 Atividade profissional dos moradores

O trabalho informal (Tabela 1) predomina em relação ao trabalho formal. Assim como na amostra pesquisada, os residentes das localidades turísticas praianas, a fonte de renda é oriunda da prestação de serviços, comércio e serviço autônomo. A pesca ainda se constitui um dos meios de sobrevivência local, com políticas afirmativas ligadas à seguridade social. O profissional ligado à pesca possui os mesmos direitos do trabalhador formal no tocante à aposentadoria.

O mercado produtivo contemporâneo pouco absorve a mão de obra com baixa escolaridade, confirmada nessa investigação onde 84 sujeitos possuem somente o Ensino Médio, 64 possuem o ensino médio completo e 20 o ensino médio incompleto.

Tabela 1- Ocupação dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE (2012).

Ocupação	Frequência
Agente comunitária de saúde	1
Artesão	1
Atendente de farmácia	1
Autônomo (a)	6
Auxiliar de consultório odontológico	2
Auxiliar de serviços gerais	7
Bugueiro	2
Caseiro (a)	2
Comerciante	6
Doméstica	32
Eletricista	1
Estudante	11
Garçonete	1
Guarda vidas	1
Lojistas	1
Marisqueiro/ Pescador	19
Não definida	42
Professor (a)	2
Recepcionista/secretária	5
Técnico (a) em enfermagem	6
Vendedor (a)	1
Total	150

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012)

Também podem ser verificados na Tabela 1, que foram apresentadas ocupações próprias do lazer de sol e mar, dentre elas bugueiro⁶ e guarda vidas⁷. Considerando que o turismo no Ceará representa uma atividade econômica, torna-se cada vez mais evidente a necessidade da produção para um mercado consumidor da moda do turismo de sol e mar.

6.1.2 Os Turistas de Sol e Mar

Os sujeitos pesquisados quanto ao gênero verificou-se 101 turistas feminino e 45 do gênero masculino e 4 não responderam a este item. Estes dados não diferem da amostra relativa à população nativa onde ocorre também a superioridade numérica entre os gêneros.

⁶ Motorista do carro, em formato de jipe, que faz turismo de aventura nas dunas e faixa de praia.

⁷ Profissional responsável por resguardar a vida dos banhistas no caso de afogamento.

Tabela 2 – Gênero dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).

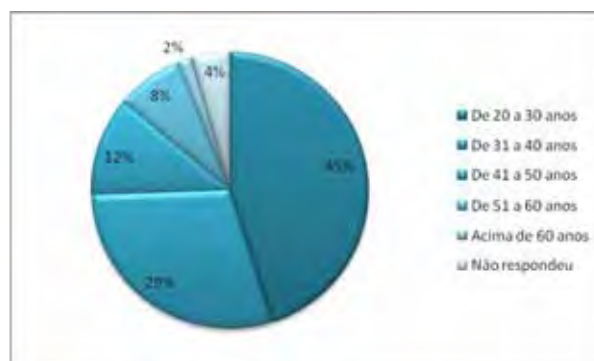
Variável	Frequência
Feminino	101
Masculino	45
Não respondeu	4
Total	150

Fonte: Arquivo da pesquisa

No entanto observou-se ao comparar os números, uma concentração da frequência relativa ao gênero feminino, que representa 67% da amostra, comparado ao gênero masculino com 30%.

6.1.2.1 Faixa etária dos turistas

O Gráfico 6 demonstra que a faixa etária entre 20 a 30 anos alcança o percentual de 45 % seguido de 29 % entre 31 a 40 anos. Na faixa de 41 a 50 anos e 51 a 60 anos já se visualiza uma redução na amostra do turista de sol e mar, perfazendo os percentuais de 12 % e 8%, respectivamente.

Gráfico 6 - Faixa etária dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).

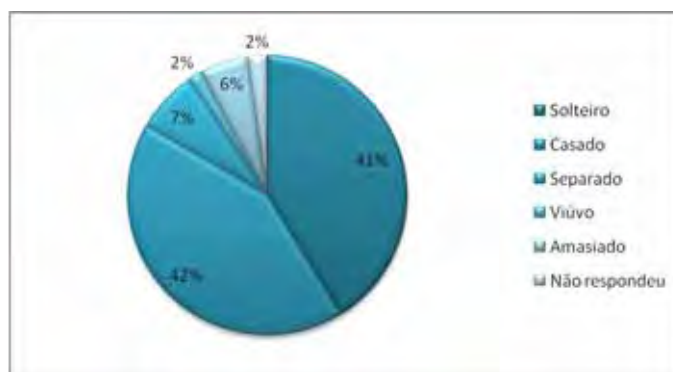
Fonte: Arquivo da pesquisa

Este resultado contraria as atuais tendências do mercado de turismo, que sinaliza um crescimento de turistas nestas faixas etárias, mercado exponencial, por englobar a categoria que tem mais tempo livre e renda.

6.1.2.2. Estado civil dos turistas

Ao observar o Gráfico 7 é possível constatar paridade entre o quantitativo de turistas que se declararam casados 42% e solteiros 41%. Verificou-se, dessa forma, que essa modalidade de turismo conta com a participação diversificada. Indicando que o turismo de sol e mar pode ser uma atividade também praticada por famílias ou jovens.

Gráfico 7 - Estado civil dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da pesquisa

Esses dados corroboram com a modalidade de uso do litoral que teve seu início no século XX, ou seja, um lugar de passeio associado à prática de esportes com o banho de mar, apresentadas por Corbin(1989).

6.1.2.3. Ocupação profissional dos turistas

Na questão aberta onde os turistas puderam declarar sua atividade profissional revelou as atividades citadas somente uma vez, foram somadas e contabilizaram 23. Mas conforme mostra a Tabela 3, que os turistas de sol e mar na área investigada exercem atividades profissionais variadas.

Tabela 3 - Ocupação profissional dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel-CE (2012).

Variáveis	Frequência
Administradora	2
Advogada	2
Aposentado	4
Assistente administrativo	8
Autônomo(a)	6
Aux. de enfermagem	2
Auxiliar administrativo	5
Cantora	2
Comerciante	6
Contador	2
Corretor de imóveis	3
Costureira	4
Dona de casa	2
Empresário(a)	10
Enfermeira	2
Estudante	9
Fotógrafo	2
Gerente de loja	2
Guia de turismo	6
Marítimo	2
Militar	2
Motorista	4
Motorista vendedor	2
Op. de telemarketing	2
Policial	3
Professor	15
Recepcionista	2
Representante comercial	5
Servidor público	2
Tecnólogo em edificações	2
Vendedor	6
Outras atividades	23
Total	150

Fonte: Arquivo da pesquisa

Esses dados também apresentam um pequeno destaque para a profissão de professor (15 sujeitos) e 9 estudantes. Essa descoberta leva à interpretação de que a moda do turismo de sol e mar abrange várias atividades.

6.1.2.4. Renda familiar dos turistas

Com o levantamento, das atividades profissionais desses turistas de sol e mar, procurou-se também identificar sua renda familiar, verificando, conforme o Gráfico 8 que há uma maior concentração na renda entre 5 e 10 salários mínimos, seguido da faixa entre 1 e 2 salários mínimos.

Dessa forma, verificou-se, que apesar de haver toda organização de turismo nos moldes da sociedade de consumo através do prazer e da comodidade a elite ainda não ocupou as barracas de praia da área investigada,

que mesmo sendo propriedade privada, representa um espaço coletivo. Inferi-se daí que a classe mais abastada economicamente encontra-se em Fortaleza e suas proximidades onde estão os *resorts* e as praias com os investimentos privados, exemplo do parque aquático de Aquiraz, primeiro município do litoral Leste, após a cidade de Fortaleza.

Gráfico 8 - Renda familiar dos turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da pesquisa

A partir da definição do perfil dos moradores e turistas das faixas de praia, considerou-se relevante buscar reflexões sobre os sujeitos no contexto do turismo de sol e mar, o ecossistema e a organização socioeconômica.

6.2. Educação e as Alternativas para Reflexão

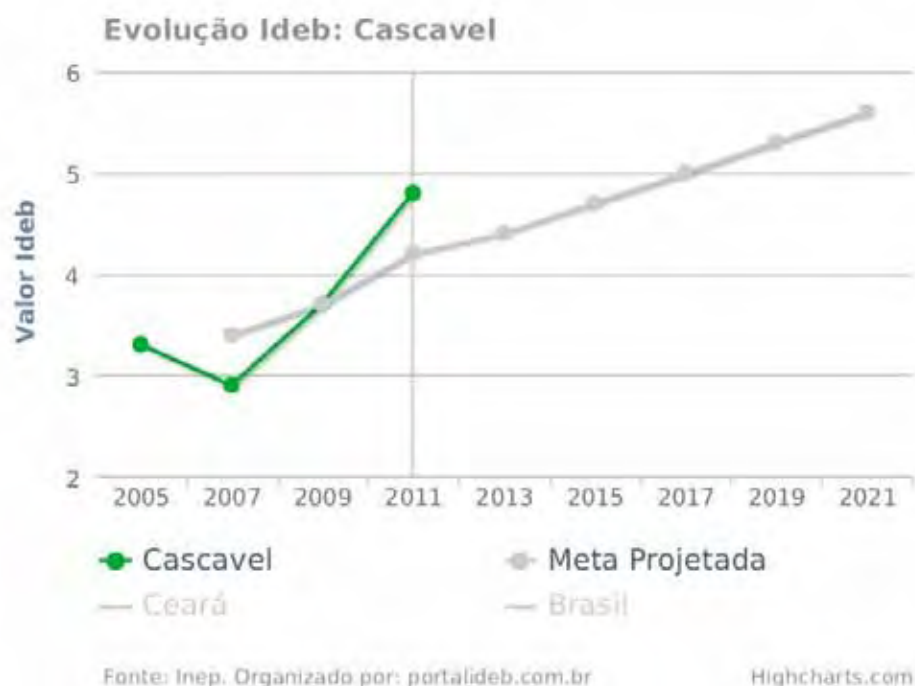
Nessa pesquisa acredita-se que a educação na perspectiva reflexiva pode proporcionar ao indivíduo repensar sua prática social e solidificar sua identidade enquanto sujeito histórico e membro de uma comunidade. Organizou-se esse item discutindo os números oficiais da educação em Cascavel, em contraponto com os dados encontrados na pesquisa empírica.

6.2.1. Educação em Cascavel

A educação em Cascavel, exemplo de outros municípios cearenses obteve um crescimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –

IDEB. Mas verificou-se, por exemplo, na estrutura administrativa vigente da prefeitura, não haver uma secretaria exclusiva para educação, a secretaria responsável pela gestão da educação, também realiza a gestão do desporto. A partir da Figura 20 verificou-se que as metas traçadas foram alcançadas e superadas em 2010 e 2011.

Figura 20 – Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Cascavel (CE) em relação ao Brasil (2012).



Fonte: INEP (2012)

As notas que o município recebeu do IDEB (2012) nos últimos anos variou em 2007 quando o município não atingiu a meta prevista de 12%, no ano de 2009 superou essa meta atingindo 28% e em 2011 quando esse índice de superação aumentou para 30%.

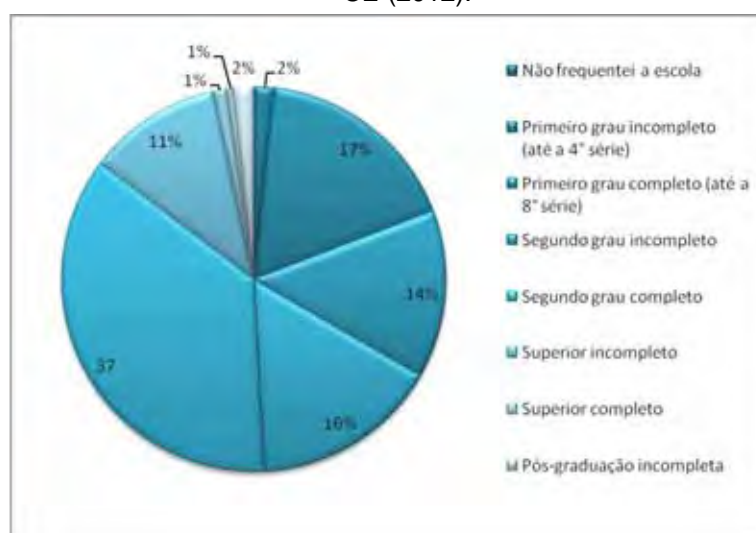
Tabela 4 - Metas do IDEB para Cascavel – Ceará (2012)

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Crescimento e queda		↓ 12%	↑ 28%	↑ 30%					
IDEB	3.3	2.9	3.7	4.8					
Meta		3.4	3.7	4.2	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6

Fonte: IDEB (2012)

Entretanto vale salientar que ao comparar essa nota a nível nacional o município fica abaixo, em função de a meta brasileira ser 6,0. Considerando que mesmo com o crescimento da nota do IDEB (2012) ainda se percebeu entre os moradores de Cascavel entrevistados um baixo índice de escolaridade. Como pode ser observado no Gráfico 9 existe uma maior concentração dos entrevistados na educação básica. Em contraponto há um pequeno índice no ensino superior demonstrando que a população pesquisada encontra-se em atraso na escolaridade se comparado com os 75% dos moradores participantes dos questionários concentram-se na faixa etária entre 20 e 40 anos.

Gráfico 9 - Escolaridade dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel-CE (2012).

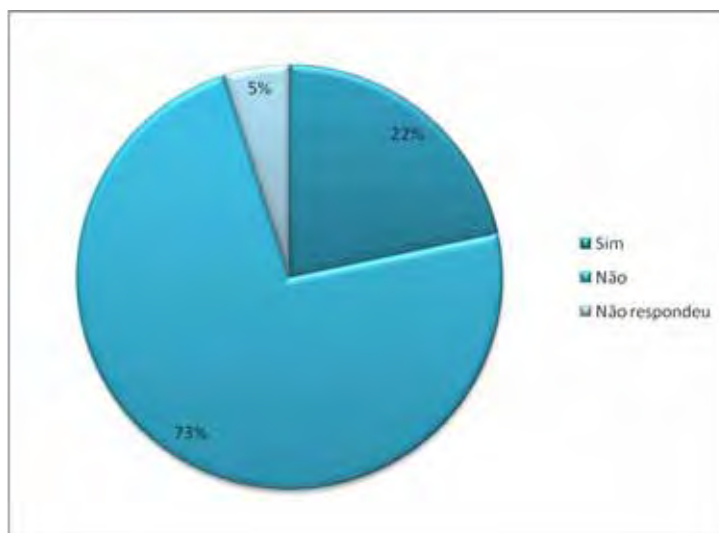


Fonte: Arquivo da Pesquisa

Identificou-se também que a maior concentração dos moradores que está no segundo grau completo⁸, encontra-se em Águas Belas e Caponga, porquanto em Balbino a concentração da escolaridade, perfazendo 34% dos pesquisados, declararam possuir primeiro grau incompleto (5º ano do ensino fundamental). Ao serem questionados se ainda estavam estudando, 73% afirmaram não ser estudante, como revela o gráfico 10. Esses dados complementados pela escolaridade e a faixa etária dos respondentes, revelaram que os sujeitos da pesquisa abandonaram o fluxo escolar.

⁸Para facilitar a compreensão dos respondentes utilizou-se a nomenclatura, primeiro grau e segundo grau ao invés de ensino fundamental e ensino médio.

Gráfico 10 - Moradores estudantes e não estudantes de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Ao serem questionados sobre os motivos de não estarem estudando, fizeram as declarações, destaca-se como exemplo as declarações do M123, M75 e M27. Contudo, cabe aqui fazer referência às observações dos sujeitos sobre seu fluxo escolar ser permeado por frequentes interrupções, ou seja, realiza a matrícula, chega a frequentar durante alguns meses e em seguida abandona. Outro dado relevante vem da M75 ao afirmar ser velha para estudar, considerando que a mesma tem idade na faixa etária entre 31 e 40 anos.

Não ou trabalho ou estudo (M 123)

Já sou muito velha (M75)

Nunca gostei mesmo de escola (M 27)

Observou-se que a maior frequência de respostas sobre a justificativa de abandono da escola, concentrou-se na dificuldade de conciliar trabalho e estudo no total de 25% dos entrevistados. Também quando questionados se esses moradores gostariam de voltar a estudar, 51% afirmaram que gostariam de voltar a estudar. Cabe aqui a criação de oportunidade de ensino específica para a necessidade desse tipo de sujeito, permitindo conciliar trabalho e estudo no município.

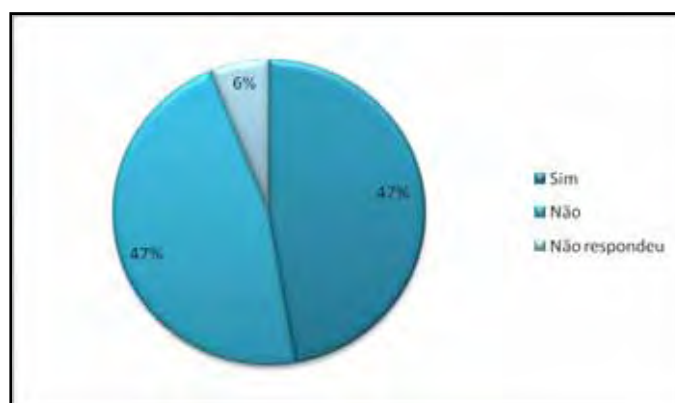
6.3. Educação como Alternativa para a Dialogicidade Humana

Para compreender a educação como alternativa para dialogicidade humana é necessário reconhecer o direito de cada indivíduo como ser social da sociedade letrada, ter acesso ao letramento que o permita fazer a leitura do mundo (FREIRE, 2010). Para esse fim enveredou-se na compreensão da organização familiar dos sujeitos.

6.3.1. Organização Familiar dos Moradores

Ao responderem o questionário sobre possuírem filhos, houve um empate nas duas respostas dos moradores, visualizados no Gráfico11, possibilitando verificados que 47% dos moradores que declararam ser solteiros, mas possuem filhos.

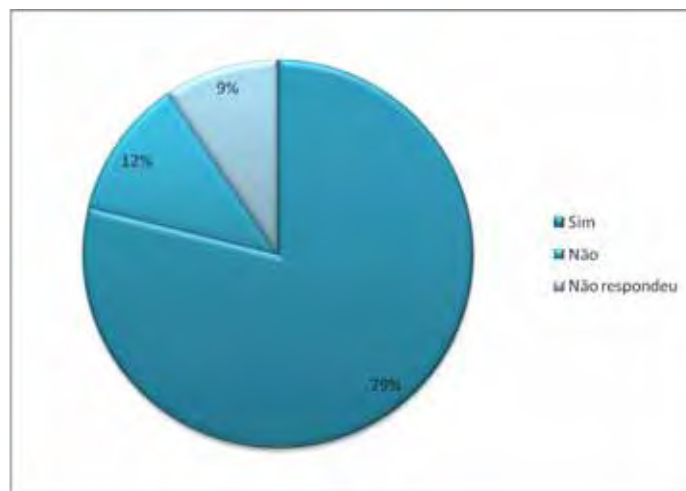
Gráfico 11 - Moradores que possuem filhos e não possuem filhos de Caponga, Águas Belas e Balbino(2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Quando os moradores foram questionados se os seus familiares sabiam ler e escrever, 79% afirmaram que os residentes em suas casas sabem ler. Mas, 12% não sabe ler afirmaram que havia familiares que não possuíam o domínio da leitura e escrita. Número considerado elevado, face as diversas políticas de alfabetização de adultos, implementadas pelo Estado ao longo dos anos de 1990 e 2000.

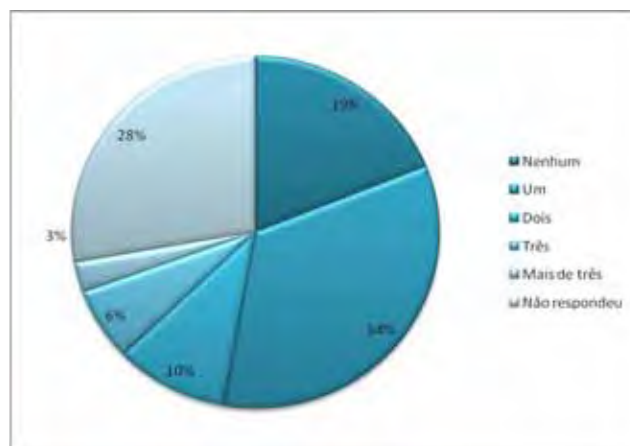
Gráfico 12 - Todos sabem ler e escrever na casa dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo de Pesquisa

Conforme o Gráfico 12 verificou-se que o índice de alfabetizados atingiu o percentual de 79% confirmando o avanço em termos de acessibilidade a cursos de letramento e de educação continuada; porém o índice de 12 % de analfabetos é um dado que exige reflexão considerando que nas localidades pesquisadas existe programa de acesso ao aprendizado da leitura e escrita tais como: alfabetização em idade certa, para crianças e jovens com até 14 anos e a ampliação de vagas para o acesso da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, para jovens e adultos a partir de 15 anos. A partir desses dados procurou-se verificar o ingresso e manutenção dos filhos dos moradores representado pelos 72% de respondentes que afirmaram ter filhos. Assim foi organizado no Gráfico13 o quantitativo de filhos estudando.

Gráfico 13 - Filhos estudantes dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel-CE (2012).



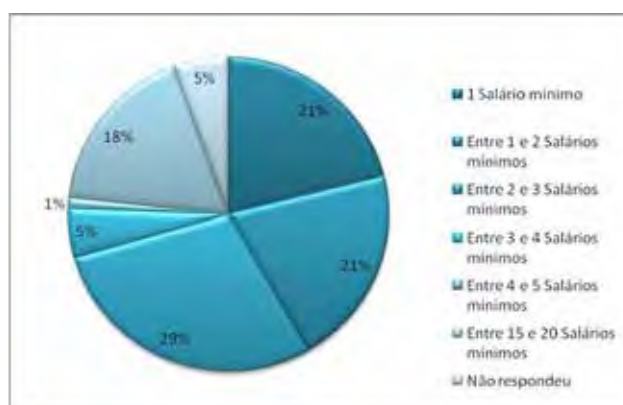
Fonte: Arquivo da Pesquisa.

O Gráfico 13 revela que às famílias com até um filho estudando atinge o percentual de 34%, o percentual de 10% para família com dois filhos e 6% de famílias com até três filhos estudantes. Este perfil de análise permitiu inferir que a diminuição do número de filhos e a quase universalização do ensino fundamental constituem-se uma tendência no panorama da família brasileira, mesmo em localidades como as pesquisadas que concentram na sede do município estabelecimentos escolares que abrangem as três etapas da educação básica. Quanto à dimensão administrativa das escolas frequentada pelos filhos dos moradores, identificou-se que a maior variável ficou com a escola pública, representada por 43%, seguido de 20 % das escolas particulares.

6.3.2. Emprego e Renda dos Moradores

No intuito de identificar a constituição da renda familiar dos moradores, questionou-se sobre a quantidade de pessoas que moravam na residência. As repostas apontaram para no mínimo três moradores (70%). No entanto ao comparar como o gráfico 14 sobre a quantidade de pessoas que contribuem com a renda familiar constatou-se que a maior frequência entre 1 e 2 pessoas. Com a menor frequência somente 3%, todos do núcleo familiar trabalham.

Gráfico 14 - Pessoas que compõem a renda familiar dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).

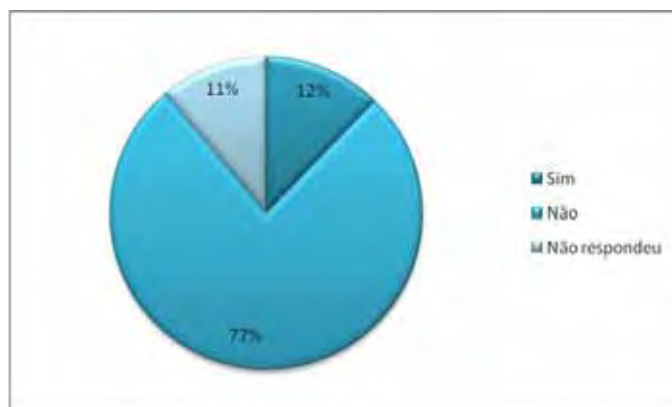


Fonte: Arquivo da Pesquisa

Ao serem interrogados se possuem dependentes financeiros, 77% dos moradores declararam não possuir dependentes, contra 12% que afirmaram possuir dependentes. Assim verifica-se que a renda obtida com seu trabalho é

para manutenção financeira pessoal dos respondentes.

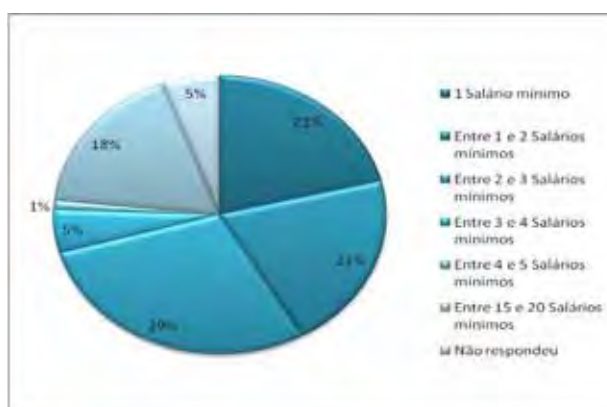
Gráfico 15 - Dependentes dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Apesar de os moradores declararem dificuldades em conciliar trabalhar e estudar, optando por trabalhar, 77% dos pesquisados declararam não possuir dependentes financeiros. O maior número de sujeitos que não possuem dependentes foi verificado em Balbino e o menor número em Caponga. Inferiu-se que a opção por trabalhar e não estudar, desses moradores tem como objetivo atender suas necessidades de consumo, como pode ser observado na fala do M118 “trabalho para garantir o que meus pais não podem mim da, como roupa, perfume”. A observação da M118 é confirmada no Gráfico 16, sobre a renda familiar dos moradores.

Gráfico 16 - Renda familiar moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Constatou-se que a renda familiar dos moradores, concentra-se entre 1,2 e 3 salários mínimos, se forem somados os três percentuais 21%+21%+29%, perfaz-se um total de 71%. Estes valores que podem ser considerados baixos, se levar em conta que 18% declararam ter uma renda familiar de um salário mínimo e meio. O relato de dona Silvana⁹, revelou,

Até pouco tempo aqui [Águas Belas] era uma vila de pescadores. Se vivia da pesca e as garotas trabalhavam como empregada domestica fora daqui. De uns tempo pra cá, Águas Belas cresceu e mesmo tendo pouco emprego muito dos nossos filhos não vão mais embora(SILVANA,2012).

Durante o período de observação, nas várias idas às localidades pesquisadas, pode-se identificar que a maioria das atividades econômicas visa atender a necessidade de consumo do turismo de sol e mar. Como pode ser verificado na Foto 1, o artesanato confeccionado pelos artesões da comunidade é vendido nas barracas de praia aos turistas durante sua estadia.

Foto 1 - Venda de peças artesanais na barraca de praia/Águas Belas/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

⁹ Dona Silvana é o nome fictício da presidente da Associação de moradores de Águas Belas

Identificaram-se também outras atividades como empregadas domésticas responsáveis por realizar faxinas nas casas de veraneio e o pescador que abastece as localidades com peixes e mariscos. Uma particularidade observada foi relativa aos proprietários de barracas na praia, ao não se reconhecerem como comerciantes, mas sim, barraqueiros. Outra especificidade nas atividades profissionais declarada em Caponga, foi a atividade de Bugueiro; e, na localidade de Balbino a atividade de Marisquiera¹⁰. Em Águas Belas, por possuir um ecossistema de mangue, apresenta também como atividade profissional, o barqueiro responsável por conduzir o barco durante o passeio pelo rio. Como também o responsável por conduzir a balsa (Foto 2) na travessia da barra. Todas essas atividades têm como princípio a produção e o consumo predatório, baseado na moda da sociedade do consumo sem refletir, por exemplo, no desequilíbrio do ecossistema do mangue ou da praia.

Foto 2 - Balsa para a travessia de carro - Águas Belas/Cascavel-CE (2012)



Fonte: Arquivo da Pesquisa

¹⁰ Atividade realizada geralmente pelas mulheres de pescadores, de fazer a higienização dos mariscos para o consumo humano.

A pesca artesanal é uma das atividades mais antigas nesse litoral. A dificuldade atual, conforme afirmou Sebastião¹¹, durante o relato da sua história, tem sido em manter essa prática em função da insegurança no mar, a necessidade de passar muitos dias longe da família e a facilidade aparente do turismo predatório.

Apesar da dificuldade de se manter, essa atividade, está ainda mobiliza a comunidade e desperta a atenção dos turistas como pode ser observado na Foto 3, durante a chegada da jangada na Caponga.

Foto 3 - Chegada da jangada dos pescadores na praia da Caponga/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa.

Com a perspectiva de entrelaçamento entre as atividades econômicas recentes voltadas ao turismo e as atividades mais antigas ligadas à pesca, por exemplo, se constitui o turismo e o lazer na faixa litorânea de Cascavel.

¹¹ Nome fictício do presidente da Associação de Moradores da APA de Balbino.

6.4. Importância da Educação para o Turismo e o Lazer no Litoral de Cascavel – CE

Para compreender como a educação pode se consolidar no lazer e turismo de sol e mar, a partir do cruzamento entre texto e contexto, iniciou-se o debate tratando do espaço e da paisagem do turismo de sol e mar.

6.4.1. O Espaço e as Paisagens do Turismo de Sol e Mar

O turismo de sol e mar praticado no litoral leste do Ceará tem como atrativo a paisagem natural. Na foto 4 apresenta-se a faixa de praia de Balbino.

Foto 4 – Apresentação da faixa de praia Balbino/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Como pode ser observado em Balbino (Foto 4), apesar de ser uma Área de Preservação Ambiental, possui uma ocupação bastante próxima da faixa de praia. Na Foto 5 apresenta-se a faixa praial de Caponga. Ao compara as Fotos 4 e 5 percebe-se uma evidente diferença no nível de intervenção antrópica. Em Balbino a orla é do tipo B, com baixo adensamento, enquanto que Caponga apresenta uma intervenção do tipo C médio adensamento, como propõe Ramos(2009).

Foto 5 - Faixa de praia em Caponga/Cascavel-CE (2012).



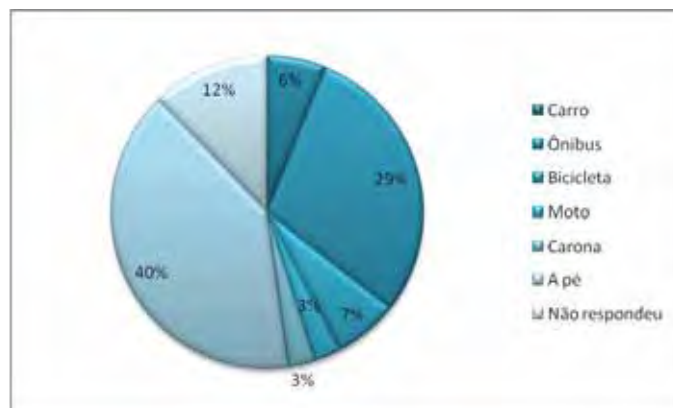
Fonte: Arquivo da Pesquisa

Mesmo apresentando diferentes paisagens, pela intervenção antrópica nas três localidades, 94% das moradias são casas, características da urbanidade litorânea de baixo adensamento demográfico, constituído por população nativa e flutuante representada por proprietários de segunda residência e turista; apenas 4% da amostra sinalizou moradia em apartamentos.

6.4.2. Mobilidade dos Moradores nas Áreas de Turismo de Sol e Mar

Apesar das áreas estarem inseridas no fluxo do turismo de sol e mar no Ceará. Identificou-se baixo investimento na mobilidade da população local (Gráfico17). Podendo-se inferir que as políticas de alargamento e melhoramento nas vias de acesso se restringem a metrópole Fortaleza e suas áreas mais nobres.

Gráfico 17 - Transportes utilizados para locomoção dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



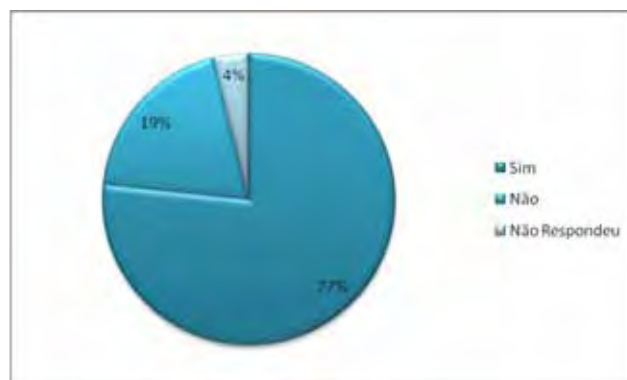
Fonte: Arquivo da Pesquisa

Os meios de transporte utilizados refletem as características da localidade. Como as amostras estão situadas em localidades litorâneas de baixa renda explica-se o alto percentual (40%) da população locomovendo-se a pé. Seguido de 29% que utilizam transporte público, sendo que 7% fazem uso de bicicleta, 6% de carro, 3% por meio de moto e carona e 12% não responderam este item.

6.4.3 Infraestrutura para Saúde dos Moradores nas Áreas de Turismos de Sol e Mar

Considerando as observações de Corbin(1989), sobre a boa saúde dos moradores da faixa litorânea. Procurou-se identificar se na sociedade do consumo os moradores apresentavam esse mesmo perfil de saúde.

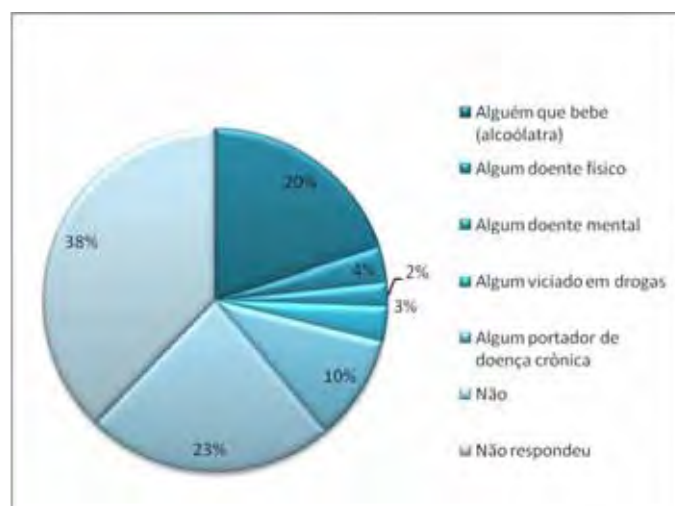
Gráfico 18 - Condição de saúde dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Corroborando com os relatos de Corbin(1989), os moradores ao serem questionados sobre sua condição de saúde o percentual de 77% da amostra apontou boa condição de saúde, fato que pode estar condicionado a faixa etária da amostra entre 20 a 40 anos, conforme Gráfico 3. Mas 19% dos investigados avaliaram não possuir boas condições de saúde, esse fato pode ser relacionado limitação de equipamentos hospitalares de médio porte para atendimento primário e preventivo, agravando as condições de saúde desses moradores.

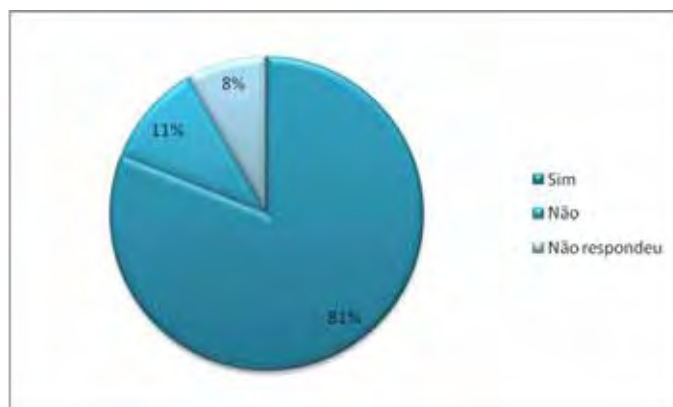
Gráfico19 - Problemas na saúde familiar dos moradores de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Por outro lado, verificou-se que os problemas de saúde apresentados são ligados aos padrões da sociedade de consumo, como o consumo de álcool. Assumindo proporções preocupantes, para a qualidade de vida da população é uma problemática nacional do aumento da dependência química (Gráfico 19) ligada à ingestão de bebida alcoólica que alcança 20% da população local pesquisada vindo a somar os 3% de adictos de outras substâncias tóxicas. Doenças crônicas (pressão arterial, diabetes, etc) atingem o percentual de 10% da amostra; em 23% não se registrou problemas de saúde, os patamares de 4% e 2% estão relacionados a problemas de doença física e mental, respectivamente.

Gráfico 20- Existência de hospitais em Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



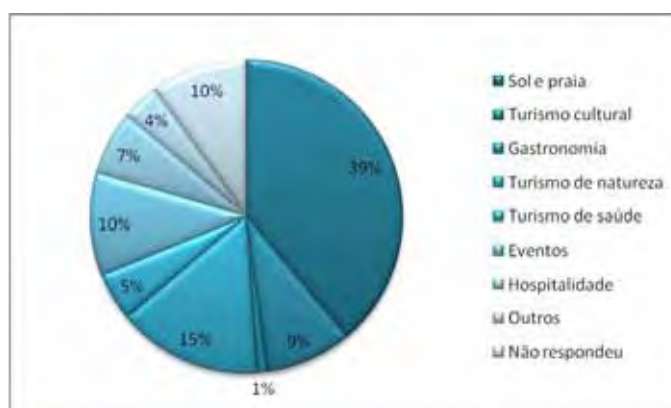
Fonte: Arquivo da Pesquisa

Com relação à existência de hospitais para tratar da saúde de moradores e turistas, um percentual de 81,1% da amostra apontou a existência de hospital e postos de saúde próximos à residência. Mas, o que se observou nas localidades pesquisadas foi pequenos postos de atendimento voltados para cuidados preventivos à saúde, tais como: vacinação, pré-natal, controle de doenças crônicas etc. Mostrando que as localidades não possuem sistema de saúde para atender aos moradores e visitantes. Essa informação contradiz o discurso oficial, de que o Ceará é um estado turístico ao oferecer estrutura de saúde para atender seus turistas quando necessitarem.

6.4.4. O Turista e as Viagens

Entende-se que o turista de sol e mar, tem como propósito o lazer e o descanso, quando busca a faixa de praia. Assim ao questionar os turistas que participaram da investigação sobre os principais atrativos das localidades, identificou-se como pode ser observado no Gráfico 21, que 39% dos turistas apresentaram como principal atrativo o sol e mar; em seguida foram citados o turismo de natureza com 15%. O que confirma a necessidade de o ambiente por ele apresentar-se como potencial turístico das localidades.

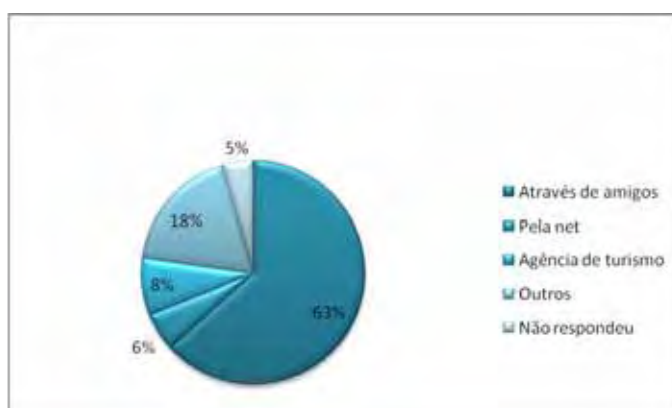
Gráfico 21-Atrativos turístico nas localidades de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Os turistas também foram questionados sobre como souberam daquela faixa de praia. Conforme o Gráfico 22, percebeu-se que 63% dos repondentes afirmaram que souberam através de amigos, representando a maior frequência nas três localidades. A segunda maior frequência foi por meio das agências de turismo em Caponga e via internet em Balbino. Infere-se a partir desses resultados, que na área investigada a informação “boca a boca” ainda funciona como *marketing* do lugar, mas observa-se que as agências de turismo já iniciaram seu papel na divulgação dessa faixa litorânea.

Gráfico 22-Como soube de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE (2012)

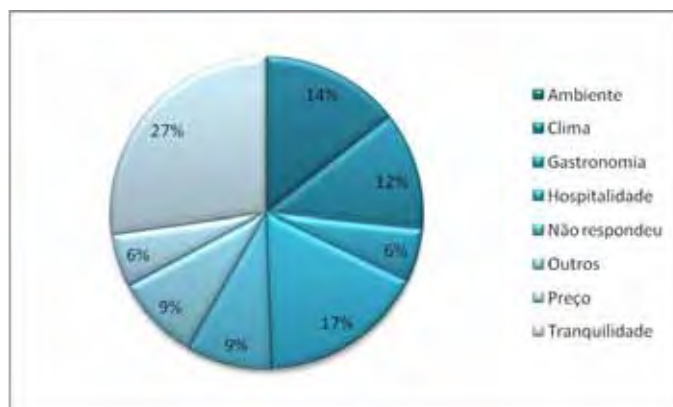


Fonte: Arquivo da Pesquisa

Quando os turistas foram interrogados sobre o que encontraram na comunidade, houve um variedade de respostas. A maior frequência

identificada na tranquilidade com 27%. O ambiente recebeu 14% da frequência e 12% foi alegado ao clima. Esses dados confirmam que os turistas que procuram a faixa praias pesquisada, vêm na busca de tranquilidade e a hospitalidade.

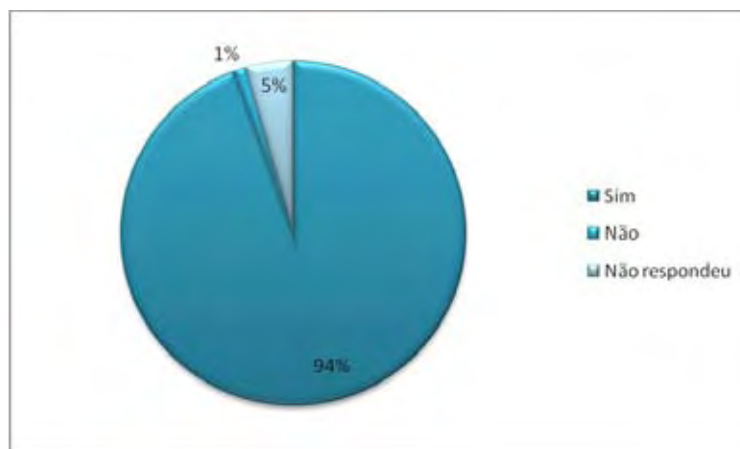
Gráfico 23 - O que encontrou de atrativo em Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Com a avaliação dos aspectos gerais das comunidades os turistas foram questionados se indicariam a praia em que estavam hospedados para outra pessoa. Dos investigados, 94% afirmaram que indicariam, somente 1% afirmou que não indicaria, retomando que os turistas colocaram como maior atrativo, a tranquilidade do lugar.

Gráfico 24 - Indicação para outras pessoas de Caponga, Águas Belas e Balbino/ Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Também foi solicitado aos turistas que de forma espontânea descrevessem o lugar que estavam fazendo turismo. Vale ressaltar algumas respostas:

Lugar tranquilo e o sol brilha sempre (T28).

A comunidade é agradável e hospitaleira (T123).

Adorei a hospitalidade, o clima, as paisagens naturais (T60).

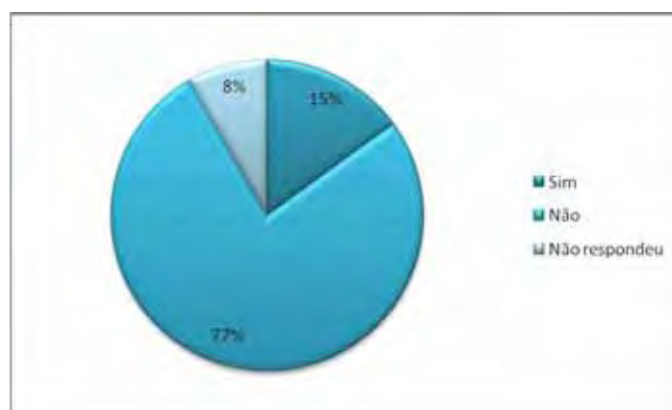
Necessidade de enaltecer a consciência para um turismo ecológico (T78).

Como pode ser observada no relato do T60 e T78, a beleza natural é destaque, reforçando a necessidade dos moradores preservarem o ecossistema praias de mangue das áreas investigadas.

6.4.5. O Lazer e o Turismo: educação e aprendizado para moradores e turistas

Os turistas das três localidades destacaram a paisagem natural como uma das principais razões para a escolha do lugar. Assim, é importante que os moradores conheçam como os turistas vêm sua comunidade, com relação a separação e descarte de resíduos, especulação imobiliária, ocupação nas barracas de praia e projetos de educação ambiental.

Gráfico 25 – Observação do turista sobre a separação de resíduos em Caponga, Águas Belas e Balbino / Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

No que se refere à coleta e separação de resíduos de acordo com o Gráfico 25, 77% dos turistas não observaram na comunidade a prática da

coleta seletiva dos resíduos sólidos, enquanto que 15% identificaram a separação de resíduos. A proporção desses resultados se repetiu nas três faixas praias inclusive na APA do Balbino.

Foto 6 – Descarte de Resíduos em Balbino/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Observando a Foto 6, identifica-se que no sistema público de coleta, os resíduos são descartados em um único recipiente, sem separação por classificação e em uma bombona plástica aberta, possibilitando acesso de animais, assim como a proliferação de insetos. Também se verifica que esse descarte é realizado na faixa de praia.

Foto 7 - Descarte de Resíduos em Águas Belas/Cascavel-CE (2012)



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Em Águas Belas o descarte de resíduos (Foto 7) é ainda mais agressivo ao ambiente, por ocorrer fora de recipientes, em terreno baldio. Considerando que além de não haver separação para reciclagem o descarte é realizado próximo ao estacionamento dos carros e ônibus de turismo social e das barracas, onde são comercializados os alimentos.

Foto 8 - Descarte de Resíduos em Caponga/Cascavel-CE(2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Em Caponga apesar de explorar há mais de três décadas as atividades turísticas e a segunda residência, não apresenta coleta seletiva, como pode ser observado na Foto 8. Os resíduos são coletados em camburões de metal, sem tampas e marcação. Os recipientes ficam no meio na faixa de circulação de veículos. Ao analisar a separação dos resíduos nas Fotos 6,7 e 8, observa-se em Águas Belas(Foto 7) que além de não haver a separação dos resíduos, estes são despejados na faixa de praia trazendo desequilíbrio a este ecossistema.

Como complemento dessa informação foi perguntado aos turistas sobre os principais problemas de degradação ambiental observados, apareceu com maior frequência (30) nas respostas a “Destruição das dunas e degradação do mangue”. O “Lixo nas ruas” repetiu-se 20 vezes, inclusive na APA de Albino; e, a “Exploração imobiliária na faixa litorânea” a maior frequência foi

identificada em Águas Belas, onde tem ocorrido ocupação de dunas móveis (Foto 9) e das áreas de mangue.

Foto 9 - Especulação imobiliária nas dunas de Águas Belas/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

A ocupação dessas dunas teve como principal impulsionador para especulação imobiliária, a beleza da paisagem natural, principalmente do mar e a qualidade da água. Por outro lado, tem identificado a migração dos moradores mais pobre, para as faixas de mangues, mais distantes da praia, que representa o espaço de poder econômico.

Além de casas a faixa de praia é local de produção e consumo, para o lazer dos turistas e visitantes. Uma das fontes da renda do litoral de Cascavel é a venda de alimentos e bebidas na orla dessa região, mas essa ocupação apresenta aspectos diferentes na estrutura física desse tipo de produção. As faixas de praia também estão sendo impermeabilizadas, como pode ser observado nas Fotos 11 e 12. Em Caponga as barracas apresentam estruturas amplas e impactantes para a faixa litorânea. Águas Belas tem iniciado esse processo de construção de barracas amplas inclusive com dois pavimentos. Balbino como uma APA, tem resistido ao modelo de turismo predatório através

da organização de atividades da associação de moradores. Conforme afirmou Sebastião, existe em Balbino uma resolução de que não podem ser construídas barracas de alvenaria na faixa de praia.

Foto 10 - Barracas na faixa de praia em Balbino/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Na Foto 10, pode ser verificado que as barracas de Balbino apresentam uma estrutura, que causam um baixo impacto ao ecossistema de praia. Não possuem estruturas em alvenaria, coberta por palha retirada na comunidade e o solo não é impermeabilizado.

Foto 11 - Barracas na faixa de praia em Águas Belas/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Nas barracas de Águas Belas, verificam-se construções em alvenaria, impermeabilização de solo, cobertura de palha e construção de andares. Situações que provocam impactos e desequilíbrio ao ecossistema de praia.

Foto 12 - Barracas na faixa de praia em Caponga/ Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Em Caponga (Foto 12) a faixa de praia perdeu suas características, como presença de areia e conchas. Possui construções em sólidas com estruturas de alvenaria, calçadas e calçamentos impermeabilizando toda faixa litorânea. Essa situação se agrava com a erosão das faixas de areia, como alerta Perdigão (2011), no exemplo de Barrinha/Icapui-CE.

Foto 13 - Praça dos Pescadores – Caponga/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Também foi identificado que a vegetação do entorno das praias não foi preservada e observou-se, por exemplo, que vegetação natural em Caponga foi substituída por uma paisagem artificial. Na Praça dos Pescadores foram plantados Pinheiro *Tuia*, conforme pode ser observado na Foto 13, sendo realizadas podas de *topiaria*¹² que reduzem a área de sombra das árvores. Essa atitude se configura na perda da identidade da cultura local e imposições dos valores externos próprios do turismo predatório.

Em Balbino ainda existe uma grande quantidade de vegetação nativa. No entanto em Águas Belas essa vegetação tem sido substituída por coqueirais. Outra observação importante é que se verificou a presença de resquícios de mangues em Balbino, expostos a partir do revolvimento de terra ocasionado pelas marés.

Foto 14- Resquícios de mangue descoberto pelas marés durante a ressaca, Balbino/Cascavel-CE (2012).



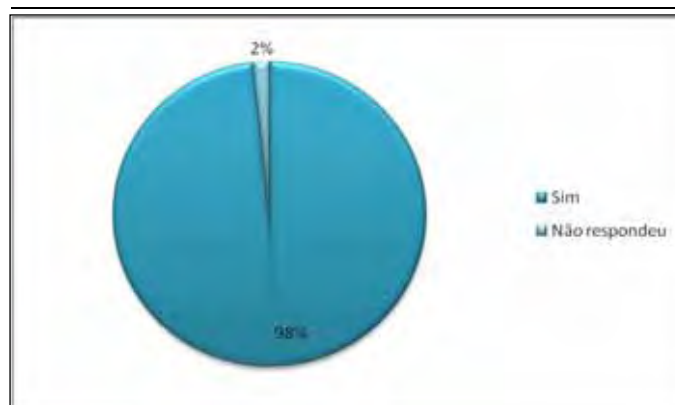
Fonte: Arquivo da Pesquisa

No entanto, na Foto 14 pode ser observado que as construções estão bastante próximas da faixa de mangue. Ligado a essa observação o cuidado com o ambiente foi discutido com moradores e turistas. Para 147 turistas a educação ambiental é importante para a cidade, o que denota que os turistas

¹²A técnica de *podas* artística, que exige alguns cuidados e constante manutenção.

frequentadores das áreas pesquisadas estão em busca de um turismo que respeite o ambiente. Assim os moradores precisam ficar atentos à necessidade de preservação ambiental, caso pretendam manter a atividade turística de sol e mar.

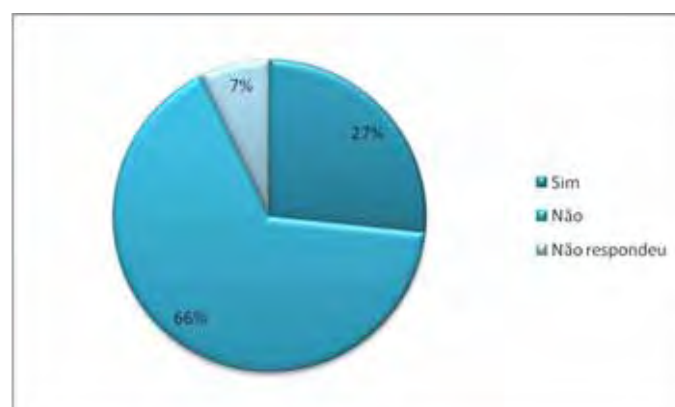
Gráfico 26 - A importância da educação ambiental para os turistas de Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Dos turistas que foram questionados sobre haver projeto ambiental na comunidade, 66% afirmou não ter identificado nenhum projeto, 27% ressaltaram ter observado algum projeto e 7% não respondeu essa questão. Os turistas que afirmaram ter identificado algum projeto, foram os de Balbino e elencaram os projetos: separação do lixo e hortas medicinais.

Gráfico 27 - Projeto de educação ambiental em Caponga, Águas Belas e Balbino/Cascavel- CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Um projeto que merece destaque ocorre em Balbino. O projeto coco Balbino, que tem como objetivo difundir a dança do coco, além de confeccionar

artesanatos a partir da casca do coco. A sede do projeto (Foto 15) fica situada na faixa de praia e também oferece restaurante, onde a renda arrecadada tem como objetivo adquirir uma renda familiar e manter o projeto. Essas atividades reforçam a possibilidade da educação representar alternativa para o homem compreender que é possível se utilizar da natureza sem desequilibrar seu ecossistema.

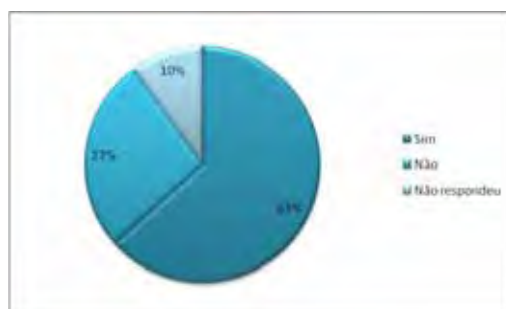
Foto 15 - Sede do Coco Balbino em Balbino/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Também foi perguntado aos turistas se eles observaram alguma ação de incentivo de preservação ambiental para a população local. Como resposta 76% de turistas afirmaram não terem observado incentivos, contra 15% que afirmaram ter percebido alguma ação de incentivo. Esses turistas foram entrevistados em Balbino e as ações de que eles trataram foram relativas ao projeto Coco Balbino. Infere-se dessa forma que as políticas públicas, voltadas para o turismo não foram observadas na área pesquisada.

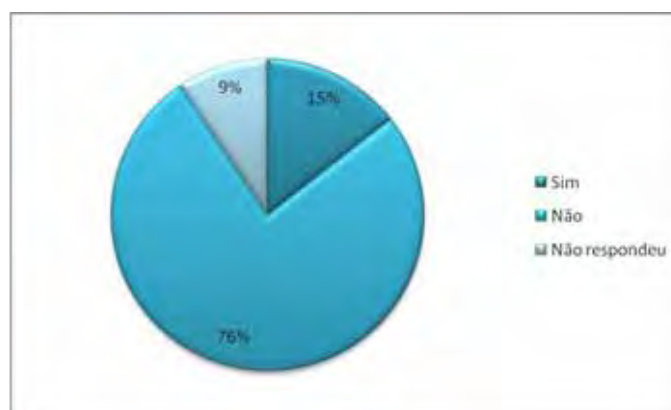
Gráfico 28- A comunidade é Arborizada na concepção dos turistas Caponga, Águas Belas e Balbino(2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Para 63% dos turistas que participaram da pesquisa as comunidades são arborizadas, em contraponto 27% afirmaram não considerarem as comunidades arborizadas e 10% não responderam. Sabe-se da importância de manter-se um ecossistema equilibrado, mas o que tem sido registrado na faixa de praia é um processo de desmatamento e ocupação irregular do espaço.

Gráfico 29- Incentivo a população para educação ambiental em Caponga, Balbino e Águas Belas/Cascavel-CE (2012).



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Como resultado dessa discussão, retoma-se a afirmação dos turistas de Caponga, ao considerarem como principal problema de degradação nessa localidade o lixo nas ruas, exemplo que se repete nas duas outras localidades investigadas. Destacou-se também a afirmativa de que é possível conciliar turismo e conservação ambiental e sem a perda da identidade da cultura local. Perguntou-se aos turistas das três localidades quais ações gostariam que fossem implantadas em favor de um turismo sustentável a curto médio e longo prazo. Algumas ações se repetiram nas três localidades como se descreve abaixo

- **Curto Prazo** - Coleta regular do lixo, educação ambiental da comunidade.
- **Médio Prazo** - cuidar para o turismo não ser uma coisa negativa para a cidade, eventos ecologicamente sustentáveis.
- **Longo Prazo** - Trabalhos com projetos que preservem a natureza, preservar natureza local, orientando os nativos do local.

Dessa forma, acredita-se que os moradores do lugar precisam reconhecer sua identidade e mantê-la considerando que as ações turísticas

foram implementadas pela paisagem natural. Infere-se dessas discussões que o caminho para fortalecer essa identidade está na educação como espaço reflexivo das práticas de cidadania.

6.5. Cruzamentos da Trilha: o texto e o contexto

Ao aproximar as teorias estudadas dos dados encontrados no campo de investigação pode-se exercitar o entrelaçamento entre o teórico e o empírico. Tornando possível constatar que o lazer e o turismo estão presentes como atividade das três localidades, no entanto apresentam propostas diferenciadas. Em Caponga e Águas Belas verificaram-se atividades de lazer, sem preocupação com a preservação ambiental, com passeios de bugre pela faixa de praia e mangue, passeio de jangada, passeio a cavalo, barracas de praia com estrutura de alvenaria e impermeabilização do solo, etc. Em Balbino, se identificou que o lazer está ligado ao cuidado com o ambiente, as atividades de lazer ocorrem por meio de trilhas a pé e consumo nas barracas com estrutura de madeira etc. Mas, essas atividades ainda são tímidas se verificada a dimensão da degradação no entrono desse litoral. Infere-se assim que comportamento da comunidade remete a necessidade de ações educativas voltadas para o uso consciente do ambiente para o lazer e o turismo, incluir, por exemplo, no currículo das escolas de Cascavel estudo sobre lazer e preservação ambiental.

A relação de produção e consumo se apresenta nas três localidades. Em Caponga e Águas Belas, essa relação ocorre numa proposta rudimentar do modelo de Arranjo Produtivo Local (APL), com arranjo produtivo semiestruturado pela rede de hotéis e pousadas, barracas e passeios turísticos. Em Balbino apesar de propor um Arranjo Produtivo Local e Comunitário (APL. Com) (BARBOSA, 2008), algumas ações ainda necessitam de ajustes, como o sistema de hospedagem, as atividades com os jovens, a ocupação muito próxima da faixa de praia e mangue etc. Foram constatadas fragilidades das três localidades com relação ao sistema de coleta de resíduos e falta de planejamento para um turismo sustentável. Fato constatado no organograma da prefeitura de Cascavel onde a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, confirmando o modelo de turismo de produção,

consumo e desenvolvimento econômico (De La Torre, 1992, p.19 apud BARRETO, 2008, p13).

As atividades de lazer e turismo de sol e mar estão presentes nas três áreas pesquisadas, em Balbino se constatou que esse turismo está ligado ao turismo de natureza e simplicidade (CORIOLANO, 2007). Enquanto Caponga e Águas Belas ligadas ao consumo e conforto, para atender o prazer do turista.

Com relação à educação das pessoas para cuidar do ambiente, corrobora-se com os turistas ao afirmarem não constatar políticas públicas voltadas para educação ambiental dos moradores. Essa se agrava ao verificar não haver na gestão pública uma secretaria responsável pela gestão de meio ambiente, considerando a diversidade de ecossistemas (CARNEIRO e GONÇALVES, 2012) existentes em Cascavel. Em Balbino verificou-se algumas ações educativas voltadas para preservação ambiental, realizadas pela ONG Coco Balbino, como a estrutura das barracas de praia, normas para ocupação, atividades culturais como o a Dança Coco Balbino etc.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tornou possível referenciar a produção e o consumo na política pública de gestão, representada pelo Estado do Ceará, relacionando o lazer e o turismo do litoral leste com a educação na perspectiva do município de Cascavel. Verificou-se que o processo de transformação das funções do litoral, que durante o século XVIII foi terapêutica, no século XIX integrou-se como espaço de ocupação das elites. No século XX agregou a atividade esportiva ao lazer já praticado nesse espaço, e na contemporaneidade passou a representar o local de exploração do turismo de sol e mar, como uma lógica de mercado, apoiadas pelo Estado e os meios de comunicação de massa. Para a população local, é proposta como uma atividade econômica que vai melhorar a renda familiar, para o público externo como o local de sol e mar, representado pela beleza da paisagem natural.

Na busca de compreender a representação do turismo de sol e mar, conclui-se que esse modelo de turismo que apresenta o discurso de emprego e renda, também degrada a natureza e submerge a identidade da cultura local, o que impulsiona a constante migração e a expansão territorial do turismo para outras áreas mais distantes que possuem natureza intocada.

Para identificar os impactos causados pelo turismo de sol e mar foi necessário acompanhar o ciclo completo de um fluxo turístico e observar como a comunidade se organiza numa dinâmica semanal para essa atividade. Assim, percebeu-se que apesar dos moradores terem consciência que estão degradando o meio ambiente, o fazem para garantir sua renda familiar no contexto do turismo de massa. Mesmo reconhecendo que a educação não pode ser a panaceia na redução dos impactos do turismo de sol e mar, identificou-se que as ações educativas podem contribuir, minimizando os impactos da degradação ambiental. Os turistas entrevistados também afirmaram que as ações educativas podem tornar o ambiente mais preservado, garantindo, assim, a manutenção da paisagem natural.

Quanto à estruturação do turismo de sol e mar no litoral leste do Ceará a partir da cidade de Fortaleza, observou-se que a infraestrutura tem sido implementada ao longo dos últimos anos, com investimentos públicos e na

parceria público-privado. No entanto, inferiu-se que todos os investimentos estão voltados para um modelo de turismo onde a faixa de praia é um local de produção e consumo, baseados nos princípios da sociedade do consumo. Com base nessa égide, analisou-se a relevância do litoral leste do Ceará para a sociedade de consumo. Concluiu-se que esse litoral representa uma fonte de lucro para os empreendedores e de captação de recursos para a gestão pública. Também foi possível identificar o processo de transformação do litoral leste do Ceará em espaço de lazer e turismo de sol e mar; em Caponga e Águas Belas, duas das áreas pesquisadas, que até meados da década de 1970 eram colônias de pescadores e atualmente possuem toda infraestrutura da sociedade de consumo. Verificou-se, também, que a educação pode intervir no contexto turístico do litoral de Cascavel – CE, a exemplo de Balbino, que vem por meio da sua associação de moradores desenvolver o turismo comunitário para que seus moradores não sejam envolvidos pelos moldes do turismo globalizado, praticado no seu entorno, Caponga e Águas Belas. Ao final desse trabalho, concluiu-se que as transformações ocorridas no percurso entre a metrópole, Fortaleza, e o litoral leste são marcadas por duas vertentes: uma pelo alargamento de vias e investimento público e outra pela expropriação das comunidades mais pobres que migram para áreas cada vez mais distantes, muitas vezes fora da faixa litorânea. Por outro lado, ao analisar esse quadro, à luz da educação, foi possível identificar que se houvesse investimento na educação da comunidade local, esse turismo exploratório, poder-se-ia transformar num turismo com desenvolvimento local, baseando-se na sustentabilidade.

Com a certeza de que uma pesquisa social não acaba, mas fecha ciclos de investigação, com recomendações e proposições. Nesse trabalho as recomendações são baseadas na crença de que o turismo comunitário pode representar uma alternativa de lazer e turismo sustentável. A partir dessa crença os resultados dessa investigação serão apresentados a comunidades e aos gestores públicos de Cascavel, no intuito de promover políticas públicas de educação da comunidade para o uso sustentável do ambiente para o lazer e o turismo.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. **Brasil paisagens de exceção: o litoral e o pantanal Mato-grosense** Patrimônios básicos. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. 183 p.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. SUBSÍDIOS TEÓRICOS DO CONCEITO CULTURA PARA ENTENDER O LAZER E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Conexões**, Campinas, v. 2, n. 1, p.48-63, 2004.

ARAUJO, E. F. **As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza.** Sociedade e Território, Natal, v. 23, n. 2, p.57-73, 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/revset/index.php/revset/article/view/15>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

Associação de Pesquisas e Preservação de Ecossistemas Aquáticos. Disponível em: http://www.aquasis.org/subprograma.php?id_oquefazemos=14 . Acessado em: 25 jul 2012.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BARBOSA, L. M.; CORIOLANO, L. N.. Políticas públicas de turismo no Ceará: conflitos e contradições. **VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.** Balneário Camboriú/SC: UNIVALI, 2011.

BARBOSA, Ycarim Melgaco. **O Despertar do Turismo: princípios para se pensar a socioeconomia** Um Olhar Crítico Sobre os Não-Lugares. São Paulo: Aleph, 2001. 146 p.

BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.** 17. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2008. 160 p.

BENEVIDES, I.P. A Política de Turismo no Ceará e a Capacitação. **Revista Espaço e Tempo**, São Paulo, GEOUSP - nº 14, pp. 31-44, 2003. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Benevides.htm. Acesso em: 25 de jul 2012.

Blog Artesanatos do Ceará. **Garrafinha decorativas.** http://2.bp.blogspot.com/_InH-XX2F1cU/SwgC3OX3OwI/AAAAAAAAADAI/vF-8qu-jJvg/s1600/garrafinhas+de+areia2.jpg. Acesso em: 22 jul 2012.

Blog Aracati Ceará. **Praia de Icapui**. <http://www.aracatinet.com/turismo-morro-branco-belezas-do-ceara/5447>. Acesso em: 22 jul 2012.

Blog Ceará em Fotos. **Fotos do Ceará**. Disponível em: (<http://cearaemfotos.blogspot.com.br>, 2012. Acesso em: 22 jul 2012.

Blog do Carmelio. **Arqueologia**. Disponível em: <http://www.comshalom.org/blog/carmadelio/category/arqueologia/>. Acesso em: 22 jul 2012.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: A Busca dos Fundamentos**. Petropolis: Vozes, 2003.

BRASIL, **Censo**. Brasília. Brasília: IBGE, 2010.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1967.

_____, **Consumo Sustentável: Manual de educação**. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005. 160 p.

_____, **Decreto nº 5.300**, de 7 de dezembro de 2004. Brasília: MMA, 2004.

_____, **LEI Nº 7.661**, DE 16 DE MAIO DE 1988. Brasília: MMA, 1988.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada. 2ª Brasília: Mma, 2006. 1 v. (**Projeto Orla**). Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008111238.pdf. Acesso em: 01 jul. 2012.

_____. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II**. Brasília: MMA, 1997.

CAMILLO, Eliane Juraski. O ÓCIO COMO UM DIREITO PERPASSADO PELA EDUCAÇÃO. **Reflexão & Ação**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.29-59, 2011.

CARNEIRO, T. R.; GONÇALVES, T. E.. O TURISMO E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO LITORAL DO IGUAPE-CE. **Geo Ambiente**, Goiás, p.24-39, 01 jun. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/geoambiente/article/view/1195/745>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CEARÁ **Atlas do Ceará**. Instituto de Pesquisa e Estatística do Ceará. Disponível em <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/123x.htm>(2012). Acesso em: 22 jul 2012.

_____. **Mapa o litoral leste**. Departamento de Transito do Ceará. Disponível em: <http://portal.detran.ce.gov.br/index.php/mapas-veiculos-4x4/847-litoral-leste>. Acesso em: 22 jul 2012.

_____. **Indicadores do Ceará**. Secretaria de Turismo do Ceará. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/estudos-e-pesquisas/Indicadores%202012>. Pdf. Acesso em: 22 jul 2012.

_____. AUMEF (Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza). **Síntese das Diretrizes para a Consolidação da Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1976.

_____. J. V. M. A. F.. Coordenador (Org.). **Indicadores Turísticos 1995/2011**. Fortaleza: Setur, 2012. 31 p.

_____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Editor (Ed.). **Anuário Estatístico do Ceará**. Fortaleza: Ipece, 2007. 31 p.

CERVO A. L.; BERVIAN P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CORBIN, A.. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 385 p.

CORIOLOANO, L. N.; PARENTE, K. M.. Espaços de Reserva do Capital na Orla Oeste de Fortaleza: Demandas para Lazer e Turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.63-82, 2011. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/viewArticle/345>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____, L. N. M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O TURISMO E A RELAÇÃO SOCIEDADE NATUREZA: realidades, conflitos e resistências.** Fortaleza: Eduece, 2007. 439 p.

_____, L.N.M.T. Turismo e Meio Ambiente: Interfaces e Perspectivas. In:CORIOLANO,L. N.M.T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O TURISMO E A RELAÇÃO SOCIEDADE NATUREZA: realidades, conflitos e resistências.** Fortaleza: Eduece, 2007. 439 p.

_____,L.N.M.T;SILVA,S.B.M.Turismo: Prática Social de Apropriação e Dominação de Território.In:CORIOLANO,L. N.M.T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O TURISMO E A RELAÇÃO SOCIEDADE NATUREZA: realidades, conflitos e resistências.** Fortaleza: Eduece, 2007. 439 p.

CORREIA, M. D.; SOVIERZOSKI, H. H.. **Ecosistemas Marinhos: recifes, praias e manguezais.** Maceió: Ufal, 2005. 55 p.

COSTA, C. R. R. da. Turismo, Produção e Consumo do Espaço Litorâneo. **Revista Geografia em Questão**, Paraná, v. 5, n. 1, p.147-152, 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/5078/4942>. Acesso em: 15 mar. 2012.

Diário do Nordeste.**Fotos de Icapuí.**Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/images/icons-sprites.gif>. Acesso em:22 jul 2012.

DANTAS, E. W. C.. **O Mar e o Marítimo nos Trópicos.** Geosp: Espaço e Tempo, São Paulo, p.63-74, 2004. Disponível em:<<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp15/Artigo5.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

DANTAS, S. C.. **Turismo, Produção e Apropriação do Espaço e Percepção Ambiental: O Caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará.** 2003. 191 f. Mestrado (Mestre) - Departamento de Desenvolvimento E Meio Ambiente, Universidade Federal do Espírito Santo, Fortaleza, 2003. Disponível em: <<http://www.prodema.ufc.br/dissertacoes/073.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

DIEGUES, A. C. S.. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis. **Cadernos FUNDAP**, v. 6, p. 22-30, 1992.

_____, A. C.. **Ilhas e Mares**: Simbolismo e imaginário, São Paulo: Hucitec, 1998.

DINIZ, M. T. M.; VASCONCELOS, F. P.. Análise da Dinâmica da Ocupação e uso do Solo como Subsídio a Gestão Integrada de Zonas Costeiras: Estudo de Caso na Região Metropolitana de Fortaleza. **Scientia Plena, Sergipe**, v. 2, n. 5, p.02-11, 25 fev. 2009.

FORTALEZA - CEARÁ. Secretaria de Turismo. Relatório. **AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO ESTADO DO CEARÁ**. 8ªed, Fortaleza, 1999.

FREITAS, H. et al. O Método de Pesquisa Survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p.105-112, 07 set. 2000. Trimestral.

GASPAR, C. B.. Como uma onda no mar: nada do que foi será.... **Revista Carioquice**, Rio de Janeiro, p.76-88, 2004. Out/nov/dez 2004. Disponível em: <<http://www.carioquice.com.br/upload03/03/mat0315.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

GOMES, F. P.; ARAÚJO, R. M. De. Pesquisa **Quanti-Qualitativa em Administração**: uma visão holística do objeto em estudo. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/152.pdf>> . Acesso em: 30 ago. 2012.

Jornal of a compulsive Reader. **Moby-Dick, by Herman Melville**. Disponível em:<http://tenpagesormore.blogspot.com.br/2010/12/10-moby-dick-by-herman-melville-pp-262.html>. Acesso em:22 jul 2012.

LEAL, J.R.L.V. & CASTRO, G.L. - **Relatório Ambiental Simplificado** - RAS do Projeto de implantação de um Parque Eólico de Várzea da Matriz, Aracati-CE. Fortaleza: Inédito, 2001, 91 p.

LEFEBVRE, H.. **Direito a Cidade**. 5ª Rio de Janeiro: Centauro, 2008. 144 p. Tradutor: Rubens Eduardo Frias.

LIMA, M. de F. F. de. O CEARÁ E A EMERGÊNCIA DE UMA COZINHA REGIONAL. In: **I Seminário sobre alimentos e manifestações culturais tradicionais**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe,2012.

LUPORINI, T. J.. **Formação Contínua e Ensino de História**: Uma Possibilidade de Utilização de Imagens. *História & Ensino*, Londrina, v. 8, n. 0, p.195-213,out,2002. Edição Especial.

MARCELINO, A. M. T. (coord.),. Caracterização dos ecossistemas costeiros dos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. In: **Workshop para Avaliação e Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade das zonas costeira e marinha do Brasil**. Relatório Técnico (CD-ROM). MMA, BIO-RIO, SECTAM, IDEMA, SNE, SMA, FEPAM. Brasília: 2002.

MARCONI, M. de A. et al. **Metodologia Científica**. 5ª São Paulo: Atlas, 2010. 312 p.

MATA ATLÂNTICA. Disponível em:

<www.ufv.br/def/disciplinas/ENF448/aula_10_fitogeografia/BIOMAS/MATA%20ATL%C2NTICA.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.

MEIRELES, A. J. de A.; SILVA, E. V. da; THIERS, P. R. L.. Os campos de dunas móveis: fundamentos dinâmicos para um modelo integrado de planejamento e gestão da zona costeira. **Revista Espaço e Tempo**, São Paul., Nº 20, pp. 101 - 119, 2006. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geosp/ojs-2.2.4/index.php/geosp/article/view/310/164>. Acessado em: 15 mar. 2012

MELQUÍADES JÚNIOR. **Mar Avança e Ameaça População de Redonda**. Disponível

em: www.labomar.ufc.br/index.php?option=com_coneten&task=view&id=274&Itemid=37. Acessado em: 13 ago 2012

MORAES, A. C. R.. **Geografia**. v. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 48 p.

MOREIRA, E. de R. F.; LIMA, V. R. P. de; TARGINO, I.. A Luta Camponesa Pela Água enquanto uma Etapa do Processo de Construção/Consolidação de Territórios de Esperança. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 15, p.75-84, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/949/951>>. Acesso em: 16 maio 2012.

OLIVEIRA, F. Meloni de. As Políticas de Turismo no Brasil nos Anos Noventa. **Revista Turismo em Análise**, v.19, n.2, ago. 2008. Disponível em: <http://www.turismoemanalise.org.br/index.php/turismoemanalise/article/view/15>. Acesso em: 15 mar. 2012

ORTIGOZA, S. A. G.; LOMBARDO, M. A.. **No Clima do Consumo**: Implicação do Consumo nas Mudanças Climáticas Globais. Rio Claro: Divisa Gráfica e Editora, 2011. 88 p.

_____, S. A. G.. **Geografia e Consumo: Dinâmicas Sociais e a Produção do Espaço Urbano.** 2009. 283 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

PAIVA, R. A.. **A metrópole Híbrida: O papel do Turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza.** 2011. 321 f. Tese (Doutor) - Curso de Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PERDIGÃO, F.. **Litoral Leste do Ceará.** Disponível em <http://oplanetaemmovimentojanetemelo.blogspot.com.br/2011/09/litoral-leste-do-ceara.html>. Acessado em:13 ago 2012.

POUPART, J. et al. **A pesquisa Qualitativa: Enfoque epistemológicos e metodológicos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. 464 p.

RAMOS, D. da R.. **A Invenção da Praia e a Produção do Espaço: Dinâmicas de Uso e Ocupação do Litoral do Es.** 2009. 189 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Processos Urbanos e Gestão da Cidade: Teoria e História, Departamento de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória:UFSS, 2009.

Rede Cearense de Turismo Comunitário. Disponível em: <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723,2012>. Acesso em:22 jul 2012.

RIBEIRO, J.A. P.; CAVALCANTE, I. N.; COLARES, J. Q.dos S.. Aspectos Geológicos e Hidrogeológicos da Faixa Costeira Leste da Região Metropolitana de Fortaleza - CE. **Revista Águas Subterrâneas**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.01-09, 12 jan. 2012. Disponível em: <<http://aguassubterraneas.emnuvens.com.br/asubterraneas/index>>. Acesso em: 04 ago. 2012.

RIBEIRO,D.;MENDONÇA,M. R.. **O Materialismo Histórico-Dialético e a Ciência Geográfica.** Vol. 2, No 9 .Presidente Prudente,SP:UNESP,2002.

RIO DE JANEIRO. **Dados hidrobiológicos da Baía de Guanabara no período de 1980 a 1990.** Rio de Janeiro: FEEMA, 1990.

ROCHA,A.M.R.;CORIOLANO,L.N.M.T.Territorios do Espetáculo para o turismo de Fortaleza.In:CORIOLANO,L. N.M.T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O**

TURISMO E A RELAÇÃO SOCIEDADE NATUREZA: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Eduece, 2007. 439 p.

ROLLA, Angela da Rocha. IMAGEM NA LITERATURA: INTERTEXTUALIDADE E NARRATIVIDADE. **E-book**, Porto Alegre, p.01-07, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IICILLIJ/3/AngelaRolla.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano:** princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul: Ipr, 2005. 146 p.

SANTOS, M.. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 118 p.

_____, M.. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 2012. 136 p.

SANTOS, T. S. D.. **Do artesanato intelectual ao contexto virtual:** ferramentas metodológicas para a pesquisa social. Sociologias, Porto Alegre, v. 21, n. 11, p.120-156, 01 jun. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n22/n22a07.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

SEMACE (Ceará). Relatório (Ed.). **Diagnóstico sócio-ambiental, macrozoneamento costeiro e uso projetado do solo da costa leste do Estado do Ceará**. Fortaleza: Semace, 1997. 185 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São. Paulo: Atlas, 2011. 225 p.

SUGUIO, K.**Geologia Sedimentar**.São Paulo:Edgard Bluche ,2003.

TRIPP, D.. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p.433-466, 09 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009, p. 317-336.

APÊNDICE A: Questionário aplicado com os turistas



IFCE/ UNESP



unesp

QUESTIONÁRIO PARA OS TURISTAS

Prezados (as) Senhores (as),

Esse questionário é uma etapa da investigação intitulada **O LITORAL LESTE DO CEARÁ: LAZER E TURISMO A LUZ DA EDUCAÇÃO**. Para tanto, é de extrema importância a sua participação para a identificação das peculiaridades, no ponto de vista dos turistas dessa comunidade. Contamos com sua colaboração e sinceridade ao responder os itens. Lembramos que sua identidade será preservada. Em caso de dúvida sobre alguma questão, peça orientação à pessoa encarregada da aplicação do questionário.

Agradecemos antecipadamente sua participação.

Cordialmente,
UNESP/IFCE

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:

BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

01.Sexo:

Feminino Masculino

02.Idade:

20 a 30 anos 30 a 40 anos 40 a 50 anos 50 a 60 anos

03. Estado civil:

Solteiro (a) Casado (a) Separado (a) Viúvo(a) Amasiado(a)

04. Sua profissão:.....

05. Qual sua maior formação completa? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

	Qual curso?	Qual instituição?
<input type="checkbox"/> Aperfeiçoamento		
<input type="checkbox"/> Especialização		
<input type="checkbox"/> Mestrado Acadêmico		
<input type="checkbox"/> Mestrado Profissional		
<input type="checkbox"/> Doutorado		
<input type="checkbox"/> Pós-doutorado		

06. Qual é a renda total, mensal (aproximada) de sua família? Some o seu salário com o de seu cônjuge e com o de seus filhos (que ainda dependem de você).

- 1 salário mínimo entre 1 e 2 salários mínimos
 entre 2 e 3 salários mínimos entre 4 e 5 salários mínimos
 entre 5 e 10 salários mínimos entre 10 e 15 salários mínimos
 entre 15 e 20 salários mínimos acima de 20 salários mínimos

07. Qual percentual da sua renda mensal reserva para suas viagens turísticas.

- 10% mensal entre 10 e 20% mensal entre 20% e 30% mensal
 entre 30% e 40% mensal entre 40% e 50% mensal

BLOCO II - TURISMO E ENTRETENIMENTO

08. Como soube dessa comunidade.

- através de amigos pela Internet agência de turismo
 outro, descreva.....

09. Enumere por ordem decrescente (do 1.º ao 8.º), o que considera serem as principais características dessa comunidade como destino turístico:

- Clima Ambiente Gastronomia Tranquilidade Preço
 Hospitalidade Outro: _____

9.1 Enumere por ordem decrescente (do 1º ao 9º), os produtos turísticos que, na sua opinião, dever-se-ia apostar nessa comunidade, no que diz respeito a promoção e divulgação:

- Sol e Praia Turismo Cultural Gastronomia Turismo de Natureza
 Turismo de Saúde Eventos e Festividades Hospitalidade Outro:

10. Descreva essa comunidade:

.....

11. Você indicaria essa comunidade para alguém:

- sim não

Justifique sua resposta:

.....

BLOCO III - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE

12. Você acha importante a Educação Ambiental para uma cidade? Justifique.

- Sim Não

.....

13. Quais os projetos de Educação Ambiental você conhece?

.....

14 - Você observou algum projeto na área ambiental nessa comunidade?

- Sim Não

14.1 – Marque o que percebeu.

- Coleta seletiva Horta de plantas medicinais Separação do lixo
 Horta comunitária Viveiros de mudas Outros, quais?.....

15. Observou se os moradores são incentivados e motivados para estarem desenvolvendo pequenos projetos ou atividades ambientais na comunidade?

- Sim Não

15.1 Em caso afirmativo, como ocorre esse incentivo? Descreva nas linhas seguintes.

.....

16- A comunidade possui área arborizada?

- Sim Não

17- Observou se nessa comunidade existem, processos de separação do lixo produzido pela comunidade?

- Sim Não

18- Você considera que existe nessa comunidade área de degradação ambiental?

- Sim Não

19- Quais os principais problemas de degradação ambiental que observou?

- Lixos nas ruas Poluição dos rios Poluição do ar Destruição das dunas
 Outros, quais?.....

20- Você acha que a população nativa, por meio da educação ambiental, pode amenizar a degradação ambiental que ocorre na comunidade? Como, descreva nas linhas seguintes?

.....

21. Diante do que foi exposto, descreva os principais problemas socioambientais dessa comunidade?

.....

22. Para você é possível conciliar turismo e conservação ambiental?

.....

23. É possível implantar um programa que, relacione turismo e conservação ambiental? Explique.

.....
.....

24. Que ações gostaria de ver realizar para garantir a sustentabilidade do turismo nessa comunidade em curto prazo? Em médio e longo prazo?

.....
.....
.....

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE B: Questionário aplicado com os moradores



IFCE/ UNESP



unesp

QUESTIONÁRIO PARA OS MORADORES

Prezado Senhores,

Esse questionário é uma etapa da investigação intitulada **O LITORAL LESTE DO CEARÁ: LAZER E TURISMO A LUZ DA EDUCAÇÃO**. Para tanto, é de extrema importância a sua participação para a identificação das peculiaridades, no ponto de vista dos gestores dessa comunidade. Contamos com sua colaboração e sinceridade ao responder os itens. Lembramos que sua identidade será preservada.

Agradecemos antecipadamente sua participação.

Cordialmente,
Os pesquisadores

BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

01.Sexo:

1.1 Feminino

1.2 Masculino

02.Idade:

20 a 30 anos 30 a 40 anos 40 a 50 anos 50 a 60 anos

03.Estado civil:

Solteiro (a) Casado (a) Separado (a) Viúvo(a) Amasiado(a)

04. Sua religião:

Católica Espírita Evangélico Outra _____

05. Sua profissão:.....

BLOCO II – EDUCAÇÃO

06. Qual é a sua escolaridade?

- Não frequentei a escola Primeiro grau incompleto (até a 4^a série)
 Primeiro grau completo (até a 8^a série) Segundo grau incompleto
 Segundo grau completo Superior incompleto
 Superior completo Pós-graduação incompleta
 Pós-graduação completa: ()especialização ()mestrado ()doutorado

07. Você ainda está estudando?

- Sim Não

BLOCO III – ORGANIZAÇÃO FAMILIAR**08. Você possui filhos?**

- Sim Quantos?filhos, sendo maiores e menores
 Não

09. Quantos filhos residem com você?.....**10. Você possui outros dependentes?**

- Sim, quantos? Não

BLOCO IV – EMPREGO E RENDA FAMILIAR**14. Qual é a renda total, mensal (aproximada) de sua família? Some o seu salário com o de seu cônjuge e com o de seus filhos (que ainda dependem de você).**

- 1 salário mínimo entre 1 e 2 salários mínimos entre 2 e 3 salários mínimos entre 4 e 5 salários mínimos
 entre 5 e 10 salários mínimos entre 10 e 15 salários mínimos entre 15 e 20 salários mínimos

15. Qual é a profissão de seu cônjuge?

.....

16. Qual é a profissão de seus filhos?

.....

17. Que profissão você gostaria que eles tivessem?

.....

18. Este é o seu primeiro emprego?

- Sim Não

19. Há quanto tempo você trabalha? Some o tempo que você trabalhou antes de entrar para a atual empresa com o tempo que você trabalha nela.

- Menos de 1 ano entre 1 e 3 anos entre 3 e 5 anos
 entre 5 e 10 anos entre 10 e 15 anos entre 15 e 20 anos
 acima de 20 anos. Quantos? anos

BLOCO V – MORADIA**20. Você mora em:**

- Casa Apartamento Quarto Pensão Barraco

21. Qual é o tipo de construção de sua residência?

- Alvenaria Madeira Mista Outro _____

22. Sua residência é:

- Própria Apartamento Cedida/emprestada Mora com seus pais

23. Quantos cômodos têm a residência onde você mora?

- 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

24. Quanto você paga por mês de aluguel ou financiamento de sua residência?

R\$...... (aluguel) R\$......(financiamento)

25. Assinale o que a sua residência possui:

- Luz elétrica Água encanada (rede) Rede de esgoto
 Banheiro dentro de casa Água de poço Fossa
 Esgoto a céu aberto Banheiro no quintal Banheiro comunitário/coletivo

26. Assinale quais desses objetos existem em sua residência?

- Geladeira fogão a gás freezer
 TV preto e branco telefone TV em cores
 forno microondas rádio máquina de lavar
 liquidificador carro bateadeira
 bicicleta aparelho de som moto
 videocassete DVD máquina de lavar louça

27. Descreva a rua onde você mora.

.....

BLOCO VI – TRANSPORTE

28. Qual é o meio de transporte que você utiliza para ir ao trabalho?

- Carro ônibus bicicleta moto
 carona a pé barca

29. E para voltar para casa?

- Carro ônibus bicicleta
 moto carona a pé barca

30. Quanto tempo você gasta?

Para chegar ao trabalho:

Para chegar em casa:

BLOCO VII – SAÚDE E LAZER

31. Você tem boas condições de saúde?

- Sim Não

Por quê?

32. Na sua família tem:

- Alguém que bebe (alcoólatra) Alguém doente físico
 Alguém doente mental Alguém viciado em drogas
 Alguém portador de doença crônica

33. Próximo da sua residência existe algum hospital ou posto de saúde?

- Sim Não

34. Você gosta de algum esporte?

- Sim Não

35. Você pratica ou participa do seu esporte favorito?

- Sim Não

36. Qual é o seu esporte favorito?

- Futebol de campo Voleibol
 Caminhada Outro: Qual?.....

37. Quando você está de folga o que mais gosta de fazer?

Marque com o nº 1 a sua principal preferência; com o nº 2 a segunda; e com o nº 3 a terceira preferência.

- Assistir a programas de televisão Fazer pequenos consertos em casa
 Descansar Ler jornal Ler livro
 Ler revista Visitar amigos ou parentes Jogar futebol
 Jogar voleibol Jogar cartas Ir à praia
 Ir à igreja Ir ao baile Pescar/caçar
 Jogar cartas Fazer ginástica/caminhada Ouvir música
 Dançar Trabalhos manuais (tricô/crochê)
 Outros:

38. Você participa de algum trabalho de grupo em sua comunidade ou em seu sindicato?

- Sim Não

39. O grupo do qual você participa tem que finalidade?

- Esportiva Religiosa Filantrópica Social Sindical Política Outra:.....

BLOCO VIII - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE**40. Você acha importante a Educação Ambiental para sua comunidade? Justifique.**

- Sim Não
-

41. Quais os projetos de Educação Ambiental você conhece?

.....

42 - A sua comunidade desenvolve projetos na área ambiental?

- Sim Não

Se a resposta foi sim, responda aos seguintes questionamentos:

42.1 - Quais são os projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente?

- Coleta seletiva Horta de plantas medicinais
 Separação do lixo Outros, quais?.....

42.2 - Como é a participação e o envolvimento dos moradores nos projetos ambientais?

- Insuficiente Boa Ótima Excelente

42.3 - Quais são as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento de projetos ambientais?

- Falta de participação dos moradores Falta de incentivo dos governantes
 Falta de conhecimento do assunto pelos moradores Outros, quais?

43. Os moradores são incentivados e motivados para estarem desenvolvendo pequenos projetos ou atividades ambientais na comunidade?

Sim Não

43.1 Em caso afirmativo, como ocorre esse incentivo? Descreva nas linhas seguintes.

.....

44- A sua comunidade possui área arborizada, horta? Se a resposta foi sim, quais?

Sim Não

.....

45 – Você conhece as plantas nativas dessa região? Se a resposta foi sim, quais são elas?

Sim Não

.....

47- Na sua comunidade existe processos de separação do lixo produzido pela comunidade?

Sim Não

.....

47.1 Em caso afirmativo, o que é feito com o lixo separado?

É doado para as cooperativas de reciclagem É vendido

Outros,
 quais?.....

...

48- Você considera que existe em sua comunidade área de degradação ambiental?

Sim Não

49- Quais os principais problemas de degradação ambiental que ocorrem?

Lixos nas ruas Poluição dos rios Poluição do ar

Destruição das dunas Outros,
 quais?.....

50- Você acha que a comunidade, por meio da educação ambiental, pode amenizar a degradação ambiental que ocorre na comunidade? Como, descreva nas linhas seguintes?

.....

51. Diante do que foi exposto, descreva os principais problemas socioambientais da sua comunidade?

.....

52. Para você é possível conciliar turismo e conservação ambiental?

.....

53. É possível implantar um programa, relacione turismo e conservação ambiental? Explique.

.....
.....
.....

Obrigada pela sua colaboração!

ANEXO A: Decreto que regulamenta o banho de mar

Decreto nº 1.143, de 1º de Maio de 1917.

Dá regulamento para o uso do banho de mar, nas praias do Leme e Copacabana.

O Prefeito do Districto Federal

Usando da autorização contida no decreto n. 1.551, de 26 de Novembro de 1913, decreta:

Art. 1.º O banho de mar só será permittido, de 1 de Abril a 30 de Novembro, das 6 às 9 horas e das 16 às 18 horas; e de 1 de Dezembro a 31 Março, das 5 às 8 horas; e das 17 às 19.

Parapho único. Será ampliado por mais uma hora, pela manhã, o tempo do banho, nos domingos e dias feriados.

Art. 2.º Os locaes destinados ao banho serão assignalados por meio de mastros especiaes, no perimetro determinado por duas balisas no sentido da praia e para o mar, antes da arrebentação.

Art. 3.º As pessoas que fizerem uso do banho de mar devem apresentar-se com vestuário apropriado, guardando a necessária decência e compostura, de accôrdo com as exigências da autoridade respectiva.

Art. 4.º As condições do tempo e o estado do mar serão indicados por signaes convencionaes installados nos mastros, de que trata o art. 2º.

Parapho único. A cor branca facultará o uso do banho e a vermelha indicará a sua prohibição.

Art. 5.º São expressamente prohibidos quaesquer ruidos e vozerias na praia ou no mar, durante todo o período do banho.

Art. 6.º Será punido com multa de 20\$000 todo aquelle que infringir as disposições estabelecidas neste regulamento, e, na falta de pagamento, com cinco dias de prisão.

Art. 7.º Os detalhes de serviço, assim como avisos e demais providencias complementares, serão affixados nos mastros para conhecimentos dos banhistas.

Art. 8.º Fora dos locaes indicados e convenientemente assignalados, ficam em pleno vigor e serão rigorosamente observadas as disposições do art. 3º e seus paraphos do decreto ora regulamentado.

Districto Federal, 1 de Maio de 1917; 29º da República.

Amaro Cavalcanti.